



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA E PATRIMÔNIO
CULTURAL

MARIA EDUARDA SOARES DIAS DE MEDEIROS

Emulação agenciada no sítio arqueológico Santa Clara 02, São
Fernando/RN:

Louças, status e o sertão Potiguar

CACHOEIRA-BAHIA
2025

MARIA EDUARDA SOARES DIAS DE MEDEIROS

Emulação Agenciada no Sítio Arqueológico Santa Clara 02, São Fernando/RN:
Louças, Status e o Sertão Potiguar

Texto de Defesa de Mestrado apresentado ao Curso de Mestrado Acadêmico em Arqueologia e Patrimônio Cultural do Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Arqueologia e Patrimônio Cultural. Área Arqueologia. de Concentração: Linha ambientes e culturas. 1: Populações, Orientadora: Prof. Dra. Sarah de Barros Viana Hissa.

MARIA EDUARDA SOARES DIAS DE MEDEIROS

Emulação agenciada no sítio arqueológico Santa Clara 02:

Louças, status e o sertão Potiguar

Texto de Defesa de Mestrado, realizado sob a orientação da Prof.^a Dr.^a. Sarah de Barros Viana Hissa, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural (PPGap), do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL), da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Arqueologia e Patrimônio Cultural, na concentração: Arqueologia, linha 1: Populações, ambientes e culturas.

Cachoeira, Fevereiro de 2025.

FOLHA DE APROVAÇÃO



Documento assinado digitalmente
SARAH DE BARROS VIANA HISSA
Data: 24/02/2025 12:21:05-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a. Dr.^a. Sarah de Barros Viana Hissa (Orientadora)

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



Documento assinado digitalmente
FABIANA COMERLATO
Data: 24/02/2025 13:07:27-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a. Dr.^a. Fabiana Comerlato (Membro Interno)

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



Documento assinado digitalmente
SILVIA ALVES PEIXOTO
Data: 24/02/2025 15:55:12-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a. Dr.^a. Silvia Peixoto (Membro Externo)

Universidade Estadual do Rio Janeiro

Para a minha avó, Maria Lúcia Soares, por todo amor, incentivo e por ser meu exemplo de força, perseverança e coragem diante das dificuldades. E para o meu pai, Gerry Elias de Medeiros, por todo suporte, proteção e por sempre me lembrar que eu tinha um lugar seguro para onde voltar.

Agradecimentos

Ao longo dessa dissertação, pude ter certeza do quão difícil é realizar uma pesquisa. É necessário ter força e reponsabilidade para encarar os desafios e não desistir diante da primeira provação. É preciso ter certeza dos seus objetivos e do que quer alcançar. Uma forte aliada nesse processo para mim foi a minha fé, por isso inicialmente eu gostaria de agradecer a Deus por me dar forças e não me permitir desistir diante das adversidades, por maiores que fossem. Pode ser clichê revelar que não conseguiria fazer essa dissertação sozinha, mas os clichês muitas vezes evidenciam bem a verdade. Por isso, eu gostaria de agradecer a cada pessoa que participou da minha jornada, desde a graduação onde eu decidi o caminho que iria trilhar até essa defesa.

Eu gostaria de agradecer imensamente à minha orientadora, a professora Sarah de Barros Viana Hissa. Palavras não seriam o suficiente para reconhecer e agradecer tudo que a senhora fez por mim durante essa trajetória acadêmica. Mesmo assim eu gostaria de agradecer a orientação, comprometimento e amizade. Obrigada por estar presente durante o processo e por se mostrar um exemplo de profissional. As suas orientações foram fundamentais para que essa pesquisa fosse realizada, seus conselhos foram importantes para me manter centrada e de pé e seu apoio foi essencial nesse caminho. Também agradeço à Sarah amiga, com quem compartilhei momentos incríveis de aprendizado e as mais variadas e divertidas conversas. Estendo meus agradecimentos a seu filho Estevão que foi uma alegre companhia em diversos momentos, compartilhando jogos e brincadeiras. Agradeço à família que me acolheu e me incluiu em sua vida, mostrando que mesmo em momentos difíceis conseguimos encontrar pessoas incríveis que conseguem nos mudar significativamente.

Gostaria também de agradecer ao professor Abraão Sanderson Nunes Fernandes da Silva, por todo apoio e por ter acreditado nessa pesquisa. Agradeço também por ter me ensinado o que era arqueologia e pela ajuda no processo de trilhar esse caminho, sem dúvidas o conhecer foi um grande divisor de águas na minha vida e jamais conseguirei expressar a gratidão por todo apoio e amizade que ofereceu. Agradeço também a toda a equipe do LAS, pela participação nessa pesquisa e pela ajuda que foi oferecida de bom grado. Agradeço especialmente a Pedro e Duda, que atenderam meus socorros sempre que precisei.

Agradeço à banca examinadora, professora Fabiana Comerlato e professora Silvia Peixoto que fizeram excelentes apontamentos e nos forneceram importantes conselhos que foram fundamentais para a construção dessa dissertação. Agradeço ao PPGAP e a UFRB, pela oportunidade e pelo apoio fornecidos por toda a trajetória do mestrado. Agradeço a todo o corpo docente, principalmente ao professor Luydy Fernandes que contribuiu significativamente para meu conhecimento sobre teoria e método, à professora Carolina por ter fornecido novas visões e experiências sobre o patrimônio paleontológico e ao pós doutorando Luís Pacheco, pelas aulas sobre louças e cerâmicas, por ter me ajudado a desenvolver novos olhares diante do material. Agradeço à FAPESB pelo financiamento e apoio durante o mestrado que me permitiram realizar essa pesquisa da melhor forma possível.

Agradeço também aos colegas de mestrado, pelas importantes trocas de conhecimento e enriquecidas discussões, além da ajuda em diversas questões. Agradeço principalmente à Brisa, por ter me auxiliado em todo o processo, por ter sido uma excelente colega e amiga, me acolhendo em sua casa e junto da sua família de maneira generosa, e ao Felipe com quem tive diversas conversas sobre a arqueologia e sobre a vida em geral. Conviver com vocês foi um verdadeiro aprendizado e eu agradeço também pela amizade.

Nessa sessão gostaria de agradecer à minha família que desde o começo se mostrou um importante apoio durante todo o mestrado, gostaria de agradecer pelo incentivo, pelo apoio e pela compreensão em diversos momentos. Agradeço inicialmente ao meu pai, Gerry Elias de Medeiros, porque sem ele nada disso seria possível, tanto pelo apoio financeiro como emocional. Agradeço pelos conselhos em momentos difíceis e pelas ligações que demonstravam preocupação, tudo isso funcionou como um impulso para que eu chegasse até o fim dessa pesquisa, por isso ela é dedicada a você. Agradeço também à minha irmã, Maria Laura, por ter ouvido desabafos e ter comemorado comigo, também agradeço à Denise, minha madrastra e amiga que se mostrou um importante apoio nesses momentos. Faço uma menção especial à minha cachorrinha Belinha que, embora não vá ler isso, gostaria de deixar registrado que foi um dos pilares mais importantes para me manter de pé.

Também faço um agradecimento especial à minha avó Maria Lucia Soares, por todo o incentivo e por sempre me empurrar para frente. Você é meu grande modelo, obrigada por isso e por servir como uma luz em meu caminho. Eu agradeço por ter me ouvido, por ter acreditado em mim e por ter sempre tentado evidenciar meu lado mais forte, essa é só uma das conquistas que irei te dedicar. Agradeço por ter sido meu exemplo de força e luta diante das adversidades.

Também agradeço à minha tia Tessianne, principalmente por ter demonstrado tanto entusiasmo com minha pesquisa que muitas vezes foi o meu combustível, meu tio Wendel, minha mãe Téssia e Isneide, pelo apoio, incentivo e conselhos.

Agradeço em especial ao meu noivo, Manoel Candeia, dizer que tive seu apoio seria muito simplório diante de tudo que fez por mim. Inicialmente eu gostaria de agradecer a sua fé em mim, por desde o começo ter incentivado minha ida para longe e por ter se mantido como uma rocha quando eu não consegui. Agradeço por ter me mostrado o que significa ter um companheiro e um amor incondicional, obrigada por escutar pacientemente sobre a pesquisa e ter tentado entender os mínimos detalhes, também por todas as vezes que um docinho aparecia nos momentos de estresse. Obrigada por não ter me permitido desmoronar. Estendo os agradecimentos também à sua família: Mariana, Edivan e sobretudo dona Zeza, minha querida sogra e amiga, com quem tive o prazer de partilhar de inúmeras conversas. Também faço menção especial a Miguel, um grande e divertido companheiro de conversas sobre os mais variados assuntos e Helena, uma pessoa extremamente generosa e gentil cujo acolhimento me fez sentir em casa. Agradeço por terem me acolhido de bom grado e por terem me feito sentir tão querida. suas presenças trouxeram leveza diante de todo o estresse acadêmico.

Agradeço ainda aos meus amigos que foram fundamentais para que eu continuasse meu caminho. Inicialmente gostaria de agradecer à Vanessa, com quem tive o prazer de dividir não só a jornada, mas também a casa e o sítio de pesquisa. Nos disseram uma vez que éramos um encontro de almas pois estamos juntas desde o ensino médio, como apenas conhecidas. Ao que parece, a partir do ingresso na faculdade nossos caminhos insistiram em se cruzar e eu não poderia ser mais grata por isso. Agradeço pela amizade e pela cumplicidade, pelos conselhos e pelas vezes que me ouviu sem nenhum julgamento. Sem você nada disso seria possível. Agradeço também aos meus amigos mais próximos Gabi, Camila, amigas de infância que já testemunharam e apoiaram as mais variadas empreitadas, Diogenes, Karol, por terem me apoiado e me ajudado de diferentes maneiras, sempre presentes e interessados na pesquisa, assim como na minha vida. Agradeço também à Hozana cuja amizade e apoio foram fundamentais em todo processo, desde a seleção até a defesa. Agradeço também à Lorena, Ryan e Ravi que foram uma grata surpresa esse ano, obrigada por deixarem tudo mais leve.

Como foi mencionado no início, não seria possível trilhar essa jornada sozinha, por isso agradeço de maneira geral a todos que dividiram esse comigo. Trilhar o caminho acadêmico não é fácil, mas sem dúvidas tive pessoas incríveis com quem contar e que terão minha eterna

gratidão. Esse mestrado foi como uma grande maratona, alguns ficaram pelo caminho, alguns foram importantes pontos de apoio, outros seguiram comigo até o fim. Minha gratidão se estende a cada um, sem vocês nada disso seria possível. Por fim, agradeço a mim mesma, por mais narcisista que pareça, por ter enfrentado as provações e insistido nos meus objetivos mesmo quando tudo parecia não dar certo.

Resumo

A presente dissertação investiga as louças do sítio arqueológico Santa Clara 02 no município de São Fernando, no estado do Rio Grande do Norte, abordando sua relevância nas práticas cotidianas dos moradores a partir de uma perspectiva sociocultural. Para chegar aos nossos resultados, a metodologia foi adotada levando em consideração a fragmentação do material e os contextos de uso. Estabelecemos conceitos como emulação agenciada e gosto de necessidade foram fundamentais para entender como os moradores não apenas imitavam, mas ressignificavam as influências externas, transformando-as em expressões culturais locais. A emulação agenciada está diretamente ligada a um processo ativo de apropriação e ressignificação enquanto o gosto de necessidade enfatiza como fatores socioeconômicos podem influenciar escolhas estéticas. A análise técnica das louças e o uso de elementos de datação permitiram datar a ocupação do sítio a partir de 1765 com extensão para o século XIX e XX. As análises também evidenciaram as diferenças sociais entre os moradores do que parecer ser uma comunidade, ilustradas por casos como o do tenente coronel Francisco de Miranda e a sua posse de escravos, mostrando como as escolhas de louças refletem valores e necessidades diversas. A pesquisa propõe novas perspectivas sobre a resistência cultural em um contexto de adaptação e destaca a importância das louças como documentos arqueológicos e históricos. Os resultados desta dissertação contribuem para o campo da Arqueologia Histórica e abrem caminhos para futuras investigações socioeconômicas em diferentes contextos arqueológicos.

Abstract

This dissertation investigates the pottery from the archaeological site Santa Clara 02, in the municipality of São Fernando, in the state of Rio Grande do Norte, addressing their relevance in the everyday practices of the residents from a sociocultural perspective. To achieve our results, the methodology was adopted considering the fragmentation of the material and the contexts of use. Concepts such as agency emulation and necessity taste were fundamental to understanding how the residents not only imitated but also re-signified external influences, transforming them into local cultural expressions. Agency emulation is directly linked to an active process of appropriation and re-signification, while necessity taste emphasizes how socioeconomic factors can influence aesthetic choices. The technical analysis of the ceramics and the use of dating elements allowed us to date the average occupation of the site from 1765. The analyses also highlighted the social differences among the residents of what appears to be a community, illustrated by cases such as Lieutenant Colonel Francisco de Miranda and his ownership of slaves, showing how the choices of ceramics reflect diverse values and needs. The research proposes new perspectives on cultural resistance in the context of adaptation and underscores the importance of ceramics as archaeological and historical documents. The results of this dissertation contribute to the field of Historical Archaeology and pave the way for future socioeconomic investigations in different archaeological contexts.

Lista de figuras

Figura 1: Mapa de localização da região Seridó do ponto de vista histórico	21
Figura 2: Imagem da vista da cidade de Caicó a partir da Casa Forte do Cuó	25
Figura 3: Provável área de abrangência da Freguesia de Santa Ana do Seridó até 1788	29
Figura 4: Mapa de localização dos sítios arqueológicos Culamins, Oiticica 17 e Santa Clara 02.	41
Figura 5: Mapa do empreendimento da Barragem da Oiticica e sítios arqueológicos encontrados até 2022	43
Figura 6: Fotografia do terreno do sítio arqueológico Santa Clara 02	44
Figura 7: Fotografia do terreno do sítio arqueológico Santa Clara 02	44
Figura 8: Mapa de dispersão do material arqueológico em superfície no sítio Santa Clara 02	46
Figura 9: Mapa de intervenções realizadas no sítio arqueológico Santa Clara 02	48
Figura 10: Fotografia da fundação da antiga casa e da caixa d'água recente	50
Figura 11: Fotografia da lateral da fundação da antiga casa	50
Figura 12: Fotografia da lateral da fundação da antiga casa com a caixa d'água recente	51
Figura 13: Croqui do sítio Santa Clara 02 com estruturas destacadas.....	51
Figura 14: Fotografia do piso revelado na estrutura presente no Santa Clara 02.....	52
Figura 15: Mapa de localização dos sítios arqueológicos Santa Clara 01 e Santa Clara 02	53
Figura 16: Mapa das possíveis rotas comerciais de chegada de mercadoria ao sertão.	69
Figura 17: Prancha com amostra de faianças portuguesas do acervo do Santa Clara 02	89
Figura 18: Prancha com amostra de faianças finas disponíveis no acervo do Santa Clara 02.	90
Figura 19: Formas fundas para faiança portuguesa segundo Casimiro (2010)	91
Figura 20: Formas rasas para faiança portuguesa segundo Casimiro (2010)	92
Figura 21: Prato em faiança portuguesa 01.....	93
Figura 22: Forma 01 de prato em faiança portuguesa.....	93
Figura 23: Base em faiança portuguesa 01.	94
Figura 24: Forma de prato em faiança portuguesa 02.....	94
Figura 25: Borda de prato em faiança portuguesa	95
Figura 26: Forma de prato em faiança portuguesa 03.....	95
Figura 27: Base em faiança portuguesa 02.	96
Figura 28: Base em faiança portuguesa 03	96
Figura 29: Prato em faiança portuguesa 02.....	97
Figura 30: Base em faiança portuguesa 04	98
Figura 31: Forma de malga em faiança portuguesa 01.....	98
Figura 32: Forma de malga em faiança portuguesa 02.....	98
Figura 33: Base em faiança fina 01.....	99
Figura 34: Base em faiança fina 02.....	99
Figura 35: Exemplo de malga em faiança fina.....	100
Figura 36: Exemplo de base em faiança fina.....	100
Figura 37: Base em faiança fina 03.....	101
Figura 38: Exemplo 02 de malga em faiança fina.	101
Figura 39: Fragmento de travessa em faiança fina 01.	102
Figura 40: Fragmento de travessa em faiança fina 02.	103
Figura 41: Exemplo de travessa em faiança fina.....	103
Figura 42: Fragmento de alça de xícara em faiança fina.	104
Figura 43: Fragmento de prato em faiança fina.	105
Figura 44: Exemplo de prato em faiança fina.....	105
Figura 45: Possível fragmento de garrafa em grés.....	106

Figura 46: Prancha com amostra de peças arredondadas do Santa Clara 02.	107
Figura 47: Representação gráfica referente às classes presentes no material.	109
Figura 48: Representação gráfica referente às formas presentes ou ausentes no material	110
Figura 49: Representação gráfica dos tipos de pasta que compõem o material.	111
Figura 50: Representação gráfica das cores de pasta encontradas no material	112
Figura 51: Representação gráfica dos esmaltes expressos no material.....	113
Figura 52: Representação gráfica das técnicas decorativas encontradas ou não no material.	114
Figura 53: Representação gráfica das técnicas decorativas encontradas ou não no material.	116
Figura 54: Grés pintado com possível motivo floral.....	118
Figura 55: Representação gráfica dos motivos decorativos presentes ou não no material.	119
Figura 56: Representação gráfica das cores de fundo presentes no material.	120
Figura 57: Representação gráfica das cores de desenho presentes ou ausentes no material.	121
Figura 58: Representação gráfica das marcas de uso no material	123
Figura 59: Representação gráfica do uso do material	124
Figura 60: Gráfico de barras de referências para datação da faiança.....	126
Figura 61: Gráfico de barras de referências para datação da faiança fina	127
Figura 62: Prancha com amostras de grés de coleta de superfície.	130
Figura 63: Prancha com amostras de fragmentos de xícaras.....	131
Figura 64: Prancha com amostras de fragmentos de malgas.....	132
Figura 65: Prancha com amostras de fragmentos com transfer-printing e borrão azul.	133
Figura 66: Prancha com amostras de fragmentos com Shell Edged.	134
Figura 67: Prancha com amostra de fragmentos que contém marcas de fabricantes.	135
Figura 68: Fragmentos comparados à carimbo das marcas Albert Meakin e Charles Meakin.	136
Figura 69: Fragmento com carimbo da marca F.S.C São Paulo.	137
Figura 70: Carimbo da marca F.S.C São Paulo.	137
Figura 71: Fragmento com carimbo.....	138
Figura 72: Carimbo da marca Ceramus/S. Paulo.	138

Lista de tabelas

Tabela 1: Eventos ocorridos no Santa Clara segundo fontes paroquiais	31
Tabela 2: Cruzamento de dados sobre os habitantes do Santa Clara	31
Tabela 3: Atributos técnicos das pastas	63
Tabela 4: Ficha para análise das louças do Santa Clara 02	85
Tabela 5: Chaves de análise para as louças do Santa Clara 02.....	87
Tabela 6: Resultado da aplicação da fórmula de South por nível e geral.	128

Lista de Abreviaturas e Siglas

CC	Louças <i>Creamware</i>
CERES	Centro de Ensino Superior do Seridó.
F.S.C	Fábrica de Louças Santa Catarina
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LAS	Laboratório de Arqueologia do Seridó
NMP	Número Mínimo de Peças
SC02	Santa Clara 02
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Sumário

Introdução	16
Capítulo 1 – A arqueologia no sertão potiguar	20
1.1 A ocupação do sertão do Seridó.....	20
1.2 O Sertão e o sertanejo.....	32
1.3 Potencial arqueológico no sertão potiguar e os poucos trabalhos com louças	38
1.4 O sítio arqueológico Santa Clara 02.....	41
1.5 A vivência da paisagem	48
Capítulo 2 – Louças sertanejas.....	55
2.1 Louças e aspectos basilares	55
2.2 As louças, viagens e sociedade	68
2.3 A análise das louças: questões preliminares.....	79
Capítulo 3 – Uma perspectiva social	108
3.1 Discussão dos resultados	108
3.2 O sertão e a louça	139
Considerações finais	146
Referências bibliográficas.....	149

Introdução

A escolha do tema de uma dissertação é um passo fundamental para o desenvolvimento da pesquisa, ela serve para definir a direção do trabalho e as questões que serão exploradas ao longo da trajetória acadêmica do mestrado. Para mim, o estudo das louças não foi uma opção vislumbrada desde o início, mas se apresentou como uma grata descoberta ao longo da minha trajetória acadêmica. Tive meu primeiro contato com a arqueologia no ano de 2019, quando tive meu ingresso no curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). A partir das primeiras experiências vivenciadas através do Laboratório de Arqueologia do Seridó (LAS), percebi uma forte e interessante conexão entre História e Arqueologia, especialmente no campo da Arqueologia Histórica, que me despertou um interesse pela área que crescia a cada nova perspectiva lida e vivenciada. Com o passar do tempo, comecei a me envolver diretamente com pesquisas arqueológicas realizadas no LAS, onde pude conhecer diversos materiais arqueológicos, dentre eles as louças.

A categoria de louça sempre me fascinou pela variedade de formas e decorações que elas apresentam, mas eu não sabia, até então, a dimensão de possibilidades de investigação que rodeavam essa materialidade. A possibilidade de trabalhar com esse material surgiu como uma sugestão do Prof. Dr. Abrahão Sanderson Nunes Fernandes da Silva, durante os preparativos para o processo seletivo para o mestrado. Ele me indicou a pesquisa sobre as louças encontradas no sítio arqueológico Santa Clara 02, que haviam sido resgatadas no contexto de licenciamento ambiental para a construção da Barragem de Oiticica. Esse sítio, por sua vez, apresentava um acervo significativo de faianças, bem como uma grande quantidade de outras categorias como a faiança fina, tal fato não é comum nos sítios históricos do Seridó, o que nos motivou a investigar esse caso com mais profundidade.

O conceito de *paisagem* abordado por André Strauss (2021), se apresenta como crucial dentro do pensamento arqueológico, funcionando também como uma das perspectivas de interpretação. Strauss (2021) propõe uma relação direta entre os vestígios arqueológicos e a paisagem, essa relação seria uma das maneiras de compreender o cotidiano de diferentes populações pretéritas. A paisagem, sem sua visão, se trata de um espaço vivido e compreendido de diferentes maneiras por comunidades distintas. Para nós, esse é um importante conceito que nos ajuda a pensar o sítio Santa Clara 02. Inserido em um contexto rural, o sítio em questão se

encontra na ribeira do rio Piranhas-Açu, uma importante fonte de água para os habitantes da região. A presença desse corpo hídrico nos leva a refletir sobre as atividades cotidianas dos moradores, incluindo o consumo de alimentos e bebidas, a prática da agricultura e a criação de animais, sugeridas pela vegetação gramínea e arbustiva presente no local que são adequadas para a alimentação do gado.

O sítio Santa Clara 02 é considerado um sítio multicomponencial, dado que apresenta evidências de diferentes períodos de ocupação. No local identificamos a fundação de uma estrutura maior, identificada como uma provável habitação, além de outros elementos contemporâneos como uma caixa d'água e um forno que já se encontra dentro das águas do rio. A proximidade de outros elementos como a vegetação e animais reforçam a ideia de que o espaço pode ter sido vivenciado de diferentes maneiras com o passar do tempo, o que nos permite compreender práticas e escolhas dos habitantes, em especial os usuários das louças. Além disso, citamos o sítio Santa Clara 01, situado a 400 metros de distância, como importante para a compreensão. Embora a conexão dos sítios seja apenas uma suposição, consideramos que a proximidade e as semelhanças entre os materiais encontrados, abordados posteriormente, sugerem uma mesma ocupação. A proximidade será considerada na nossa análise final, onde vislumbramos uma visão mais ampla da dinâmica e uso dos artefatos no local.

A nossa pesquisa tem como foco principal analisar as louças (faianças, porcelanas, faianças finas, grés e *ironstone*) encontradas no sítio Santa Clara 02 como uma parte do cotidiano e das práticas socioculturais dos habitantes do local. Esse estudo nos permite refletir sobre os processos de emulação dos costumes compartilhados pelas elites europeias e brasileiras, principalmente relacionado às maneiras de servir o chá e o jantar no século XIX. Nosso principal objetivo é refletir e discutir acerca de como as louças poderão ter participado de escolhas, práticas, rituais, simbolismos, significações e relações sociais entre os habitantes do sítio. Para alcançá-lo, abrimos uma discussão sobre o contexto de importação e circulação das louças na região do sertão potiguar e sua relação com a sociedade local. Levando isso em consideração, pensamos sobre a aquisição das louças importadas dentro de um processo de imitação ou tentativa de realizar os rituais de chá ou jantar, presentes principalmente no século XIX.

Isso nos leva a questionar até que ponto esses rituais conseguiam ser imitados ou se havia uma intenção de fato de imitá-los, diante da localidade da paisagem e sua distância com núcleos urbanos, considerando também que os habitantes poderiam ser ou não uma família

nuclear. Dentro dessa perspectiva, propomos a utilização do conceito de *emulação agenciada*, refletindo sobre como isso se configura dentro da microrregião Seridó no sertão potiguar. Além disso, também buscamos compreender um pouco sobre a ocupação do sítio arqueológico Santa Clara 02 e as relações entre sociedade e louças do(s) grupo(s) o habitava(m), evidenciando a cultura material como documento arqueológico e histórico. Voltaremos a essas questões mais adiante no texto.

A metodologia adotada para essa pesquisa foi planejada levando em consideração a fragmentação significativa dos materiais e a necessidade de trabalhar com os dados disponíveis de forma sistemática. É importante destacar que apenas o material proveniente das escavações foi analisado com base na ficha de análise, enquanto o material de coleta de superfície foi abordado de maneira qualitativa e em um momento posterior da pesquisa. A análise dos dois conjuntos de materiais será apresentada separadamente, com ênfase nas faianças portuguesas, faianças finas, *ironstones*, porcelanas e grés. A equipe do LAS seguiu um procedimento padrão durante a curadoria, descartando todos os fragmentos menores ou iguais a um centímetro que não apresentassem elementos diagnósticos como arredondamento ou decorações. Os materiais provindos de escavação se encontram em alto nível de fragmentação, nos fornecendo uma quantidade variadas de formas que não possuem grandes dimensões, o que será abordado e ilustrado ao longo do texto.

Nas análises dos materiais de escavação, optamos por manter o foco principalmente na forma dos fragmentos e nas decorações que estes exibem. Utilizamos elementos de datação como pasta, esmalte e decorações para chegar a diferentes métodos de datação, no qual um deles se consiste na utilização da fórmula de South (2007). A utilização do método visava uma análise cronológica dos fragmentos. Optamos por trabalhar com número de fragmentos em decorrência do alto índice de fragmentação. Além disso, elaboramos uma ficha de análise com correspondência de respostas que estivessem alinhadas com nossos objetivos. Na ficha consideramos atributos como forma, marcas de uso e função dos artefatos, bem como atributos particulares relacionados à decoração e esmalte, específicos para as faianças, faianças finas e *ironstones*. A análise buscou, principalmente, identificar as formas e decorações visíveis que pudessem fornecer informações sobre os processos de aquisição e uso dessas louças. Em última análise, nosso foco está voltado para as práticas de consumo empregadas a esses artefatos.

Para uma melhor compreensão, estruturamos nossa pesquisa em capítulos divididos em tópicos. No primeiro capítulo, discutiremos o contexto geográfico e histórico do sertão potiguar,

bem como as particularidades da região do Seridó, destacando a importância da paisagem na compreensão do funcionamento do território. Também faremos um apanhado sobre o desenvolvimento da arqueologia na região, destacando os poucos estudos realizados na área da arqueologia histórica, especialmente em relação ao uso das louças. O capítulo também incluirá uma descrição detalhada do sítio Santa Clara 02. No segundo capítulo, focaremos na discussão de aspectos técnicos, históricos e sociais das louças, onde abordaremos a presença dessas louças dentro da perspectiva dos seus usos e significados. Também apresentaremos uma análise preliminar dos fragmentos trabalhados por nós. O terceiro e último capítulo será dedicado à apresentação dos resultados da pesquisa, onde estipularemos relações entre as louças importantes e as dinâmicas sociais sertanejas seridoenses. Para isso, utilizaremos as ideias de emulação, agência e adaptação cultural para entender como funcionavam a interação entre essa materialidade e as pessoas dentro do cotidiano.

Capítulo 1 – A arqueologia no sertão potiguar

1.1 A ocupação do sertão do Seridó

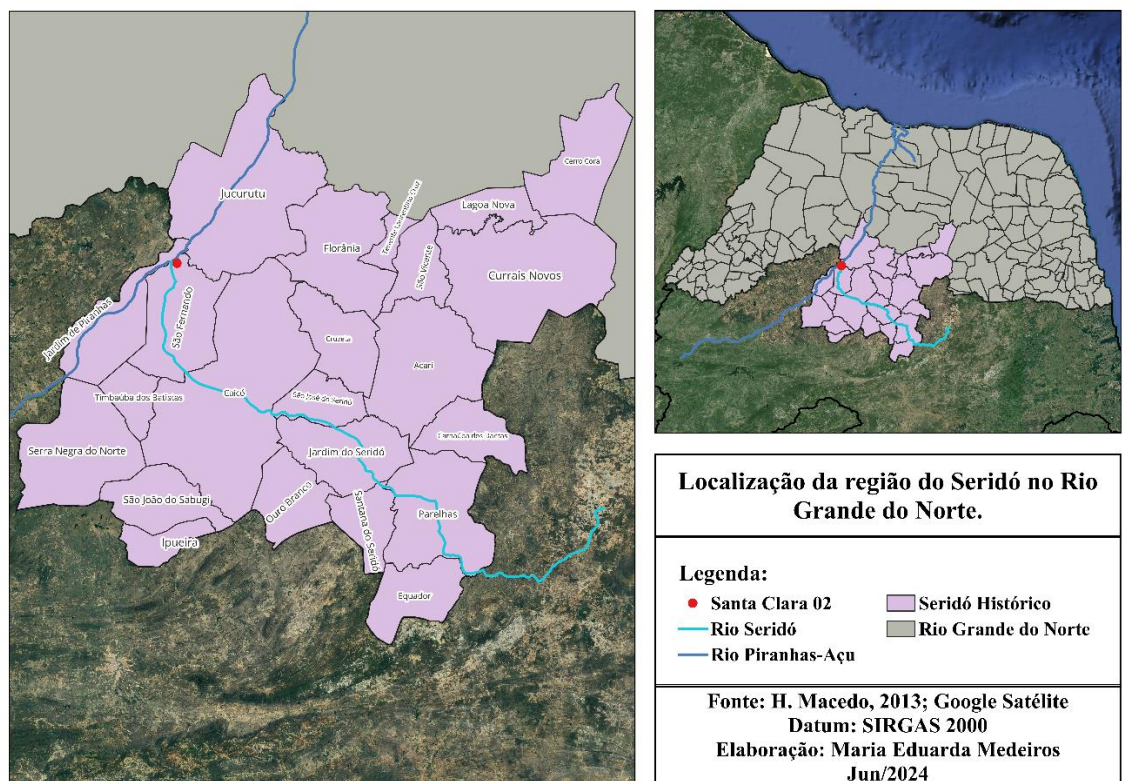
O Seridó é uma região que possui várias definições e vários recortes, está localizada na parte centro-sul do território potiguar, fazendo divisa com o Estado da Paraíba (Neta, 2017). Como apontado anteriormente, as suas definições e limites são variados: a primeira demarcação do que viria a ser o Seridó, feita a partir dos limites da Freguesia do Seridó (ver Figura 3); também apontamos o Seridó historicamente construído (Caicó, Acari, Jardim do Seridó, Serra Negra do Norte, Currais Novos, Florânia, Parelhas, Jucurutu, Jardim de Piranhas, São João do Sabugi, Ouro Branco, Cruzeta, Carnaúba dos Dantas, Cerro Corá, São Vicente, São Fernando, Equador, Santana do Seridó, São José do Seridó, Timbaúba dos Batistas, Lagoa Nova, Ipueira e Tenente Laurentino Cruz) que é formado a partir dos municípios que se desmembraram de Caicó, conhecida por alguns moradores da região como a capital do Seridó e o município mais antigo da região; e o Seridó que consta no IBGE (1989), onde a região é dividida entre Seridó Ocidental (Caicó, Ipueira, Jardim de Piranhas, São Fernando, São João do Sabugi, Serra Negra do Norte e Timbaúba dos Batistas) e Seridó Oriental (Acari, Carnaúba dos Dantas, Cruzeta, Currais Novos, Equador, Jardim do Seridó, Ouro Branco, Parelhas, Santana do Seridó e São José do Seridó), além de outras definições apontadas por Helder Macedo (2013).

Etimologicamente, o termo Seridó tem significados bastante diversos. João Rodrigues Coriolano de Medeiros, ao descrever o verbete no Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba (1950), afirmou que Seridó, nome do rio que nascia no território paraibano e desaguava em terras norte-rio-grandenses, era vocábulo indígena, provavelmente formado de *ceri-toh*: pouca folhagem³. Essa definição foi adotada, posteriormente, por Luís da Câmara Cascudo, no seu *Nomes da Terra* (1968), cujo verbete Seridó referia-se a uma região com 22 municípios, cortada pelo rio homônimo. Para Câmara Cascudo, o nome Seridó vem “De *ceritoh*, sem folhagem, pouca folhagem, pouca sombra ou pouca cobertura vegetal, segundo Coriolano de Medeiros”⁴. Outros estudiosos, ainda, creem que Seridó seja derivado da palavra *Saryd*, que, em hebraico, quer dizer “sobrevivente d’Ele”. A justificativa para essa explicação está baseada na hipótese de que, dentre os primeiros colonizadores que chegaram ao sertão da Capitania do Rio Grande, estava um contingente significativo de cristãos-novos, herdeiros, em última instância, da cultura judaica (...) Cotejando os documentos mais antigos inerentes à chegada dos colonizadores ao sertão do Rio Grande, é possível perceber a palavra Seridó grafada de diversas formas em diferentes épocas: *Sirido* (1545), *Siridô* (1660), *Siridó* (1724), *Ceridó* (1730) e *Ciridó* (1749). É importante anotar, também,

que a palavra Acauã foi utilizada durante, pelo menos, as três últimas décadas do século XVII e primeira década do século XVIII, em dados momentos, para designar o território que, posteriormente, seria chamado de Ribeira do Seridó (H. Macedo, 2013, p. 31-2).

Todas as definições, contudo, dizem respeito a um território formado por identidade e/ou costumes de uma determinada população que partilha dos mesmos valores (H. Macedo, 2013; M. Macedo, 2007). O conceito tem caráter geográfico e histórico, construído a partir de diversas escritas ao longo do tempo. Inicialmente denominado de Sertão do Acauã, a região aparece nos primeiros relatos como seca e com vegetação verde apenas na região das ribeiras (M. Macedo, 2005). Para esse trabalho, nos ateremos à definição histórica de sua formação (ver Figura 1), para que possamos nos aproximar da história local e de seu desenrolar a fim de entender esse sertão particular e o funcionamento da Freguesia da qual falaremos posteriormente.

Figura 1: Mapa de localização da região Seridó do ponto de vista histórico



O Seridó fez parte da empreitada colonizadora para o sertão na capitania do Rio Grande. A sua ocupação foi marcada por conflitos e diferentes acontecimentos. Assim como todo o

Brasil, inicialmente o território que hoje é o Rio Grande do Norte era habitado pelos povos originários. Essas populações foram nomeadas pelos europeus de maneira geral como Tupis e Tapuias, em um cenário antagônico, onde o primeiro grupo habitava o litoral e o segundo o interior (Medeiros Filho, 1988). De acordo com o pesquisador Muirakytan Macedo, “Os povos indígenas que habitavam a capitania do Rio Grande do Norte dividiam-se entre Potiguares, no litoral, e Tarairiús (Jandui) e Cariris, no interior. O Seridó abrigava cinco grupos: canindés, jenipapos, sücurus, cariris, pegas” (M. Macedo, 2005, p. 35).

De acordo com Roberto Airon Silva (2010), a inicialmente capitania do Rio Grande, o nome só irá receber o “Norte” a partir das divisões de províncias imperiais nos anos iniciais do século XIX, foi concedida aos cuidados de João de Barros em 1544 e ali era marcado seu primeiro donatário. Anos mais tarde, a partir de 1582 ela passa a ser uma capitania da Coroa. Apesar de ter sido ocupada e reconhecida nos passos iniciais da colonização, sua ocupação efetiva só aconteceu nos anos finais do século XVI, sendo habitada principalmente pelos nativos. A presença portuguesa se dava apenas por motivos de reconhecimento e exploração.

As primeiras incursões colonizadoras neste espaço da donataria pertencente a João de Barros aconteceram ainda no século XVI, quando foram organizadas duas expedições. A primeira expedição foi comandada pelo sócio de João de Barros, Aires da Cunha em 1535, e seguiu em direção ao litoral setentrional, tendo a mesma expedição se perdido nas costas maranhenses. A segunda expedição foi realizada em 1555, e esteve sob o comando dos filhos do mesmo donatário e buscava assim barrar a ameaça das incursões de naus de corsários franceses nesta área, e partiu em direção à desembocadura do rio Potengi, posteriormente denominado de Rio Grande, com uma expedição composta de 10 (dez) embarcações e 900 (novecentos) homens (R. Silva, 2010, p. 191).

Apesar da grande quantidade de homens na empreitada, as duas missões não obtiveram nenhum êxito devido à forte resistência indígena. É apenas em 1598 que acontece outra expedição, sob o comando de Feliciano Coelho, capitão-mor da Paraíba, e Mascarenhas Homem, capitão-mor de Pernambuco. A expedição seguiu por via marítima e terrestre e, dessa vez, a vitória foi dos lusitanos. Em 1599 a colonização é efetivada, com a construção do Forte dos Reis Magos na atual capital do Rio Grande do Norte. R. Silva (2010) divide a ocupação da capitania em três fases principais: A primeira fase (1601-1614) é marcada pela fundação da povoação do Natal e pela diminuição de resistência dos índios potiguares; a segunda fase (1635-1654) abarca o domínio holandês e as etapas de construções cartográficas, iconográficas e

relatos sobre o território do Rio Grande; e a terceira fase (1659-1700) chega com um amplo conhecimento lusitano sobre a capitania, também são realizadas novas doações de sesmarias e o que mais interessa a essa pesquisa: o sertão começa a ser explorado e adentrado pelas forças colonizadoras.

A terceira fase traz novas formas de doação das sesmarias, essas terras eram agora voltadas para o sertão, tido como inóspito e eram designadas a diferentes grupos. Existiam aqueles que recebiam as terras por representação de figuras importantes ou por sua reputação social; os militares que recebiam as terras como prêmio por conquistas bélicas (principalmente na Guerra dos Bárbaros); além disso, também existiam autoridades como o governador da capitania; os padres da Companhia de Jesus; um outro caso engloba um repasse de terras, em caso de morte ou terras excedentes (R. Silva, 2010).

Primordialmente, existiam confrontos pontuais envolvendo os colonos portugueses, outros invasores europeus e populações nativas, por isso um ponto importante durante o processo de ocupação foi a construção do Forte dos Reis Magos, anteriormente mencionado. A edificação marcou o fim gradativo dos confrontos com populações indígenas litorâneas e com outras populações estrangeiras, sobretudo os franceses (Lopes, 2003). A construção do Forte dos Reis Magos, bem como de outras construções de caráter militar, se configura como uma tentativa, por parte da Coroa Ibérica, de impedir o avanço das tropas francesas sobre o território da colônia. As construções fortes no Império Atlântico português datam dos fins do século XV e avançam durante mais dois séculos em decorrência das disputas territoriais que se espalhavam por todo o globo.

As primeiras referências que encontramos sobre as casas fortes e seu uso no mecanismo estratégico de guerra declarada encontram-se no contexto da chamada Guerra Brásílica, ou seja, o processo dos conflitos armados entre portugueses e holandeses pela posse e domínio de uma área, economicamente, muito importante do nordeste do Brasil que eram as capitanias de Pernambuco e de Itamaracá, que estiveram sob domínio holandês de 1630 a 1654, além é claro, das outras províncias holandesas cujo território foi anexado aos seus domínios ao longo de sua presença no Brasil, que foram as capitanias da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará (R. Silva, 2010, p. 103)

As casas-fortes aparecem em solo brasileiro a partir de um regimento apresentado por Tomé de Sousa, primeiro governador geral do Brasil, em 1548. Esse regimento designava aos donatários e sesmeiros a função de proteger e explorar a terra recebida, essa proteção deveria

ser feita a partir da construção dessas casas-fortes e do armamento de homens (R. Silva, 2010). Em outras palavras, era dever e “obrigatório” que as terras fossem formalmente protegidas e o seguro dessa formalidade eram as casas-fortes. Ainda de acordo com R. Silva (2010), essas construções obedeciam distintos modelos, adaptando-se ao ambiente e necessidades. Porém, de modo geral, serviam ao propósito das guerras contra invasores e nativos. Mais fortificações foram construídas no sertão, em contextos apresentados posteriormente nesta seção da dissertação.

O contato com as ribeiras do Seridó potiguar foi iniciado em 1545, de acordo com M. Macedo (2007),

A expedição ao Seridó possuía o caráter declarado de fazer “contacto daqêlles tapuyos co’brancos portuguezes”, missão cumprida por Antônio de Mendonça e Vasconcellos, José Britto de Almeida, Pero Loppes de Macedo e Natannael Gomes Soares. Estes, para efeito de exploração futura das terras, notificaram ao Conde Antônio de Almmondovo, redator do Termo de Vizita, que após excussionarem pelos “logares Boucqueirão d’Cuo – riacho d’Carnahubbas – queiquô – piancô” foram-lhes mais aprazíveis “o do cuô e logares das Carnahubbas habitadas pelos tapuyos”. Finalizaram o encontro de forma incomum para primeiras embaixadas, conforme o Termo: “(...) c. a offerenda de cõdimentos e presentes d’el-rey de Portugal aos tapuyos”, dádivas geralmente concedidas logo ao primeiro contato e não somente ao término dele, prática comum que a cautela recomendava entre culturas tão diversas e melindrosas (M. Macedo, 2007, p. 31).

Assim como no litoral, os contatos iniciais no sertão foram pacíficos, com uma amizade inicial que antecipava os conflitos (Lopes, 2003). De acordo com Helder Medeiros Macedo (2013), as alianças introdutórias permitiram que os colonos tivessem um conhecimento maior sobre as terras sertanejas, a fauna, flora e populações que ali viviam. Entretanto, os séculos vindouros XVII e XVIII foram marcados pela expansão para o sertão e pelo confronto chamado Guerra dos Bárbaros, que evidencia o fim das boas relações iniciais. No ano de 1685 há o primeiro relato de levantes indígenas, e dois anos depois Paschoal Gonçalves de Carvalho, capitão-mor na época, escreve para o Governo Geral do Brasil sobre assaltos dos gentios aos colonos na ribeira do Ceará-Mirim. No relato, o capitão afirma a dificuldade das defesas e que as fortificações não eram o suficiente para a proteção (R. Silva, 2010 *apud* Lemos, 1912).

Considerando que o período das alianças não foi muito duradouro, sabe-se que “a motivação colonial para a guerra contra os tapuias era a defesa das propriedades coloniais, a conquista do território para a expansão da pecuária, mas também a busca de cativos que deveriam ser vendidos nas áreas coloniais já ocupadas e mesmo no próprio Rio Grande” (Lopes, 2003, p. 300). Todavia, não é seguro afirmar que todas as relações eram conflituosas, sendo

provável que algumas fazendas em sesmarias exigissem uma convivência pacífica (H. Macedo, 2007).

O conflito durou entre os anos de 1683 e 1697, com batalhas violentas que eram vencidas em maioria pelos nativos. O maior conhecimento da região e de táticas de guerrilha variadas causavam um certo receio aos portugueses, que, por sua vez, enfrentavam dificuldades, como a escassez de recursos (Lopes, 2013; M. Macedo, 2005). A Casa-Forte do Cuó, situada no município de Caicó, às margens do Rio Seridó, foi uma base militar levantada após a saída dos holandeses de terras potiguares e que serviu como um importante ponto na Guerra dos Bárbaros, principalmente por causa da sua localização, que permite uma vista privilegiada do território circundante (ver Figura 2). De acordo com R. Silva (2010 apud Lemos, 1912), o Cuó serviu como refúgio para as tropas derrotadas pelos nativos em diversas batalhas.

Figura 2: Imagem da vista da cidade de Caicó a partir da Casa Forte do Cuó



Foto da autora.

Além das fortificações, as autoridades coloniais utilizaram-se dos terços militares para combater as populações indígenas. Os terços, formados por contingentes de várias capitanias e

posteriormente pelos paulistas, atuavam na aniquilação das populações que ameaçavam a expansão ibérica (H. Macedo, 2007). Também por essa razão, as batalhas tiveram o caráter violento e se espalharam pelo sertão potiguar, encontrando seu fim apenas quando o Governador Geral do Brasil, Matias da Cunha, contratou o Terço Paulista de Domingos Jorge Velho. O Acauã foi palco do confronto final. Com o fim do conflito, as populações indígenas que restaram foram dispersadas para diferentes destinos, sendo alguns deles incorporados no sistema colonial devido ao avanço da ocupação (H. Macedo, 2007).

A ocupação sertaneja massiva se deu por dois fluxos: direção leste para oeste, pelos territórios de Parelhas; e na direção sul para norte, partindo pelo planalto da Borborema (Medeiros Filho, 1983), e teve como apoio econômico a pecuária. Sabe-se que a experiência da cana-de-açúcar não era nova, sendo a fabricação em larga escala do açúcar já conhecida na Europa. A complexidade da sociedade colonial era sustentada pelo cultivo da cana em conjunto com a criação de gado, a chamada pecuária. Contudo, as duas atividades não poderiam ocupar um mesmo local.

A divisão de espaço entre cultivo de cana e criação de gado era incompatível, por isso, não era possível que ocupassem uma mesma porção de território. Em decorrência desse fato, surge a necessidade de uma separação entre áreas de criação e áreas de cultivo de cana, essa separação foi formalizada pela “Carta Régia de 1701, que proibia o criatório a menos de 10 léguas do litoral” (M. Macedo, 2007, p. 33).

Foi a partir dessa necessidade de separação que a expansão das fronteiras, do litoral para o sertão, foi possível. O território apontava para diferentes possibilidades econômicas. De acordo com o historiador Olavo de Medeiros Filho, em *Velhos Inventários do Seridó*, o ano de 1670 foi marcado pela emissão de um documento que dizia respeito à concessão de sesmarias. Apesar do cultivo da cana se apresentar como principal atividade econômica para a sociedade colonial e como alavanca para a pecuária, a criação de gado era o elemento que garantia o sustento dos colonos. Quando ocorre a quebra do monopólio canavieiro, em 1657, a pecuária vai assumir um papel mais importante na sociedade colonial e será mais apoiada pela Coroa (F. Oliveira, 2001).

O sertão contava com a existência de pastagens naturais e um clima que favoreceu a criação de rebanhos, e é importante ressaltar também a importância dos rios para o sustento e a criação das primeiras fazendas. Para iniciar o criatório, não eram necessários muitos investimentos monetários. Geralmente se visava encontrar um local, comumente próximo a fluxos de água, onde o colonizador apresentava uma semente de gado, consistida em um touro

e três vacas. Aos poucos a propriedade culminaria em uma fazenda, que iria garantir apenas uma baixa rentabilidade, uma vez que o público da pecuária não era o mercado externo (M. Macedo, 2005).

As fazendas eram geralmente ocupadas pelo proprietário, seus familiares, agregados e pessoas escravizadas (Medeiros Filho, 1983). A pecuária permitiu a criação dos primeiros centros urbanos, e a partir da sua implementação, também o início de outras atividades, como a agricultura. O cultivo do algodão, por exemplo, foi apoiado pelas fazendas criatórias e teve um papel importante na dinamização da economia (D. Gomes, 2018).

A ocupação do sertão do Seridó foi pautada tal qual a conquista do novo mundo, duas frentes principais foram estabelecidas: a frente militar e a religiosa. A frente militar garantia a abertura de espaço e vias para a entrada do processo colonial em terras nativas enquanto a ideologia cristã era utilizada como ferramenta de organização social (I. Medeiros, 2020).

Primeira conquista bélica, depois implementação religiosa Capelas e currais passaram a ser projeções físicas no espaço que viria a ser o Seridó, representantes de relações de poder ali estabelecidas pela Igreja Católica e fazendeiros de gado, os quais viriam a se configurar, gradativamente, na elite da região. É importante lembrar que essa relação da Igreja com a pecuária não é desvinculada da jurisdição militar, visto que a elite pecuarista se configura, em sua maioria, de pessoas que receberam suas terras como premiação da vitória sobre as populações indígenas, tanto que, na documentação, ostentam os títulos militares, a exemplo de Capitão, de Sargento, dentre outros. Logo, não se trata de coincidência o fato aferido por Medeiros Filho de que os futuros municípios do Seridó tiveram sua origem atrelada à construção de capelas em fazendas de gado, e sim resultado da estratégia de povoamento exercida na região do Seridó, a partir da parceria da Coroa Portuguesa com Igreja Católica (I. Medeiros, 2020, p. 66-7).

Como apontado anteriormente, a maioria das terras eram doações de sesmarias em gratificação à vitória sobre a população nativa. Isso servia a dois propósitos, primeiro havia o povoamento do sertão e garantia do território e o segundo propósito tratava-se da criação de gado como forma de suprir demandas do litoral, como carne, couro e leite (Santos, 2013). Além das doações de grandes faixas de terra, os rios faziam uma importante base para o povoamento e colonização do sertão. Esses recursos viabilizavam a fixação humana, principalmente na utilização da água para o consumo e para a agricultura.

Foi às margens dos rios Espinharas, Piranhas, Acauã e Sabugi que as primeiras edificações católicas foram erguidas, servindo como um atrativo para as pessoas que buscavam se estabelecer em terras sertanejas. Havia uma fazenda como origem e em torno das capelas e igrejas se originaram “manchas populacionais” que se adensaram com o tempo. Um importante

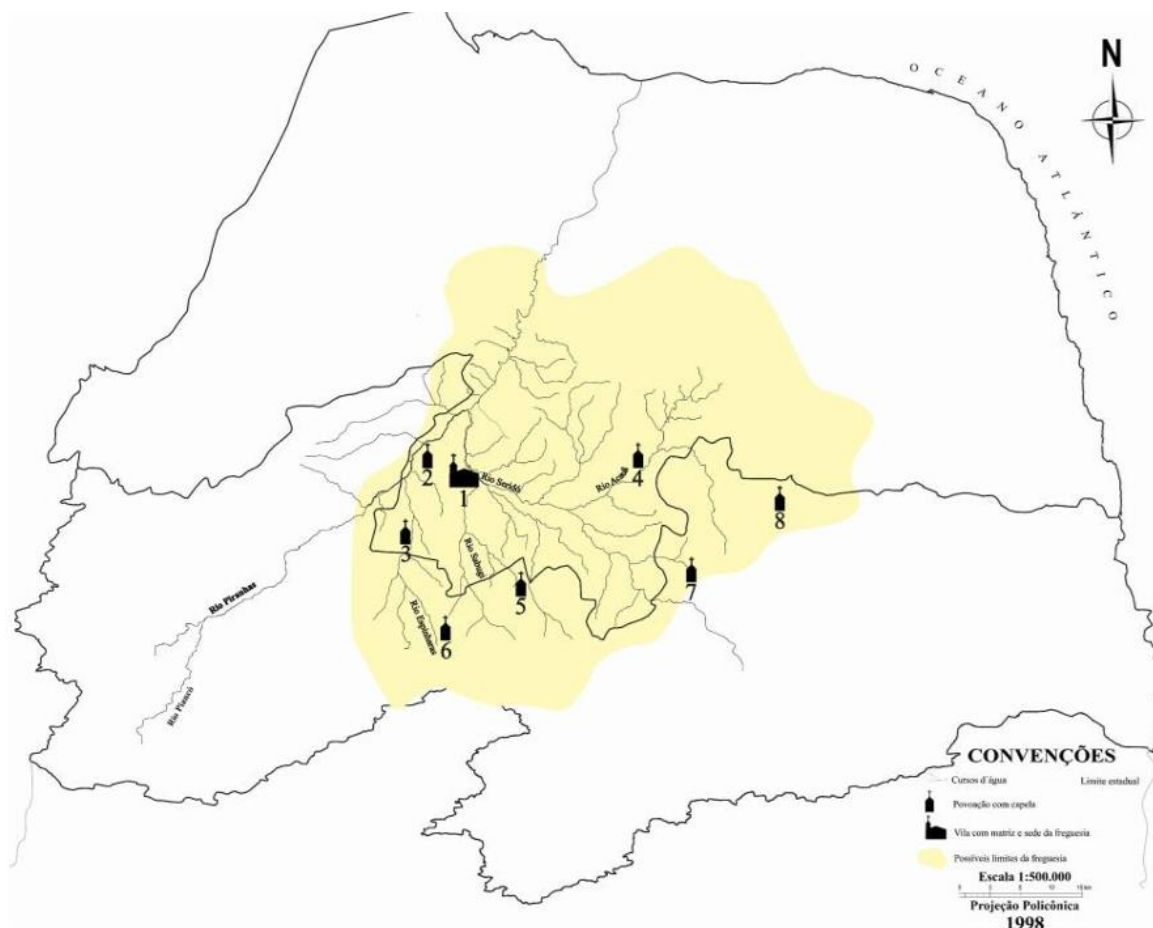
marco para as instaurações de capelas na região foi a construção da Capela da Senhora Santana do Vale do Acauã, em 1695, localizada nas proximidades da Casa Forte do Cuó.

As pessoas já estabelecidas aos arredores do território foram atraídas para as proximidades da fundação e no ano de 1700 o “Arraial do Caicó” foi fundado após os apelos do Senado da Câmara de Natal junto ao El-rei. O Senado visava uma maior dinamização da ocupação do sertão através da criação de arraiais. Para entender melhor o funcionamento primordial da região do Seridó, H. Macedo (2008) chama atenção para a existência de duas cartografias estabelecidas. A primeira tem como base às ribeiras, mais precisamente as pertencentes ao Rio Seridó e seus afluentes que delimitavam a criação de gado. As fazendas de criação utilizavam duas formas de marcação, uma que referenciava a fazenda a qual o animal pertencia e outra que fazia referência à ribeira. Essas insígnias eram marcadas no couro do animal e variavam de acordo com a fazenda e ribeiras.

A segunda cartografia é referente às povoações, as “manchas populacionais” anteriormente citadas, e às fazendas de gado. Essas manchas faziam parte do Arraial do Caicó, mas funcionavam mais como um aglomerado de pessoas, seguindo uma lógica de comunidades. Após a edificação da Capela da Senhora Santana, mais três edificações foram levantadas: Nossa Senhora dos Aflitos em 1710, Nossa Senhora do Ó, em 1735 e Nossa Senhora da Guia em 1738. Cada uma dessas construções ficava sob responsabilidade de uma das famílias tradicionais do local que detivessem gado, lavouras e escravos, ou seja, a elite sertaneja. Assim essas edificações atendiam às manchas e às fazendas. Nos casos em que não havia um sacerdote residente, os padres partiam em jornadas, percorrendo fazendas, comunidades e capelas para levar a fé cristã aos diferentes locais.

Como dito anteriormente, como forma de organização social, foram criadas Freguesias que funcionavam como as paróquias que conhecemos atualmente. Em 1748 há a criação da Freguesia Gloriosa de Sant’Anna, inicialmente conhecida, como sinônimo do Seridó também nomeada de Freguesia do Seridó. Como sua sede, foi escolhida a Povoação do Caicó. (H. Macedo, 2008). A freguesia foi demarcada por Helder Macedo (2013) a partir de territórios apadroados pela paróquia de Sant’Anna no século XVIII, como é possível observar na Figura

Figura 3: Provável área de abrangência da Freguesia de Santa Ana do Seridó até 1788



Fonte: MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Outras famílias do Seridó: genealogias mestiças no sertão do Rio Grande do Norte (séculos XVIII-XIX)**, p. 48.

A Freguesia Gloriosa de Sant'Anna foi a primeira delimitação realizada para o espaço que viria a ser conhecido como Seridó. A sua delimitação também foi importante porque a partir dela, foram definidos os primeiros limites para a criação de uma unidade administrativa, a Vila Nova do Príncipe, fundada em 1788. Contudo, o desenvolvimento da freguesia acompanhava o desenvolvimento do povoamento, o que resultava no aumento demográfico que implicava diretamente na dificuldade de assistência religiosa que demandava com que novas freguesias fossem criadas. Com o desenvolvimento da região, as manchas populacionais iam se adensando e ganhavam destaque, propiciando que ao longo de 1780 freguesias fossem se desmembrando. A nova densidade também dava espaço para novas unidades administrativas que culminavam em municípios que mais tarde passaram a se desmembrar. Os primeiros foram Acari, Jardim do

Seridó e Serra Negra ainda no período da monarquia. Já após a Proclamação da República, mais doze se desmembraram, são eles: Currais novos, Florânia, Parelhas, Jucurutú, São João do Sabugi, Ouro Branco, São Vicente, Cruzeta, Cerro Corá, Carnaúba dos Dantas, Jardim de piranhas e São Fernando, onde fica o Santa Clara 02 (Augusto, 1961, *apud* H. Macedo, 2008, p. 15).

O Santa Clara 02, de acordo com as datações a serem abordadas posteriormente, pertencia à Freguesia do Seridó, uma vez que sua ocupação data de antes do desmembramento de São Fernando. O sítio provavelmente era configurado como uma das manchas populacionais da região. Para obter essa informação, obtivemos ajuda do pesquisador Helder Alexandre de Medeiros Macedo, que investigou nos dados paroquiais do município de Caicó sobre alguma menção ao sítio Santa Clara. Nos dados conosco compartilhados, há uma descrição de uma comunidade Santa Clara, situada às margens do Rio Piranhas. Acreditamos que o Santa Clara 02 se configura como uma parte dessa comunidade, portanto, pertencente historicamente e de forma generalista à Freguesia Gloriosa de Nossa Senhora Sant'Anna como uma comunidade e não como parte de um município. Através da leitura do documento cedido por Macedo (2024), conseguimos reunir as informações em duas tabelas, a primeira (Tabela 1) consta os eventos ocorridos no Santa Clara e a segunda (Tabela 2) se refere a um cruzamento de dados sobre os moradores do local também feito e cedido por Macedo¹. Não conseguimos estipular uma linha cronológica de ocupação, mas ao analisar os dados e combinar com as datas de ocupação, levantamos a teoria de que o atual sítio arqueológico poderia ser uma comunidade habitada simultaneamente pelas pessoas citadas nas tabelas a seguir.

¹Os dados contidos nas tabelas vêm dos livros da Paróquia da Catedral de Santana, em Caicó, os arquivos podem ser encontrados no veículo online FamilySearch. As informações sobre Estevão Melo e Tomázia Ataíde estão contidas no Livro de casamentos 1, Freguesia do Seridó, 1788-1809. Informações sobre Ludovina Maria estão inseridas no Livro de óbitos 1, Freguesia do Seridó, 1788-1811. Informações sobre Ana Francisca Viera e José Francisco Vieira estão no Livro de óbitos 3, Freguesia do Seridó, 1838-1857. Informações sobre Izidoro: Livro 1 de batizados, 1803-1806, f. 2v. Informações sobre Joana, Luzia e Constância estão no Livro de batizados 1, Freguesia do Seridó, 1803-1806. Outras informações estão contidas no veículo online FamilySearch, com os seguintes códigos: Estevão Melo: GFQF-7C9; Tomázia de Ataíde: GFQF-16L; Joaquim Ferreira: GWB1-4X4; Teresa de Jesus: GWB1-HMJ; Antonio Francisco de Miranda: KL7X-5R4.

Tabela 1: Eventos ocorridos no Santa Clara segundo fontes paroquiais

Eventos ocorridos no sítio Santa Clara de acordo com as fontes paroquiais			
Temporalidade	Casamento	Batizado	Enterramento
1790	Estevão Melo e Tomázia Ataíde	—	—
1803	—	Joana	—
1805	—	Luzia	—
1806	—	Constância	—
1806	—	—	Ludovina Maria
1838-1857	—	—	Ana Francisca Vieira
1856	—	—	José Francisco Viera

Tabela elaborada pela autora a partir dos dados oferecidos por Helder Macedo

Tabela 2: Cruzamento de dados sobre os habitantes do Santa Clara

Cruzamento de dados feito pelo pesquisador Helder Macedo conforme dados dos livros paroquiais	
Nome	Informações
Tomázia Ataíde	Filha de Pedro Ferreira da Silva e Dona Maria da Conceição, natural de Pombal e residente na Freguesia do Seridó
Estevão Velho de Melo	Casado com Tomázia Ataíde
Ludovina Maria	Adulta de 50 anos, preta, forra
Ana Francisca Vieira	Parda, possivelmente solteira
José Francisco Vieira	Pardo, casado com Úrsula Maria da Conceição, 36 anos. Possivelmente irmão ou sobrinho de Ana Francisca
Joana	Nascida em 1803 em Santa Clara, filha de Joaquim Ferreira da Rocha e Tereza de Jesus Maria
Constância	Nascida em 1806, filha de Joaquim Ferreira da Rocha e Tereza de Jesus Maria
Luzia	Filha de Antonio e Maria, escravos de Antonio Francisco de Miranda, morador do Santa Clara. Afilhada de Ludovina Maria e Joaquim Ferreira da Rocha
Joaquim Ferreira da Rocha	Filho de Pedro Ferreira da Rocha e Maria da Conceição Ataíde. Possível irmão de Tomázia Ataíde e pai de Joana e Constância
Antonio Francisco	Casado com Maria da Conceição Ataíde, escravo do tenente general Antonio Francisco de Miranda
Izidoro	Filho de João Velho Barreto Jr e Maria Joaquina de Santa Ana, escravos do tenente general Antonio Francisco de Miranda.

Tabela elaborada pela autora a partir dos dados oferecidos por Helder Macedo.

De acordo com Cavignac *et al.* (2016), no sertão do Seridó a sociedade se formou como uma pirâmide, onde os proprietários de terra ocupavam o topo. Em seguida estavam os pobres livres e a base era lugar dos negros escravizados e libertos e os nativos sobreviventes da guerra anteriormente mencionada. Os grandes proprietários detinham muito poder político na região, eles eram aqueles que controlavam os meios de produção e comércio local.

A seca fazia parte da realidade dessa sociedade, elas assolavam a região e causavam uma desestruturação econômica. É como uma forma de adaptação a essa realidade que as fazendas se organizam de maneira autônoma, realizando trocas comerciais internas em razão da distância de centros. A produção de alimentos para subsistência era a marca dessas fazendas, os que não poderiam ser extraídos da própria terra eram comercializados entre os moradores locais nas feiras livres, principais espaços de comércio (Araújo, 2006 *apud* Cavignac *et al.*, 2016). Os autores anteriormente citados ainda afirmam que essas fazendas costumavam sediar eventos sociais como casamentos, festas e batizados, onde participavam os moradores, os vizinhos e suas famílias.

Como pode ser observado, essas fazendas eram os centros da sociabilidade local. É da cultura pecuária que nascem as primeiras relações de compadrio entre os proprietários de terra e vaqueiros. A imagem de relações de apadrinhamento e do vaqueiro é muito presente no imaginário local, demonstrando a importância da cultura pecuária para a sociedade seridoense (Cavignac *et al.*, 2016). Além disso, podemos observar também que os espaços de sociabilidade se concentravam principalmente em grandes festividades, onde a fartura era exposta e a grande estrela dos eventos.

1.2 O Sertão e o sertanejo

O conceito de sertão é antigo, remontando à época colonial no Brasil. Hoje em dia, é mais comum referir-se a sertões no plural, visto que há uma variada gama de nuances semânticas associadas à palavra, do ponto de vista geográfico e cultural. Partindo desse princípio, é interessante apontar para a existência de diversas formas de se conceituar esse espaço.

De acordo com Janaína Amado (1995), o conceito está presente desde o século XVI, no imaginário popular, sendo muito presente também na historiografia brasileira. É também tema para literatura, cinema e filmes, se concretizando no mundo artístico como uma categoria amplamente explorada. Inicialmente o conceito surge no século XIV integrado no linguajar português para delimitar tudo que estivesse distante de Lisboa. Um século mais tarde o termo vai ser utilizado para delimitar grandes posses de espaços vastos não conhecidos. Amado (1995) provavelmente se refere às sesmarias concedidas na colônia, e posteriormente, no século XVIII, o termo ainda era empregado com o mesmo sentido, referindo-se ao Brasil.

Já no século XIX, o sertão era visto e usado como um espaço vasto e despovoado de “civilização”, sempre com a conotação plural de vários sertões espalhados pelo Novo Mundo. O conceito dava nome às áreas afastadas do litoral e de natureza indomada, carregando consigo um sentido negativo e uma forte visão colonial. Era visto como um espaço alheio, pertencente a um *outro* (Amado, 1995). No entanto, caracteriza-se por um conceito indefinido e escorregadio, cuja aplicação depende do ponto de vista de quem o enxerga. A definição para o conceito que estamos aparece no Dicionário do Brasil Colonial, de Ronaldo Vainfas como um local dito como inóspito, árido, parado no tempo; um lugar a ser explorado e desbravado. O

mítico desbravamento dos sertões se assemelha à conquista do oeste norte-americano, onde o bandeirante desbrava a densa Caatinga, caçando indígenas, invadindo aldeamentos e expandindo o domínio da metrópole. Ao mesmo tempo, o conceito de sertão também aparece como um lugar importante para a conquista interina da colônia portuguesa. Contudo, com o passar do tempo, o conceito começou a ganhar certa complexidade, sendo base para uma construção nacional. Lúcia Oliveira (1998) trabalha com ideias de sertão vistas de diferentes perspectivas sociais, dando uma conotação mais cultural e social para o termo:

O sertão, para o habitante da cidade, aparece como espaço desconhecido, habitado por índios, feras e seres indomáveis. Para o bandeirante, era interior perigoso, mas fonte de riquezas. Para os governantes lusos das capitanias, era exílio temporário. Para os expulsos da sociedade colonial significava liberdade e esperança de uma vida melhor (L. Oliveira, 1998, p. 3).

Em concordância com o disposto pela autora, acreditamos ser possível tratar o sertão como um espaço imaginário e socialmente construído. A autora evidencia um simbolismo, colocando em comparação com a conquista do oeste, realizada nos Estados Unidos, visto que para as populações urbanizadas e distantes, o sertão era moradia do indígena selvagem e reino da barbárie, onde havia injustiça e violência. Essa visão “infernai” entra em contraste direto com a visão de um local com potencial e alvo de novas esperanças e novas construções. Essa perspectiva negativa também pode ser vista nos escritos do jornalista Euclides da Cunha, em sua obra *Os Sertões*, que traz uma visão preconceituosa em relação à população sertaneja. Ao descrever a paisagem sertaneja, o jornalista enfatiza as chuvas e as possibilidades de transformação do sertão, o definindo dentro de “um jogo de antíteses”. Cunha (1902) evidencia a natureza intensa que varia entre as secas lancinantes e as chuvas que restauram e transformam o sertão em um paraíso. Os sertanejos aparecem na publicação como uma população forte e desengonçada.

É o homem permanentemente fatigado. Reflete a preguiça invencível, a atonia muscular perene, em tudo: na palavra remorada, no gesto contrafeito, no andar desaprumado, na cadência langorosa das modinhas, na tendência constante à imobilidade e à quietude (Cunha, 1902, p. 116).

A figura do sertanejo emerge em contraste com a do gaúcho, sendo esse último retratado como tranquilo, sem temores, sem preocupações em lidar com um ambiente hostil e secas devastadoras. É possível interpretarmos o sertão como um local desafiador, que exige muito do ser humano e o transforma. No referido livro, o conceito aparece sempre como algo exótico, seja a paisagem ou a população, evidenciando uma forte generalização. Ao que parece, Cunha (1902) estabelece um contraponto entre barbárie e civilização, dando poder ao contraste entre sertão e litoral. Essa dualidade também é exposta por Custódia Selma Sena: “Formulado inicialmente como uma oposição entre civilização e barbárie, essa dualidade tem sido constantemente desdobrada em outros binarismos, como civilizado x primitivo; litoral x sertão; cópia x autêntico; moderno x tradicional etc.” (Sena, 2010, p. 38).

A autora ainda pontua que a dicotomia foi necessária durante muito tempo para a construção do Brasil, de modo que não existe litoral sem sertão e vice-versa. O sertão pode ser visto como mito, um lugar imutável e não atingido pela história. No entanto, outros pontos de vista, principalmente presentes na literatura brasileira, mostram o sertão como um paraíso cheio de justiça, onde há liberdade e prosperidade para os marginalizados da sociedade.

Como mencionado anteriormente, o sertão é o espaço afastado do litoral, muitas vezes romantizado, cujo povo é trabalhador e apresenta uma adaptação diante das dificuldades. Segundo L. Oliveira (1998), o pensamento brasileiro que se construiu através do tempo, colocou o termo sertão como uma oposição ao litoral. Então, se formou, por muito tempo, uma ideia de contraposição e opostos: a civilização *versus* a barbárie (L. Oliveira, 1998). Do ponto de vista prático, o sertão, ou os sertões, estão presentes no imaginário brasileiro de diversas formas. Trabalharemos, portanto, com o sertão do Seridó potiguar, um sertão histórico e culturalmente construído, cujo sertanejo é visto muitas vezes como romantizado ou bárbaro, como dito anteriormente.

O ponto de vista dos cronistas que escrevem sobre o sertão custa ser mais prático, como uma descrição. Embora possamos compreender que todos os relatos escritos partem de um indivíduo pertencente a uma sociedade e costumes próprios. Capistrano de Abreu, em 1930, pinta o cenário do sertão como um lugar onde a caatinga é densa e a difícil penetração se deve também à forte resistência indígena. A vegetação sertaneja, por outro lado, aparece como um elemento inicialmente assustador, mas que logo é desconstruído pelo autor. De acordo com suas palavras, apesar da densidade, as plantas permitem que o indivíduo tenha o céu como guia, tendo-o como visível. Existem obstáculos que podem ser removidos através de ferramentas como facão, foice e incêndios propositais.

No entanto, a Caatinga não seria muito rentável no âmbito econômico e do ponto de vista da construção de lavouras. A solução viria a ser a criação de gado, mas houve protestos que apontavam a vegetação como pobre em recursos, principalmente pastos para alimentação do gado.

Mais tarde, porém, acomodaram-se com elas: porque entre um tronco e outro ha sempre comédia; entre uma catinga e outra há sempre campos; de certas arvores que não perdem a folha, aproveita-se a rama para alimentar a gadaria contra o flagello das seccas. Finalmente, estas matas virgens plebéas, que designamos por uma palavra da lingua tupi, revestem fôrmas muito differentes, que podem emparelhar quasi com as florestas proceras do litoral ou nivelar-se com o campo rasteiro (Abreu, 1930, p. 80)

Segundo Abreu (1930), o gado com destino ao sertão vinha de Cabo-Verde e do Pernambuco, faziam caminhos pela terra e eram evitadas as rotas que inviabilizassem a alimentação dos rebanhos e fossem dificultosos para a passagem. O povoamento pelo interior se deu através dessas rotas e da dispersão das fazendas.

Caio Prado Junior (1942) entende a economia sertaneja como voltada para o comércio interno, ou seja, não era feita para comércio com outros países e sim para a subsistência da própria colônia. Como as atividades mineradoras e agrícolas não eram compatíveis com a pecuária (nem entre si), essa última servia para amparar e tornar possível a realização das outras. As vantagens de se estabelecer no sertão eram a fácil penetração na mata, como foi apontado também por Abreu (1930), os afloramentos salinos que se mostraram fundamentais para o gado, uma vez que serviam como “lambedouros”. Outro aspecto positivo foi a rapidez com que as fazendas se estabeleciam no cenário sertanejo, uma vez que as estruturas necessárias eram básicas, uma casa e curral. Os materiais para sua construção, eram madeira e palha. Dentre as desvantagens, os sertões contavam com a “pobreza da forragem nativa” e a ausência de água.

No caso dos sertões do norte, a mão-de-obra era vasta, no sertão a população dispunha de escravizados, “pretos que abundam nos sertões” e nativos, além dos mestiços da região. Dentre eles, havia os vaqueiros, aqueles cuja função era guiar o gado. A manutenção desses funcionários acabava por ser vantajosa em relação ao seu pagamento. Ele era realizado entre longos períodos, onde ele poderia receber uma quantidade de cabeças de gado para que pudesse estabelecer sua própria fazenda. Prado Jr. (1942) estima um pagamento feito após cinco anos corridos.

Para estabelecer suas fazendas, esses vaqueiros precisavam de terras e estas eram cedidas a partir da repartição de grandes sesmarias doadas no começo da colonização, como abordamos anteriormente. De acordo com Prado Jr. (1942):

Uma fazenda de gado se constitui em geral com três léguas de terra, dispostas ao longo de um curso d'água, por uma légua de largura, sendo meia para cada margem. Esse tipo padrão de fazenda deriva da limitação estabelecida na Ordem Régia de 27 de dezembro de 1695, confirmada em disposições posteriores, e que fixou a área das sesmarias a serem concedidas. E o tipo prevaleceria. Entre cada sesmaria ou fazenda mediava ainda uma légua de terras que se conservavam devolutas; nesta légua nenhum dos confinantes podia levantar construções ou realizar quaisquer obras; ela serve apenas de divisa, providência necessária, onde não se usam cercas ou quaisquer outras tapagens, para evitar a incursão do gado em fazendas vizinhas e confusão dos rebanhos (Prado Jr, 1942, p. 187).

Os funcionários das fazendas se estabeleciam dentro de uma hierarquia própria, onde havia no topo aquele que dirigia todos os serviços, em seguida estavam os vaqueiros e os fábricas, esses últimos eram os auxiliares de todos os serviços da fazenda. Eles poderiam ser escravos remunerados através de cabeças de gado por mês ou por ano.

Estes fábricas também se ocupam das roças que lhes fornecem a subsistência, e que são plantadas nas “vazantes”, isto é, o leito descoberto destes rios intermitentes do sertão, e onde na estiagem se refugiam os últimos traços de umidade. Na falta de roças, cumpre ao proprietário fornecer a alimentação do seu pessoal. Ela é completada com uma vaca por mês que a fazenda fornece. Nas fazendas de menor importância o vaqueiro entra com um quarto desta vaca, que lhe é descontado na ocasião do pagamento de sua parte nas crias; chama-se a esta condição “pagar a morta (Prado Jr., 1942, p. 188).

O autor chama atenção para uma maior rudimentação nos cuidados com a fazenda nos sertões do nordeste.

Vive o gado ali, em suma, à lei da natureza, pastando a erva rala e as folhas coriáceas desta singular vegetação que encontra nas caatingas. Forragem miserável que supõe uma rusticidade excepcional, e não evita bois magros e musculosos que vão fornecer a pouco apetitosa carne que se consome na colônia. Os cuidados com o rebanho são mínimos: cura das feridas que produz a mosca varejeira, proteção contra as onças e morcegos, que abundam em todos os sertões. Nos pastos (a designação até soa mal), não se faz mais que queimá-los anualmente antes das chuvas, para que ao brotar de fresco a vegetação forneça uma forragem mais tenra e viçosa. Não é hábito fazerem-se distribuições regulares de sal, que é fornecido pelos “lambedouros”, como assinala (Prado Jr., 1942, p. 189).

O autor aponta também que para o sertanejo nordestino, o leite serve apenas para subsistência, não é destinado ao mercado, é também utilizado também para fazer um queijo “grosseiro e mal preparado”. Com relação ao rebanho, é necessária atenção para que não sejam perdidos e para que não se tornem selvagens. Para essa vigilância são empregadas as técnicas de marcação a ferro, das quais falamos anteriormente, e os costumes de prender os bezerros; as vacas que estão para dar cria também são especialmente vigiadas para que não se percam e para que o filhote também não morra.

Devido às longas distâncias e a deficiência do gado no processo de deslocação, onde a criação chegava estropiada e abatida, onde logo após não recebia nenhum cuidado. Para contornar essa situação, para longas distâncias foi implantada a técnica da carne seca, onde é salgada e exposta ao sol, a falta de umidade ajuda a criar essa mercadoria que é salgada e seca ao sol até desidratar, prolongando a possibilidade de consumo. Essa produção se tornou importante para o sertão a longo prazo.

O comércio do charque, como era chamada a carne seca, foi expandido para fora do sertão e era consumido principalmente pela população mais afastada em virtude das viagens que podiam ser feitas também via mar, chegando aos litorais. No sertão o consumo não era tão grande pela falta de necessidade de tal coisa. Por ser uma área de criação, a população sertaneja poderia consumir.

Em suma, observamos na literatura uma imagem genérica de sertão, referente ao desconhecido e ao despovoado, mas entendida ora como pertencente ao outro selvagem, ora como espaço de justiça romantizada e de vitória e sobrevivência contra adversidades ambientais. Essa imagem indistinta e quase mítica, à qual se pode associar os vários sertões, pode ser contrastada com uma imagem socialmente construída e algo mais específica de sertão Potiguar. Afastado do litoral, de fato o sertão potiguar viu muitos conflitos, desde os confrontos da tomada do território indígena. No entanto, não foi somente de conflitos que a relação euroindígena foi feita. Por outro lado, as condições ambientais do sertão Potiguar, da seca e verde escasso do Acauã, ofereceram possibilidades econômicas históricas importantes, a saber, o cultivo de cana e algodão e a pecuária.

Nesse contexto, as louças importadas adentram o território potiguar, chegando ao Seridó. É foco dessa pesquisa, como se verá adiante, refletir sobre como essa materialidade estrangeira se torna também sertaneja, ou, ainda, como as louças se integraram à dimensão doméstica das atividades cotidianas de pecuária e cultivo, às mentalidades belicosas e territorialistas e ao verde escasso.

1.3 Potencial arqueológico no sertão potiguar e os poucos trabalhos com louças

As pesquisas arqueológicas no Rio Grande do Norte tiveram início a partir da exploração do considerado autodidata José de Azevedo Dantas. O referido escrevia e caracterizava registros rupestres por toda a região do Seridó e proximidades. Essa grande empreitada foi reconhecida pela arqueóloga Gabriela Martin, que averiguou mais a fundo a ocupação, o que resultou em seu livro “Pré-História do Nordeste do Brasil”, publicada em 1999. Por causa disso, de acordo com Mauro Fontes (2003), o início do foco arqueológico na região foi voltado para as ocupações pré-históricas. É importante salientar também que isso se deve à abundância de vestígios presentes no sertão potiguar. No que se refere às pesquisas na arqueologia histórica, é comum que sejam feitas investigações em casas de fazenda e casas forte, que vêm ganhando força recentemente.

O início da empreitada arqueológica histórica no Rio Grande do Norte é marcado pela pesquisa de Paulo Tadeu de S. Albuquerque, em Vila Flor, litoral sul do Estado. O pesquisador trabalhou com as faianças portuguesas dos séculos XVII e XVIII (Albuquerque, 2001). Já no que concerne aos trabalhos realizados especificamente no Seridó, a UFRN, campus CERES, foi responsável por realizar um projeto através do Laboratório de Arqueologia do Seridó. O projeto titulado “Arqueologia em casas de fazenda na região Seridó: espacialidades, temporalidades e sociabilidades no sertão do Rio Grande do Norte”, sob a coordenação do professor Abrahão Sanderson Nunes Fernandes da Silva, geraram artigos e dissertações² ao longo dos anos, que tinham como principal foco a materialidade encontrada em casas de fazenda.

Devemos também considerar a importância da arqueologia preventiva para o contexto do Seridó, principalmente no que se refere ao período “histórico”. Apesar da riqueza presente nos projetos acadêmicos, as pesquisas realizadas em prol de empreendimentos permitem um maior conhecimento acerca de uma determinada área, embora tenha suas limitações, como a ausência de tempo hábil para um aprofundamento. Foi entre os anos de 2021 e 2022 que ocorreu o “Resgate Arqueológico e Educação Patrimonial na Área da Bacia Hidráulica da Barragem de Oiticica”, coordenado por Silva (2021/2022), que fazia parte do licenciamento necessário para

² As dissertações em questão são: a) “Escravidão e terras de criar gado em um lugar denominado sertão”, publicada em 2021 por Karla Bianca da Silva Oliveira, sob orientação do Prof. Dr. Luis Cláudio Pereira Symanski; b) “Sítio Culamins: um olhar sobre o sertão do Seridó, séculos XVIII – XIX” também publicada em 2021 por Hozana Danize Lopes de Souza, sob orientação do Prof. Dr. Abrahão Sanderson Nunes Fernandes da Silva.

a implantação da referida barragem. O projeto cobria uma área que pertencia aos municípios de Jardim de Piranhas, São Fernando e Jucurutu.

O projeto evidenciou diversos sítios arqueológicos, permitindo que o contexto de ocupação do Seridó ganhasse um certo aprofundamento. O já referido projeto “Arqueologia em Casas de Fazenda na Região do Seridó” foi o pontapé inicial e tem como objetivo alcançar uma compreensão acerca do processo ocupacional da região. Juntando-se a isso, a realização dos licenciamentos ambientais na área, possibilitou o achado de novos sítios e novas perspectivas a serem abordadas. Essas novas pesquisas e visões estão sendo exploradas por instituições como o Laboratório de Arqueologia do Seridó, que tem a guarda dos acervos provenientes de alguns desses sítios, que possibilitaram a publicação de duas dissertações pela Universidade Federal de Pernambuco, além de quatro outras que ainda estão em processo de finalização.

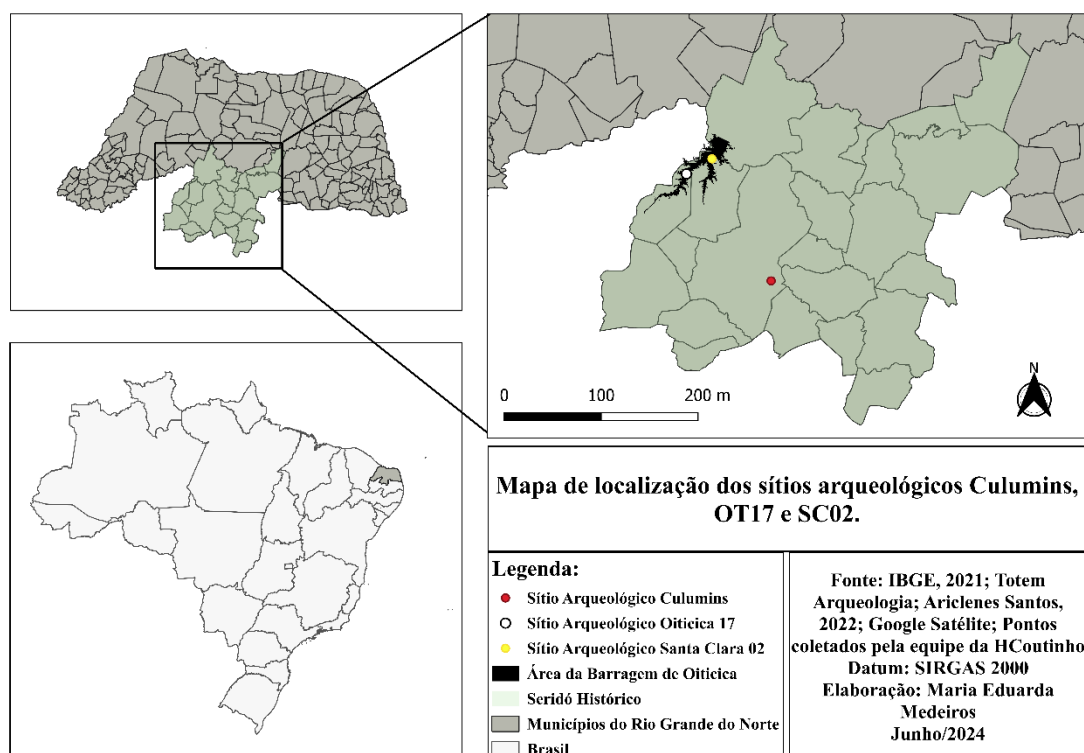
Assim, a arqueologia histórica vem ganhando cada vez mais espaço no cenário do sertão potiguar. Entretanto, as louças ainda não são amplamente trabalhadas. Atualmente, foi possível identificar apenas três trabalhos que as mencionam. Dois correspondem às dissertações de autoria da pesquisadora mestre Hozana Danize Lopes de Souza. A outra produção trata-se de um artigo publicado pela revista *Clio Arqueológica* em 2020 chamado “Arqueologia Histórica e Sertaneja no Seridó Potiguar”, cuja autoria é do Prof. Dr. Abrahão Sanderson Nunes Fernandes da Silva, Hozana Danize Lopes de Souza e Kayann Gomes Batista. A publicação apresenta as louças encontradas como recipientes para consumo, evidenciando a importância das feiras livres para a aquisição não só das peças importadas, mas também de outros artefatos, como a cerâmica de produção local/regional.

A dissertação “Sítio Culumins: um olhar sobre o sertão do Seridó, séculos XVIII – XIX” (H. Souza, 2021) aborda tanto as louças quanto os utensílios de cerâmica dentro de uma perspectiva de práticas sociais e consumo. Aborda também como essa materialidade doméstica se comporta dentro da sociedade colonial sertaneja. Nesse trabalho observamos a presença de louças do tipo faiança fina, numa predominância de 636 peças. Com a aplicação da fórmula de South, foi possível chegar ao ano de 1831 como data média para a ocupação do sítio arqueológico. O referido trabalho ainda destaca que as louças encontradas possuem um valor mais baixo e maior simplicidade em comparação a outros artefatos desse tipo presentes no mercado. A referida publicação trabalha também com as cerâmicas de produção local/regional, estabelecendo um contraponto entre as duas materialidades. A autora evoca o sentido de herança e persistência de tradições.

Já a dissertação “Arqueologia histórica no sertão do Seridó: uma abordagem a partir do sítio arqueológico Oiticica 17” (H. Souza, 2024) possui uma abordagem voltada para a economia, onde se buscou identificar as maneiras através das quais as faianças finas teriam adentrado a região do Seridó potiguar pelas ribeiras do Piranhas. Nesse trabalho observamos a análise de 2.031 fragmentos de faianças finas. As peças analisadas indicaram um período de ocupação referente ao século XIX, mesmo que a variedade de motivos decorativos também indique períodos variados, referentes inclusive ao século XVIII. A dissertação conclui, sobre o uso das louças, que a população que habitava o sítio referido pela autora dispunha de uma variada e considerável quantidade de faianças finas. Nesse sentido, levanta-se um questionamento sobre a origem desses itens, que logo é respondido ao trazer para a discussão as feiras livres e a possibilidade de aquisição e venda de bens variados, que permitem que o sertanejo tenha acesso a artefatos longínquos; definindo, assim, o sertão como um local distante do isolamento.

Assim, observamos que as louças adentraram no Seridó pelo menos desde o final do século XVIII. De acordo com as conclusões de H. Souza (2021, 2024), as louças mais presentes nos sítios arqueológicos da região são as faianças finas. No entanto, observamos que o Santa Clara 02 se apresenta discrepante, ao apresentar também faianças, o que veremos em detalhe adiante. Também podemos observar que não existem conjuntos de chá ou jantar completos nas coleções estudadas nos referidos trabalhos, considerando também as localizações dos sítios mencionados e a distância entre eles (ver Figura 4), constatamos um padrão que foge ao modo mais comum de consumo dessa materialidade nos grandes centros urbanos e pode se estender a mais sítios históricos no Seridó.

Figura 4: Mapa de localização dos sítios arqueológicos Culumins, Oiticica 17 e Santa Clara 02.

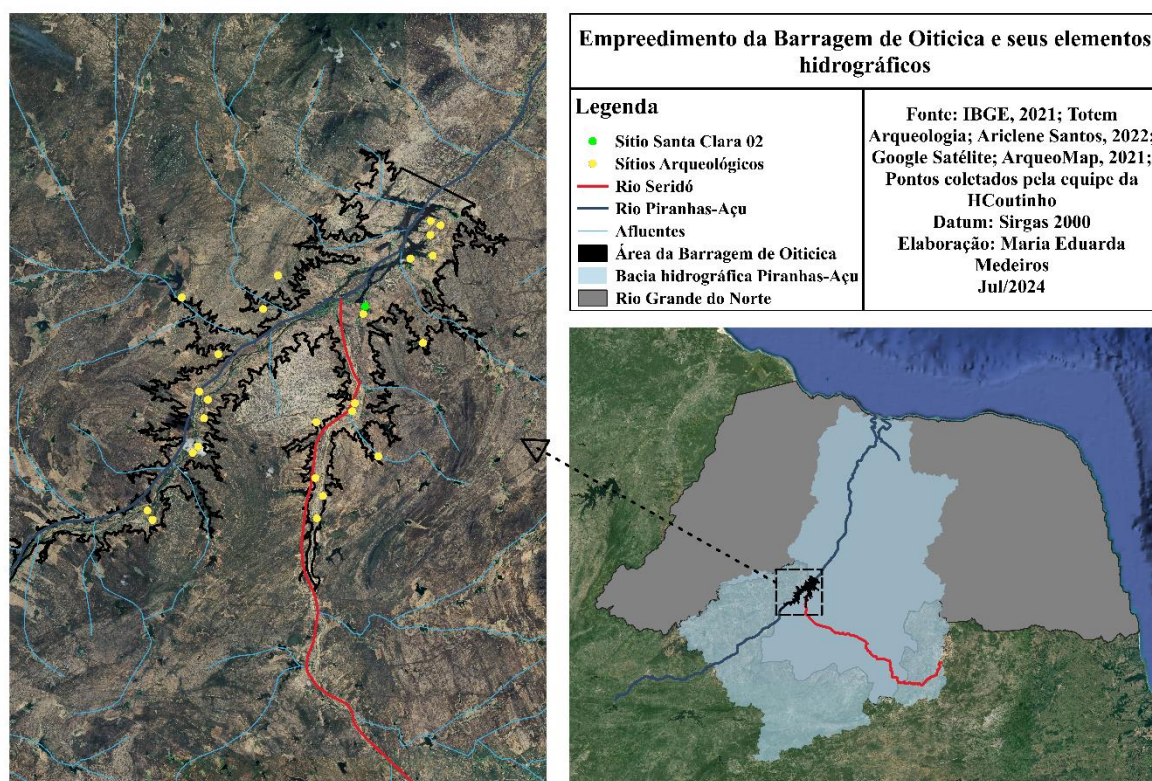


1.4 O sítio arqueológico Santa Clara 02

Como já dito, o sítio arqueológico Santa Clara 02 foi identificado e escavado no âmbito de um licenciamento ambiental. O empreendimento da Barragem de Oiticica atinge três municípios do Estado do Rio Grande do Norte, na microrregião chamada Seridó, localizada no sertão potiguar. O projeto teve como objetivo a mudança de curso do rio Piranhas e maior aproveitamento da bacia hidrográfica da região. A construção da barragem foi inicialmente proposta pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e atingiu os municípios de Jardim de Piranhas, Jucurutu e São Fernando, sendo essas regiões afetadas e alvo do licenciamento ambiental (Arqueorocha, 2019). As primeiras etapas do trabalho arqueológico foram prospectivas e aconteceram entre os anos de 2018 e 2019, quando foram localizados alguns sítios arqueológicos. Posteriormente, em 2022, foi feito o projeto de resgate na área da Barragem da Oiticica. Foram identificados e resgatados 23 sítios arqueológicos (HContinho, 2022) (ver Figura 5). Foram realizadas prospecções com caminhamentos por toda a área a ser afetada pela barragem, além de intervenções no solo através de sondagens. O principal objetivo das prospecções é responder se existem sítios arqueológicos e onde estão (Renfrew; Bahn,

1993). Dentre os sítios encontrados, destacamos o Santa Clara 02 (ver Figura 5), que foi identificado e delimitado a partir da dispersão de materiais encontrados em superfície e através da presença de pelo menos três estruturas, as quais abordaremos posteriormente, além das voçorocas que expuseram o material no solo.

Figura 5: Mapa do empreendimento da Barragem de Oiticica e sítios arqueológicos encontrados até 2022



O sítio Santa Clara 02 está situado em uma área de terraço e, como apontado na Figura 5, se encontra nas ribeiras do rio Piranhas-Açu. Para chegar à delimitação do sítio é preciso atravessar um curral utilizado atualmente para habitação de gado. Ao passar do curral, é possível observar um terreno amplo com vegetação gramínea. A delimitação conta com altas e baixas vertentes, onde ocorre o rolamento de material, como pode ser observado na Figura 6 e Figura 7. A área de maior concentração de materiais está localizada em um terreno de topo, desse modo, a dispersão de materiais tende a seguir um sentido em direção à parte mais baixa do terreno, levado por ação de animais e/ou humanos ou por ação das chuvas que acontecem na região no primeiro semestre do ano, geralmente a partir do mês de março, estendendo-se até o mês de junho.

Figura 6: Fotografia do terreno do sítio arqueológico Santa Clara 02



Fonte: Arqueorocha, 2019

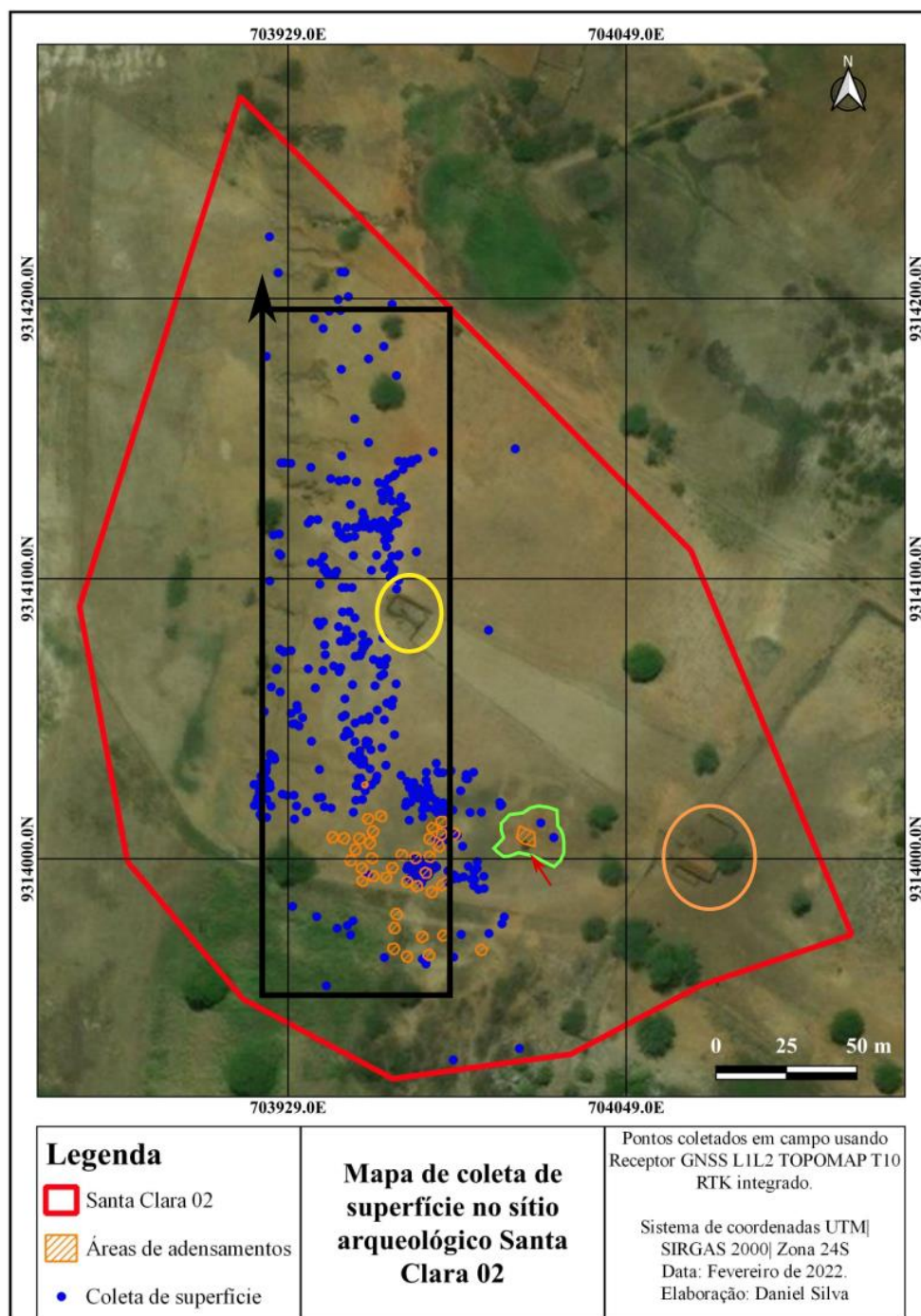
Figura 7: Fotografia do terreno do sítio arqueológico Santa Clara 02



Fonte: Arqueorocha, 2019

Para identificar o Santa Clara 02 inicialmente foi feita uma prospecção estratificada (Domingo; Burke; Smith, 2015), a partir da qual a equipe se utilizou de conhecimentos acerca da região para prospectar nos locais onde seria mais provável haver ocupação. Posteriormente, foi realizada a prospecção intensiva através da abertura de sondagens de 1x1 metro (Arqueorocha, 2019). A partir dessa etapa, foi definida a poligonal do Santa Clara 02, apresentada na Figura 8. A linha em vermelho representa a delimitação do sítio arqueológico e as cores presentes no mapa representam os tipos e concentrações de materiais presentes. Observando a figura, podemos identificar uma estrutura no vértice inferior direito destacada por um círculo laranja, que seria um curral onde ficam alojados bovinos que pastam na região; um pouco mais para o lado esquerdo, onde há uma área de adensamento em cima do que parece ser uma mancha de cor mais clara, destacada por um contorno verde, está localizada a estrutura que interpretamos como possivelmente uma antiga casa cujas paredes já caíram, contudo ela não está visível no mapa (ver Figura 8). Nesse local também podemos encontrar uma outra estrutura recente, uma caixa d'água que foi construída sobre a antiga casa, também contida no contorno verde e apontada por uma seta vermelha. O que parece ser uma estrutura no centro do polígono não foi identificado pela equipe de campo, mas supomos que seja um outro curral, destacado por um círculo amarelo.

Figura 8: Mapa de dispersão do material arqueológico em superfície no sítio Santa Clara 02



Fonte: Hcoutinho, 2022 com modificação feita pela autora.

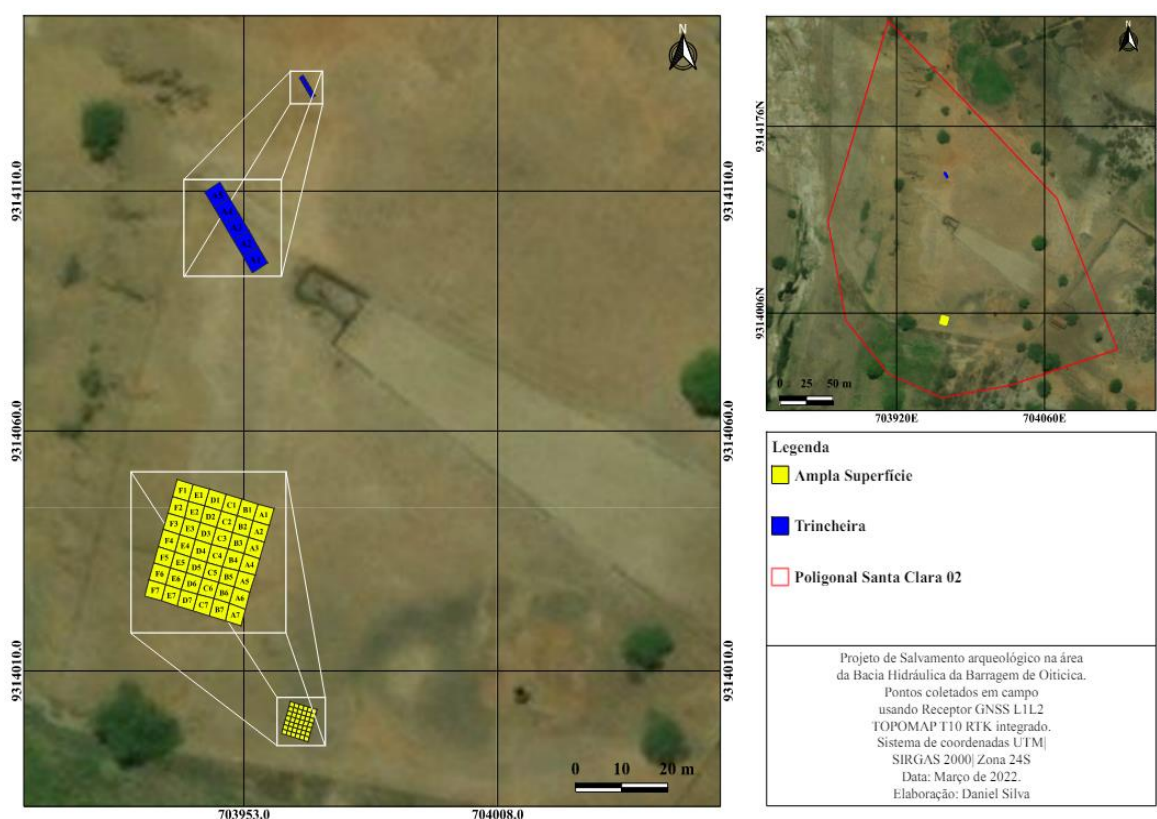
Como pode ser observado ainda na Figura 8, os materiais foram coletados por quase toda a área dentro da poligonal, incluindo os arredores da estrutura habitacional, se concentrando mais à sua esquerda. Podemos pensar em algumas hipóteses que expliquem a

dispersão de material em formato linear vertical, como demarcado pelo retângulo de cor preta. A atividade de máquinas pode ter levado vestígios da área mais concentrada (sul) para a menos concentrada (norte). Contudo, podemos observar que o material histórico se concentra ao sul, nas proximidades externas da estrutura doméstica, enquanto o pré-histórico está mais concentrado ao norte. Tal fato pode ser explicado quando pensamos nos dois horizontes diferentes de ocupação, levando em consideração também diferentes cronologias.

A partir da delimitação do sítio, foram feitas coletas de superfície de forma sistemática em toda a área do sítio e as localizações das evidências foram plotadas por um aparelho GPS geodésico, gerando o mapa da Figura 8, que serviu de base para a escolha das áreas de escavação. A escolha da localização da ampla superfície foi feita a partir de alguns fatores dentre eles está o resultado das sondagens que apontava para um acúmulo de sedimentos naquele local e a distância em relação à estrutura doméstica. Como aponta a Figura 9, a escavação foi realizada em uma pequena área que apresentava uma considerável concentração de materiais históricos e distância em relação à estrutura possivelmente habitacional. Já a trincheira que foi feita logo em seguida, mais afastada da ampla superfície, tinha como objetivo a identificação de uma ocupação pré-colonial, uma vez que está localizada onde havia mais materiais líticos.

A escavação da ampla superfície foi feita em níveis arbitrários de 10 centímetros, em uma malha de 6 x 7 metros, delimitada horizontalmente de A até F e verticalmente de 1 até 7. Optou-se pelo método “xadrez”, onde as quadrículas são escavadas em alternância, com a finalidade de uma melhor visualização dos perfis de cada quadrícula. No entanto, a ampla superfície não pôde ser toda escavada em função do tempo exíguo, comum em contextos de licenciamento ambiental.

Figura 9: Mapa de intervenções realizadas no sítio arqueológico Santa Clara 02



Fonte: Hcoutinho, 2022.

Nesse sentido, nossa pesquisa se debruça sobre o material advindo dos trabalhos executados até abril de 2024, tanto referentes à coleta de superfície, quanto das escavações em subsuperfície. Ressalta-se que o material proveniente das escavações foi analisado de modo sistemático, com preenchimento de ficha de análise para produção de gráficos quantitativos, ao passo que o material recuperado em coleta de superfície foi tratado de modo assistemático e qualitativo. Os dados obtidos no primeiro caso irão contribuir para a compreensão do contexto mais amplo das louças do sítio. Esses e outros aspectos metodológicos serão abordados mais adiante.

1.5 A vivência da paisagem

O sítio Santa Clara 02 está inserido em uma lógica de vivências rurais. De acordo com André Strauss (2021), “Fica clara a importância do conceito de paisagem na trajetória recente

do pensamento arqueológico. Sem dúvida, esse conceito constitui, atualmente, uma das chaves interpretativas de maior valor para a disciplina” (Strauss, 2021, p. 18).

Como bem aponta Strauss (2021), não é prudente separar os achados arqueológicos do local onde estão inseridos, por isso, faz-se necessário uma breve contextualização paisagística do sítio arqueológico por nós trabalhado. Para isso, consideramos o termo *paisagem* como um lugar construído, experimentado e vivenciado por diferentes populações de diferentes maneiras (Criado Boado, 1991). É importante lembrar que a área do Santa Clara 02 é palco de ocupações diferentes, caracterizando-se como um sítio multicomponencial, e que essas diferentes ocupações são evidenciadas através de distintas vivências de uma mesma paisagem. Nesse caso, nos interessa entender sobre a população que residiu no local no período histórico, ou seja, os usuários das louças.

O sítio se situa em uma grande área rural, relativamente próxima da comunidade chamada Barra de Santana, e do rio Piranhas-Açú. A comunidade funciona como um pequeno núcleo urbano. Na paisagem do sítio, é possível notar a presença de alguns elementos que provavelmente indicam uma moradia (ver Figura 10, Figura 11 e Figura 12). Como mencionado anteriormente, existem três estruturas (ver Figura 13), duas de menor tamanho que foram entendidas como construções recentes uma caixa d’água e um forno do qual não dispomos de fotografias ou localização exata, e uma estrutura maior, onde se acredita ter sido uma casa, como pode ser visto nas figuras a seguir. Na ficha de cadastro de sítio foram identificadas mais duas estruturas habitacionais, na ficha estão caracterizadas como de menor tamanho e foram identificadas como espaços de moradia também. Todavia, não conseguimos identificar a localização dessas duas estruturas quando em campo em virtude do grande crescimento da vegetação ao entorno, também não dispomos de fotos ou coordenadas das referidas. Em razão da ausência de dados que nos permitam inferir quaisquer informações sobre as duas estruturas menores, optamos por não as incluir nas nossas análises.

Figura 10: Fotografia da fundação da antiga casa e da caixa d'água recente



Fonte: Arqueorocha, 2019

Figura 11: Fotografia da lateral da fundação da antiga casa



Fotografia fornecida pela equipe da empresa HCoutinho, 2024

Figura 12: Fotografia da lateral da fundação da antiga casa com a caixa d'água recente



Fotografia fornecida pela equipe da empresa HCoutinho, 2024.

Figura 13: Croqui do sítio Santa Clara 02 com estruturas destacadas.



Croqui elaborado por Vanessa Dantas Evaristo, 2024.

Ainda com relação às estruturas, a primeira que identificamos se trata de uma fundação de paredes caídas e feita de alvenaria (ver Figura 12), em virtude do tamanho e dos relatos que

nos foram fornecidos pelos moradores da região (com. pess, 2023), consideramos a estrutura como um espaço habitacional. Em um retorno ao local realizado pela equipe da Hcoutinho em 2024, o piso da casa em questão foi revelado (ver Figura 14). Ele é provavelmente composto por lajotas de adobe e foi parcialmente escavado na referida campanha.

Figura 14: Fotografia do piso revelado na estrutura presente no Santa Clara 02



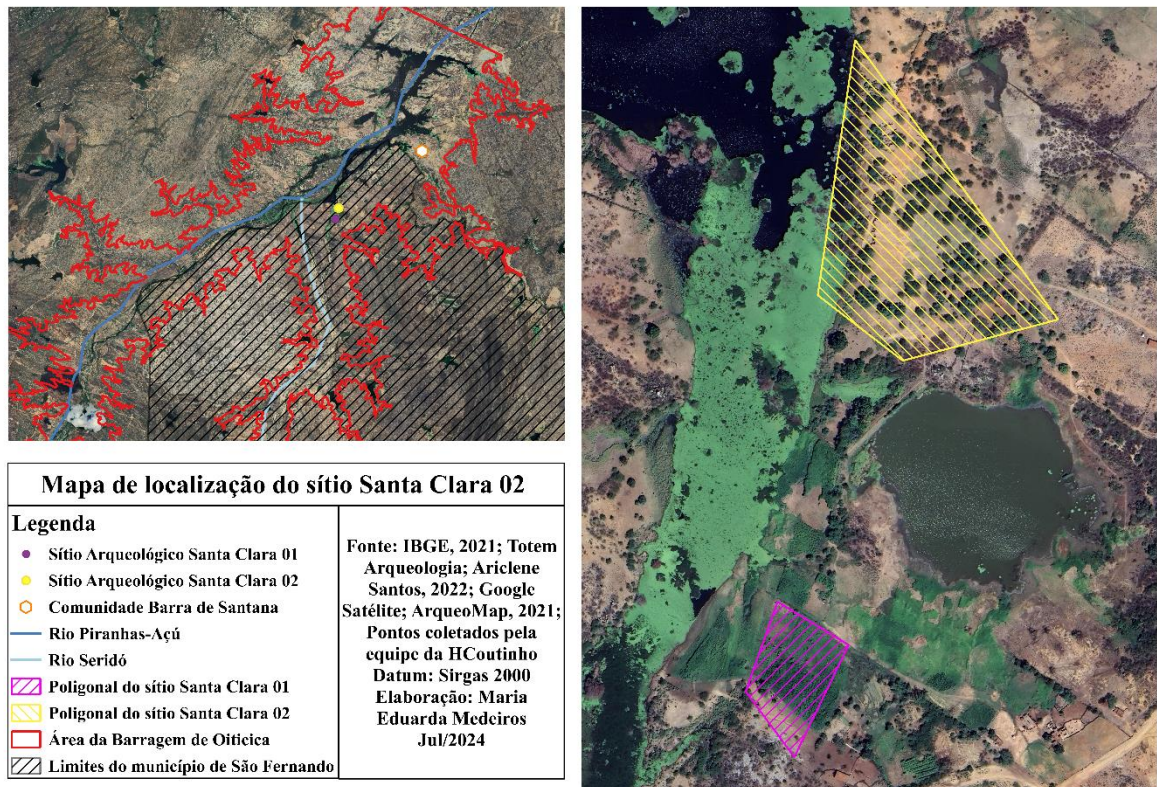
Fotografia fornecida pela equipe da empresa HCoutinho, 2024.

Outros elementos da paisagem também podem estar associados à vivência dos antigos habitantes do local. Os recursos disponíveis na paisagem, como a presença de um corpo hídrico próximo, espécies de plantas e animais, podem dar uma ideia de como as antigas populações viveram e experienciaram o local (Tilley, 2014).

Como mencionado anteriormente, o sítio arqueológico analisado encontra-se em uma das ribeiras do Seridó, às margens do Rio Piranhas-Açu. Portanto, o primeiro ponto a se destacar é a proximidade do sítio com uma fonte de água, provavelmente necessária para a sobrevivência dos habitantes, auxiliando no uso diário da água para consumo e/ou outras atividades como cocção de alimentos. Além disso, o sítio pode ter sido usado como área de pasto, levando em consideração que hoje o terreno é utilizado para esse fim. Contudo, não há uma certeza de que os antigos habitantes utilizavam a paisagem dessa forma. O Santa Clara 02 não se encontra próximo à cidade de São Fernando, mas está em seus limites, em uma propriedade privada na área rural. No entanto, apresenta certa proximidade com um outro sítio arqueológico

evidenciado através de licenciamento ambiental, denominado de Santa Clara 01, como aponta a Figura 15.

Figura 15: Mapa de localização dos sítios arqueológicos Santa Clara 01 e Santa Clara 02



O segundo sítio em questão é encontrado em área de alta vertente, contendo um riacho na baixa vertente. Está localizado atrás de uma casa atualmente habitada e é utilizado como pasto. Foi possível identificar material construtivo e a possível fundação de um forno cuja temporalidade não conhecemos (Arqueorocha, 2019). Não foram evidenciadas grandes quantidades de artefatos; predominam fragmentos de cerâmica de barro, totalizando uma amostra de 536 fragmentos encontrados sob e sub superfície. Outros materiais também foram encontrados como é o caso da louça. Foram identificados 2 fragmentos de faianças, 111 fragmentos de faianças finas, 8 fragmentos de grés e 1 de porcelana, totalizando 122 fragmentos de louças. Além dos materiais cerâmicos, também aparecem vidros (81 fragmentos), líticos (85 fragmentos) e metal (1 fragmento). Com essa informação, estimamos que o sítio Santa Clara 01 e 02 sejam um mesmo espaço e não dois locais de habitação separada. A distância entre os dois locais é de apenas 400 metros, o que nos oferece a possibilidade de que sejam vivências vizinhas ou partes de um mesmo terreno habitável. É importante apontar que é apenas uma

suposição de que os residentes dos dois sítios pertencem a um mesmo grupo de ocupação. Todavia, é necessário, para o entendimento da paisagem, apontar essa proximidade entre os dois sítios arqueológicos. Isso será considerado nas interpretações do sítio e das suas louças ao final deste trabalho.

Capítulo 2 – Louças sertanejas

2.1 Louças e aspectos basilares

Cerâmica é um termo genérico que define objetos elaborados a partir de substâncias minerais que ganham plasticidade em contato com água e endurecem em contato com o calor. Apesar de contar com a argila como matéria-prima, é provado pela ciência que existem elementos adicionais metálicos, não metálicos, plásticos e não plásticos, tais como carvão, caulim, feldspato, carbono de magnésio, fosfato de cálcio e quartzo (Shepard, 1956; Zanettini, 1986; Rice, 1987; Tocchetto *et al.*, 2001). Como parte desses materiais cerâmicos encontra-se o nosso objeto de estudo. Trataremos esses artefatos específicos, a faiança, faiança fina, porcelana, *ironstone* e grés, como louça, visto que: “No Brasil, o termo ‘louça’, coloquialmente, é muito utilizado como sinônimo de cerâmica de mesa e para designar qualquer cerâmica branca” (Braganca; Zimmer; Pedrassani, p. 489, 2019). Além disso, usamos esse termo em concordância com trabalhos nessa mesma área (Lima, 1995; Symanski, 1997; Abreu e Souza, 2013; Bezerra, 2015).

As louças podem ser classificadas como porosas e não porosas (Zanettini, 1986). Representadas pelo primeiro grupo estão as faianças, faianças finas e *ironstones*; e pelo segundo grupo estão a porcelana e o grés. Outro exemplo de louças porosas também pode ser apresentado como as popularmente conhecidas *louças de barro*, classificadas de acordo com seu uso e fabricação (Zanettini, 1986). Essas, no entanto, não serão discutidas neste trabalho, sendo o foco somente as louças de pastas menos porosas listadas acima. Abordaremos, então, a constituição e particularidade de cada pasta.

Brancante (1981) cita Aristides Pileggi (1958) ao definir faiança como uma pasta porosa. Acreditamos que essa comparação seja em relação às louças de barro, cozida em baixa temperatura e que não possui resistência. Além disso, esse tipo de pasta é revestido com um esmalte que ajuda na impermeabilização da peça. Essa pasta foi introduzida na Europa pelos árabes, por meio da produção hispano-mourisca e teve ampla dispersão, contando com decorações que se aperfeiçoaram através do tempo e das inovações tecnológicas. O termo empregado à *faiança* deriva de uma cidade italiana, Faenza, que se tornou um grande centro produtor em meados do século XV (Brancante, 1981). Esse material foi introduzido na Europa com os árabes através da Espanha, demonstrando a disparidade do termo com a sua localidade inicial de entrada no continente. Contudo, a chamada inicialmente de Majólica, teve seu centro irradiador na Itália (Albuquerque, 2001), o que possivelmente explica o nome empregado à

pasta. Beatriz Bandeira (2013) coloca a faiança como um material encontrado com muita frequência em sítios arqueológicos históricos brasileiros. Isso se deve ao fato de que a produção era inicialmente um trabalho manual, aparecendo em países europeus que tiveram forte contato com o chamado Novo Mundo, como Portugal e Holanda.

As primeiras peças de faiança portuguesa podem ser consideradas do início do século XVI, muito embora não exista uma data exata. Tânia Manuel Casimiro (2010) aponta que as elas tinham inspiração espanhola, uma vez que o início de sua fabricação teria ocorrido após a migração de oleiros de cidades da Espanha para Lisboa. Para o caso de Portugal, Paulo Tadeu de Souza Albuquerque (2001) aponta para duas naturezas de produção desse tipo de louças: a faiança de uso interno era produzida para venda interna, destinada ao uso dos portugueses e das colônias portuguesas, comumente encontradas em sítios urbanos no Brasil, e possuem decoração mais simples e conservadora; e a faiança tipo exportação que era produzida para o mercado europeu e para as colônias, possuíam melhor acabamento, mais cuidado nos motivos decorativos e tinham as porcelanas como modelo.

No caso da faiança holandesa, o elemento de distinção se apresenta em sua pasta bege, grão fino e pouca quantidade de estanho no esmalte. Esses atributos interferem diretamente no acabamento que se apresenta como fosco, variando entre branco e azulado. A faiança holandesa teve grande influência nos países da Europa, principalmente pela presença de grandes centros produtores no país, além da produção voltada para o mercado externo. A Inglaterra se mostra um bom exemplo dessa influência; a faiança no território britânico recebia o nome de “*Delftware*” por causa de um dos centros de produção holandeses. É apenas posteriormente que os ingleses substituem o termo por *tin glazed earthenware*.

E a faiança se desenvolveu rápida e intensamente porque encontrou um terreno pronto a receber sementes, pois que a Europa já tomava consciência de sua força e de sua personalidade. Soube adaptar processos e absorver influxos alienígenas, mas numa demonstração pujante passa a firmar, conforme o país, os estilos que iam caracterizar as suas produções e marcar a evolução da arte no Ocidente, através de criações próprias, adaptações híbridas e influências regionais (Brancante, 1981, p. 70).

Desse modo, podemos entender e interpretar a faiança como material de grande valor histórico-cultural, visto que sua produção e aprimoramento expressam influências e o

desabrochar de uma consciência artística, sendo a partir do século XVI que Portugal passa a dominar as técnicas oleiras e fazer as peças a seu modo. A pasta tem sua produção feita a partir de margas argilosas, essas margas são rochas com proporções parecidas de carbonatos e argila, quando contavam com a presença de muito calcário, essas margas eram misturadas à argila para que obtivesse uma maior plasticidade.

A produção de faiança implicava, assim, a mistura de barros. Segundo aquele autor, que o melhor testemunho deixou sobre a produção de faiança e cerâmica comum no centro do país, relatando muitos métodos tradicionais, em Coimbra “a pasta é obtida pela mistura de argilas figulinas com areia e margas que introduzem na sua composição o elemento cálcio que, segundo a prática ensina, é indispensável nestas louças. O vidrado é plumbífero e tornado opaco pelo óxido de estanho. No caso especial das faianças portuguesas, uma das características é que são quase sempre pintadas, sendo as cores postas em cru sobre o esmalte.” (Casimiro, 2010, p. 462 *apud* Lepierre, 1898, 83).

Para que obtivessem a melhor composição de pastas, os oleiros costumavam esgotar os barreiros que considerassem ideais para a produção das faianças, eles esgotaram a fonte antes de iniciar uma nova busca. Mesmo que houvesse uma possibilidade de encontrar uma melhor composição em outro local, era dada a prioridade ao conhecimento prévio de uma fonte. Para os esmaltes das peças eram necessários elementos como estanho, chumbo, sílica e sal ou soda.

Após o “banho” dado à peça, era necessário pintá-la. No fabrico de cores eram necessários óxidos de diversos metais que lhe forneciam diferentes tonalidades. A cor mais frequente na Faiança Portuguesa é o azul, seguido pelo violeta, amarelo e verde (Casimiro, 2010, p. 469).

Para o azul, é utilizado o cobalto; para o amarelo se utilizava o óxido de antimônio; para o violeta ou castanho o óxido de manganês e o verde era obtido a partir do óxido de cobre. Apenas anos posteriores, a partir do avanço da indústria oleira, contam com presença de outras cores como o vermelho. A produção das faianças seguia um processo artesanal que começava com a escolha e exploração do barreiro, de onde se extrai a matéria-prima. O barro extraído era levado através de transportes puxados por animais para as olarias.

O responsável pela extracção do barro devia estar sob as ordens do mestre oleiro, encarregue da oficina, acompanhando a acção exploratória, delegando-a a algum funcionário que conhecesse a natureza dos barros empregues e o local de recolha. Contudo, não descartamos completamente a hipótese de, com o aumento da produção, a recolha do barro se ter especializado e certos indivíduos, detentores do conhecimento necessário à sua recolha, se tenham estabelecido com essa função, vendendo o barro recolhido às oficinas (Casimiro, 2010, p. 474)

Quando na olaria, o barro era esmagado, uma vez que poderia estar em torrões e limpo de impurezas também nesse processo de destruição. O barro então era diluído na água em grandes tanques, e a pasta também ficava mais limpa já que esse processo permitia que matérias como restos de plantas fossem separados, assim as peças não quebraram quando em altas temperaturas. Ainda havia uma outra filtragem, essa era realizada com “coadores de grandes proporções s cujas informações documentais para Delft relatam ser de madeira, cerâmica ou mesmo cobre, passando para outros tanques”³ Após isso, essa água argilosa passava por um processo de secagem que poderia demorar cerca de um mês.

A água, ao evaporar, permitia que a partículas argilosas se anexassem, fortalecendo a sua estrutura cristalina e produzissem uma pasta muito fina, o principal composto da faiança. Este repouso da argila permitia a oxidação da pirite, produzindo sulfato ferroso, que, depois de libertado, evitava fusões no forno que prejudicavam a aderência do vidrado. Dentro dos próprios tanques, a argila adquiria diferentes densidades, sendo a mais fina, recolhida das camadas superiores, utilizada para louça de melhor qualidade, enquanto a que se depositava no fundo, empregue na produção de louça mais grosseira (Casimiro, 2010, p. 476).

Após isso, a mistura de elementos era realizada para que fosse criada uma pasta resistente ao fogo. Apesar das regras químicas, a autora afirma que a maior parte dos oleiros provavelmente não utilizavam desse conhecimento e faziam essas misturas de acordo com a sorte ou a experiência adquirida a partir de erros e acertos de seus antecedentes. As pastas então eram amassadas com auxílio das mãos e/ou pés nas bancadas e chão das olarias, essas práticas eram as mais comuns nas oficinas.

³ (Casimiro, 2010, p. 476).

Seria neste momento que quaisquer impurezas indesejáveis, que numa remota hipótese pudessem ter permanecido na pasta, seriam encontradas e que os elementos não plásticos, destinados a tornarem a pasta mais resistente, eram adicionados. Surge ainda a possibilidade de a areia e cerâmica esmagada terem sido adicionados dentro dos tanques, quando a pasta ainda se encontrava líquida (Casimiro, 2010, p. 477-8).

Em seguida eram adicionados os elementos não plásticos podendo ser os quartzos, micas e cerâmica triturada. Eles tinham a função de reduzir a plasticidade e impedir que a peça diminuísse rapidamente de tamanho durante sua secagem, essa diminuição poderia resultar na quebra, esses elementos também ajudavam na resistência da peça contra grandes temperaturas. “Depois das misturas e pisaduras, o barro era reservado durante algumas semanas, ou mesmo meses, em local escuro, geralmente uma cave ou despensa”⁴. É possível que durante esse descanso, o barro se livrasse totalmente de quaisquer matérias indesejadas que pudessem ter persistido nas filtragens. Após o descanso da pasta, a peça era construída pelo oleiro com o auxílio de um torno que permitia que o artesão fosse moldando a peça. Quando finalizada, ela precisava secar durante algum tempo para então ser removida do torno com ajuda de um arame ou fio.

Formas mais complexas e não circulares, nomeadamente alguns tipos de caixas quadradas e garrafas ou mesmo pratos cuja decoração se encontra moldada ou a aba recortada, eram feitas através de moldagem, recorrendo a moldes de gesso ou, mais raramente, de madeira. O molde era feito com recurso a uma peça já acabada, onde se colocava o gesso por fora copiando a sua forma. Depois de seco estava apto a ser utilizado. Um pedaço de barro era estendido com recurso a um rolo, certificando-se que ficava todo com a mesma espessura (Casimiro, 2010, 484).

Após esse processo, a peça precisava secar em um ambiente seco por pelo menos um dia para que a água evaporasse naturalmente, permitindo uma maior consolidação da estrutura. Os dias poderiam variar de acordo com a olaria, mas o que se sabe é que os dias ensolarados eram amplamente aproveitados para essa etapa. Se a peça apresentasse imperfeições, depois desse tempo ela voltaria para o torno. Caso o contrário, ela era submetida à primeira cozedura, “onde o forno rondaria os 800°C a 900°C, e cozeria entre 12 e 20 horas” (Casimiro, 2010, p. 486). Quando a peça estava pronta, ela precisava ficar no forno para que pudesse esfriar. Ao

⁴ (Casimiro, 2010, p. 481).

fim, a peça era mergulhada num tanque para um “banho” vidrado de chumbo, estanho, areia e sal. A oxidação dos metais era feita para que as cores pudessem ser dadas às peças, essa oxidação era feita a partir das grandes temperaturas também.

Para a decoração, usava-se o estilo manufaturado livre, principalmente para as pinturas mais simples como os semicírculos. Para os desenhos mais elaborados, era utilizado um decalque como “molde” que era “carimbado” na peça com o auxílio de um pó preto. Com o rascunho já na peça, os pincéis eram utilizados para cobrir a arte. Com o desenho seco, a peça passaria pelo forno uma última vez. Algumas peças poderiam passar antes por um novo banho vidrado transparente para proteger a decoração, nesse caso o esmalte ficaria mais grosso. Nesse caso, o forno deveria ser controlado mais atentamente. O mal uso da temperatura poderia causar danos às peças, trazendo prejuízo aos artesãos. Para um melhor controle, era ideal que as oficinas possuíssem fornos para as duas cozeduras distintas (Casimiro, 2010).

Com relação aos centros produtores da faiança portuguesa, Lisboa foi a primeira cidade portuguesa a produzir a pasta em meados do século XVI. As louças ali produzidas eram exportadas para todo o país e para o mundo, as categorias variavam de acordo com o mercado. Havia as menos refinadas e as mais refinadas, sendo essas últimas mais comumente exportadas. O primeiro relato de produção de faianças em Coimbra data de 1608, possivelmente essa louça já era fabricada desde alguns anos antes.

Tentando encontrar uma definição para as produções de faiança de Coimbra sentimo-nos tentados a reutilizar a expressão utilizada por Artur Sandão que a caracteriza por uma “robustez descuidada”. De facto, esta será a principal característica da maior parte das produções daquela cidade, sobretudo quando as comparamos com a louça estanífera produzida contemporaneamente em Lisboa ou Vila Nova. Ao contrário daquelas duas cidades, que apresentam uma pasta clara e amarelada, a cerâmica de Coimbra oferece pastas rosadas claras ou mesmo escuras, nas peças de menor qualidade. (Casimiro, 2010, p. 566-7).

Além dessas diferenças, os esmaltes aplicados também possuem menos estanho o que faz com que a superfície fique mais apta a descascar. A cor azul também apresenta diferenças, como a intensidade da cor. Isso se deve ao menor esforço designado para a produção de tinta. De modo geral, a autora chama atenção para o fato de que as louças de Coimbra se diferem tanto na produção em si até a decoração que pode ter os mesmos motivos decorativos, mas com

“muito menos aprumo no desenho”. No final do século XVI, os oleiros em Vila Nova começam de fato a produzir a faiança, provavelmente pela experiência trazida de outros centros produtores. A cidade parecia ideal para o fabrico dessas peças, primeiro pela sua proximidade com o rio que permitia o fácil acesso à matéria prima, em segundo lugar porque permitia que as olarias fossem afastadas do centro urbano, nesse caso a cidade do Porto. Nos anos seguintes ao início da produção, Vila Nova presencia um crescimento exponencial da produção de faianças.

A produção de louça em Vila Nova era variada, com a produção de diversas formas. (...) Segundo os documentos, as olarias vilanovences estariam a produzir pratos e tigelas de diferentes tamanhos. No entanto, as informações arqueológicas têm fornecido dados importantes que demonstram que tipo de formas eram efectuadas na margem sul do Douro. Nas escavações da olaria de Gaia foram identificados diversos pratos com forma subtruncocónica, tigelas hemisféricas e troncocónicas, covilhetes, garrafas e jarros, bem como algumas figuras (Casimiro, 2010, p. 577).

O esmalte das peças de Vila Nova era de boa qualidade e possuía uma considerável quantidade de estanho, o que era perceptível na grossura do esmalte e no brilho que a peça tinha. Contudo, ele não era bem aderido na peça, o que causavam rachaduras nas superfícies. No que diz respeito às decorações, o azul parecia ser mais escuro que o de Lisboa, o que pode indicar uma discrepância química na produção das cores ou na manipulação do forno.

Casimiro (2010) aponta que as faianças não possuem tanta variedade de formas, elas geralmente são mais abertas como pratos e taças, geralmente a mesma forma serve para diferentes objetivos que variavam entre a mesa, higiene, botica e decorações. No Santa Clara 02, conseguimos apenas observar formas que sugeriam pratos, respeitando o padrão de serem mais abertas. Carlos Etchevarne (2003) aponta que a sociedade de Salvador utilizava algumas faianças como matéria prima para a produção de novas peças das quais identificamos na coleção e falaremos posteriormente. O arqueólogo ainda aponta que esses objetos eram levados para Salvador via metrópole portuguesa, o que nos faz acreditar que esses artefatos chegavam ao Seridó dessa mesma forma, sem necessariamente ter grande participação no mercado local.

Já a categoria da faiança fina se distingue da anterior principalmente no que se refere à queima e porosidade. Pileggi (1958) coloca a faiança fina como uma categoria intermediária

entre a faiança e a porcelana, numa busca dos produtores ingleses por alcançar o refinamento da porcelana oriental e aprimorar a faiança portuguesa propriamente dita. A faiança fina possui uma pasta mais clara, mais resistente e menos porosa. A decoração era aplicada com menor custo, o que permitia que atingissem uma faixa mais ampla de consumidores, podendo também ser relacionada com a fase industrial do ocidente (Brancante, 1981). A chamada *ironstone*, por sua vez, é um tipo de pasta semi vítrea que muito se assemelha à faiança fina. Começou a ser produzida mais tardiamente, no início do século XIX, e pode ser escalada entre a faiança fina e a porcelana (Pes; Milder, 2011).

No caso do grés, segundo Brancante (1981), a produção é anterior à faiança. Entretanto, se aproxima mais da faiança fina porque, afirma o autor, foi através do grés que os chineses chegaram à porcelana e que os ingleses chegaram à faiança fina. Pileggi (1958) classifica o grés como uma pasta cozida em alta temperatura que, ao ser vitrificada, ganhava uma maior capacidade de reter líquidos. Por isso, é comum que a maioria dos artefatos de grés fossem utilizados com a finalidade de conter bebidas (Brancante, 1981).

(...) a literatura aponta a presença, nestas peças, de uma espécie de glazura chamada salt-glazed, caracterizada pelo acréscimo da glazura durante o próprio cozimento da cerâmica, acrescentando-se sal (NaCl) ao forno. O sal vaporiza-se com o calor e forma uma fina película de silicato sobre a cerâmica, não chegando a se configurar enquanto esmalte e aumentando sua impermeabilidade. Daí o grés ser uma cerâmica vitrificada (e não vidrada, que ganha banho de esmalte), já que a superfície da própria peça, com as altas temperaturas, vitrifica (Abreu e Souza, 2013, p. 44).

O grés era produzido na Europa desde meados do século XVI, pelo menos, é uma peça tradicional do continente, sendo exportado apenas a partir do século seguinte. As peças utilizadas no Brasil eram importadas de Inglaterra e Holanda, suas formas variam entre garrafas e garrafões para bebidas, botijas, potes para armazenamento de conserva e tinteiros (Abreu e Souza, 2013). A exportação desse material ocorreu durante os séculos adiante, se destacando o século XIX onde vários recipientes contendo água, cerveja e tinta eram exportados principalmente pela Inglaterra. A cor dessas peças pode variar entre tons terrosos, as formas também variam de acordo com o conteúdo. Elas muitas vezes não apresentam marcas de fabricantes e, no Brasil, eram reaproveitadas para armazenar bebidas de produção local. Era

comum que os jornais apresentassem anúncios de compra de garrafas vazias por preços relativamente altos (Lima *et al.*, 1989).

Já a porcelana pode ser caracterizada como macia ou dura. A diferença entre as duas categorias se encontra principalmente nos compostos químicos da pasta e na temperatura de cozimento, sendo a primeira delas cozida em uma temperatura mais baixa. Além disso, alguns países possuem diferenças nos compostos que incorporam as pastas.

No século XVI, já aberta pelos portugueses a nova rota do Cabo da Boa Esperança, começam estes a disseminar os produtos chineses nas praças européias, sendo os mercadores holandeses os seus maiores clientes até 1594, quando resolvem estes buscá-los no Oriente, impedidos que foram de comprá-los em Lisboa pela guerra declarada entre a Espanha e os Países-Baixos por Felipe II (Brancante, 1981, p. 147).

De acordo com Brancante (1981), a curiosidade em torno do novo produto conhecido, as lendas e as tradições associadas a ele fizeram com que a sociedade europeia estimasse seu uso, resultando no aumento de seu valor. A possibilidade do lucro, a própria estética e o imaginário em torno da porcelana deram início à busca pela imitação das peças. É dessa busca que resulta a porcelana macia. Na Tabela 3 organizamos informações a respeito das diferenças técnicas entre as pastas.

Tabela 3: Atributos técnicos das pastas

Tipo da pasta	Dureza	Porozidade	Temperatura de cozimento
Faiança	Mais dura e sonora	Mais poroza	Maior ou igual 1000°
Faiança Fina	Dura e compacta	Menos poroza	600° a 1150°
Porcelana macia	Macia e artificial	Menos poroza	Até 1200°
Porcelana dura	Constitucionalmente dura e sonora	Não poroza	1350° a 1400°
Grés	Dura e compacta	Não poroza	1200° a 1350°

Tabela elaborada pela autora

As louças se apresentam como material capaz de abarcar diversas possibilidades de pesquisas e variadas perspectivas e conclusões. Começamos, então, a considerar o básico: elemento de datação em virtude de sua produção bem demarcada, seja da própria pasta ou de elementos como a decoração e a esmaltação (Tocchetto *et al.*, 2001). Além disso, a louça também pode ser um reflexo do status social de um determinado segmento da população, o que pode ser inferido através do CC Index (G. Miller, 2009 [1991]). Desse modo, é possível refletir

sobre o poder aquisitivo de um grupo e o grau de investimento empregado na aquisição de louças, utilizando apenas um elemento de seu cotidiano, além de identificar também os seus hábitos, como a cerimônia do chá que está atrelada à presença e uso de xícaras e pires (Tocchetto *et al.*, 2001). O que nos interessa passa por esses aspectos, mas se encontra mais voltado para a autoexpressão e a agência de indivíduos.

Beaudry *et al.* (1996) expõem os resultados de uma investigação feita em pensões *Boott Mills* de uma fábrica em Lowell, Massachusetts, onde o principal objetivo é demonstrar que os artefatos expressam, direta ou indiretamente, as crenças de quem os produziu. No trabalho foram investigadas duas unidades de habitações: a de número 45, uma pensão ocupada por trabalhadores da fábrica, e a de número 28, o cortiço habitado por supervisores e suas famílias. As duas diferentes unidades são compostas por modelos familiares diferentes: a pensão era formada por uma família corporativa, enquanto o cortiço era composto por famílias nucleares (op. cit.). O artigo estabelece uma contraposição entre os dois modelos familiares, onde os resultados apontam que os habitantes do cortiço tinham um maior desejo de se assemelhar à classe média, adquirindo uma maior quantidade de recipientes por pessoa. Enquanto isso, na pensão era servido apenas o básico, apontado como um prato e poucos acessórios. Através desses dados, Beaudry *et al.* (1996) defendem que os moradores do cortiço emulavam os rituais de jantar da classe média, buscando fidelidade com um número reduzido de artefatos. É provável que as mulheres que compunham as famílias nucleares aspirassem um modo de vida com maior estabilidade, seguindo os moldes do século XIX. As diferenças de artefatos se pautam nas diferenças da composição doméstica, considerando também que os supervisores eram responsáveis pela compra de seus utensílios. Sendo assim, podemos interpretar que os contextos sociais e familiares nas duas unidades habitacionais vão mudar, refletindo diretamente no cotidiano e nos artefatos, de modo que as cerâmicas expressam os valores dentro de cada contexto residencial.

Um outro exemplo do que nos interessa aqui pode ser encontrado em um estudo realizado por Anne Yentsch, em 1996, que tem como objetivo analisar a dicotomia natureza/cultura da perspectiva do gênero e dos artefatos. A pesquisadora apresenta os artefatos como metáforas e analogias, afirmando que diferentes culturas utilizam objetos em comparação aos seres humanos, sendo o medievo apresentado como o exemplo principal sobre a divisão de artefatos. Os locais compartilhados entre homens e mulheres apresentavam cores mais neutras, enquanto os espaços específicos para cada gênero eram adornados com as cores que mais se encaixavam. Yentsch (1996) aponta os tons terrosos como associados à esfera feminina, por se

assemelhar mais ao natural. Enquanto isso, os tons brancos estavam mais associados ao domínio masculino em virtude da industrialização, também condizente com a exibição de status social que geralmente era feita pelo homem, que presidia as reuniões sociais e se comportava como o anfitrião da casa. No cotidiano, os artefatos masculinos estariam mais ligados ao ato de servir e de exibir o alimento. A louça, por ter a pasta branca, com maior polidez, geralmente industrializada, estaria mais voltada e passaria a ideia de domínio da natureza, da cultura, em si. Por isso ela está mais próxima da esfera masculina, enquanto a cerâmica utilitária tem uma cor mais terrosa, que remete ao barro e à natureza mais rústica e reservada, sendo geralmente atrelada à esfera feminina (Tocchetto *et al.*, 2001). Como mencionado anteriormente, o artigo deixa evidente que os papéis de gênero estão relacionados ao emprego desses artefatos. Um exemplo disso é que, enquanto a cerâmica estaria mais voltada para o armazenamento e produção dos alimentos, resguardada no âmbito da cozinha, a louça estaria mais voltada para o ato de servir os alimentos, de demonstrar um certo domínio de normas e padrões culturais (Yentsch, 1996). Desse modo, seria praticamente impossível não relacionar esses dois materiais ao público e privado que geralmente dividem os gêneros, sendo o homem dominante no espaço público e a mulher voltada para o íntimo e privado.

Sob uma perspectiva hermenêutica, as louças podem ser interpretadas como linguagem, tal como aponta Tania Andrade Lima (1995). Estamos encarando-as, então, como objetos de comunicação e de autoexpressão. Pierre Bourdieu (2007) estabelece uma relação estreita entre necessidades culturais e o grau de educação formal. De seu ponto de vista, o nível de instrução é um dos elementos que vão nortear o consumo, estando intimamente ligado ao nível social. É possível pensar no conceito de *Nobreza Cultural*, trazido pelo autor ao referir-se a uma certa educação familiar e escolar. Ao discutir exemplos concretos, Bourdieu (2007) utiliza as obras de arte como um elemento comparativo, uma vez que são feitas para determinadas pessoas que possuem conhecimentos e elementos para decodificar as produções. As coisas são vistas como indicadoras de classe. Porém, sua interpretação e seu uso correto requerem conhecimento prévio, intrínseco a cada segmento do *campo*. Partindo desse pressuposto, o espaço social aparece como uma construção abstrata que utiliza traços distintivos correspondentes a diferentes estilos de vida.

Os espaços sociais contam com o *habitus*, um sistema gerador de práticas que classificam gosto ou a classe. Em outras palavras, diferentes condições de existência social vão corresponder a diferentes *habitus*. Esse conceito vai ser representado como uma estrutura contida em outra estrutura, partindo do princípio de que existem classes lógicas que organizam

a percepção do mundo social que, por sua vez, está dividido em classes sociais. Nesse caso, o *gosto* funciona como um operador prático. Ele faz com que as diferenças presentes no espaço físico, visível e palpável, também apareçam na ordem simbólica. Dessa forma, simbolismos podem ser ativamente utilizados em ações voltadas para distinção de classe (Bourdieu, 2007).

Para melhor exemplificar, Pierre Bourdieu (2007) apresenta o consumo alimentar com padrões ditados pelas classes. Os alimentos mais gordurosos, menos providos de carnes macias e, por consequência, mais baratos, são consumidos pelas classes mais baixas segundo uma segmentação econômica. Isso não necessariamente exclui o gosto por esses alimentos, visto que o princípio da preferência é o gosto como necessidade. Portanto, vai existir um contraponto entre gostos de luxo e gostos de necessidade, o primeiro sendo representado por pessoas que vivem longe da necessidade, e o segundo é caracterizado pela ausência.

O gosto em matéria alimentar depende também da idéia que cada classe faz do corpo e dos efeitos da alimentação sobre o corpo, ou seja, sobre sua força, sua saúde e sua beleza, assim como das categorias que ela utiliza para avaliar tais efeitos - aliás, alguns podem ser adotados por uma classe e ignorados por outra, de modo que as diferentes classes podem estabelecer hierarquias bastante diferentes entre os diferentes efeitos (Bourdieu, 2007, p. 179).

A alimentação, bem como a cultura e a representação, aparece como elementos distintivos. Além disso, a forma de servir pode demonstrar tanto quanto o alimento em si. A burguesia, por exemplo, demonstra abundância nos rituais relacionados às refeições. No âmbito da alimentação, ainda existem os costumes à mesa. A contraposição formal/não formal, e a ordem, caso existente, em que são servidos os pratos, também são exemplos de elementos distintivos. De acordo com Lima (1995), a tendência de separar o local de alimentação do local de consumo começa a aparecer no século XVIII, a sala de jantar aparece nas casas burguesas e ganha força no século seguinte como uma espécie de local de apresentação e representação. A refeição escolhida para carregar o peso da ritualização foi o jantar que passa a fazer parte da esfera social, principalmente no ato de receber convidados. A construção de um ritual que envolvia manuais de comportamento e de como servir à mesa, demonstra não só uma necessidade de mostrar sofisticação perante a sociedade, demonstra também a construção de uma representatividade para o status de um grupo através da cultura material.

Para além da mesa, o *habitus* também se apresenta no vestuário: As classes populares transformam o vestuário em um uso realista ou, se preferirmos, funcionalista. Ao privilegiar a substância e a função em relação à forma, elas desejam a devida compensação, se assim se pode dizer, para seu gasto, escolhendo algo “que pode durar muito tempo” (Bourdieu, 2007, p. 190). Para as classes mais baixas, o ambiente privado é um lugar de liberdade, elas se opõem à boa apresentação mesmo em ambientes domésticos. E, assim como a alimentação, a vestimenta é baseada na necessidade e na disponibilidade de recursos.

Nesse sentido, estamos pensando na louça como um potencial elemento de determinado *habitus* e de distinção, muitas vezes utilizado como caminho para buscar construir uma desejada semelhança. É possível que a louça tenha sido utilizada e mudada durante anos para servir como símbolo de sofisticação. A sua aquisição será definida pela necessidade, gosto e recursos, de modo que as classes mais baixas buscam uma semelhança com as mais altas por meio da aquisição de bens, muito embora o uso não seja necessariamente o mesmo.

Ao selecionarem e se apropriarem desses artefatos, desses textos, os indivíduos os decodificam, ao mesmo tempo em que ajudam a produzi-los, no ato da sua apropriação. Assim sendo, esses objetos não apenas refletem aspectos da cultura, mas são ativamente manipulados no sentido da sua construção, muitas vezes condicionando e controlando a ação social (Lima, 1995, p. 130).

Como mencionado anteriormente, a posse e uso desses artefatos pode estar relacionado ao poder de compra da qual um grupo dispõe, visto que eram artigos utilizados principalmente pelas elites europeias, dentro de um contexto capitalista, como afirma Bezerra (2015).

A expansão do consumo, assim como do processo civilizador e do capitalismo, estão interligadas entre si, pois, ao produzir, o fabricante busca um mercado consumidor onde possa vender seus produtos. Quanto mais este mercado se expandir, mais lucro terá e mais irá produzir. Surge então a sociedade de consumo, onde a partir de uma necessidade, ou desejo, busca diferenciar-se dos demais, criando por vezes grupos menores dentro de outros grupos e isso ocorre através da aquisição de objetos (Bezerra, 2015, p. 95).

Assim, as louças, especificamente as faianças finas e *ironstones*, estão inseridas no contexto de grupos de objetos que foram produzidos e se difundiram em massa com o capitalismo e o consumo, dotadas de um viés ideológico cujas raízes estão do desejo de diferenciação (Bezerra, 2015). É dessa diferenciação que falamos aqui. A seção que se segue tratará da chegada dessas peças em território brasileiro, já adiantando também algo de como elas poderão ter sido apreendidas no Seridó.

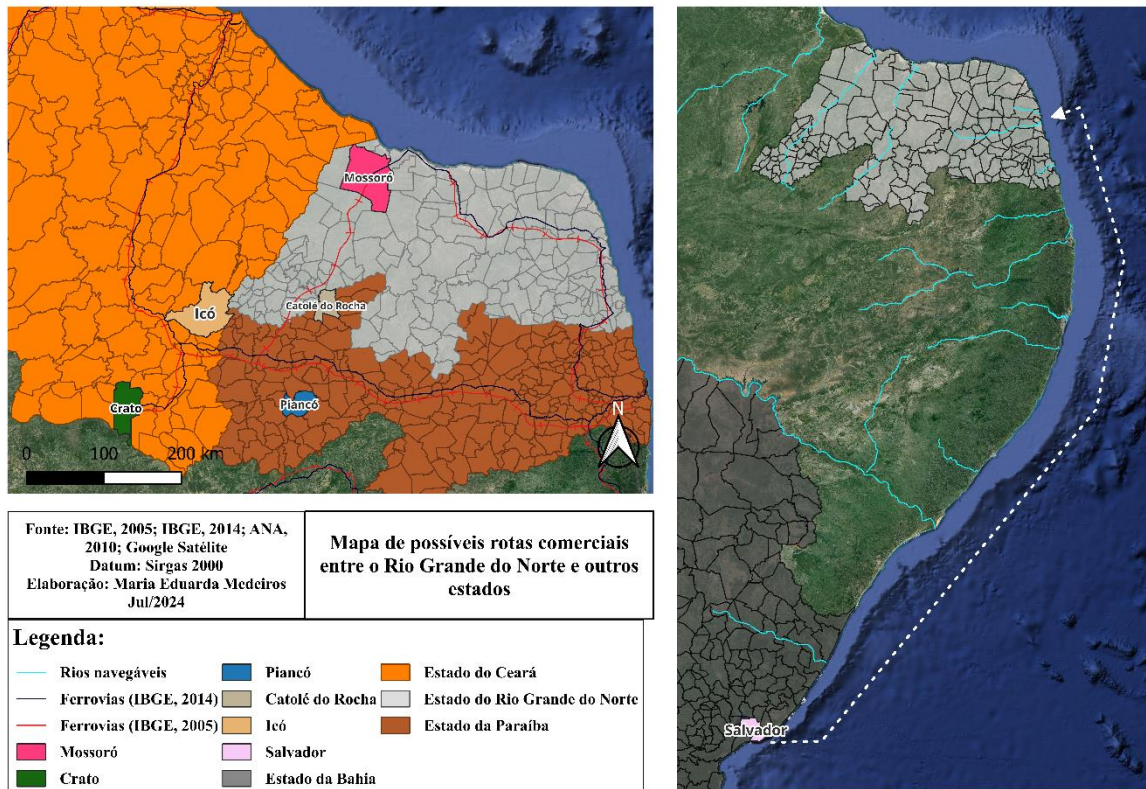
2.2 As louças, viagens e sociedade

A circulação de produtos europeus no Brasil não pode ser resumida apenas à chegada da família real em nossas terras. No entanto, é apenas a partir do século XIX, com a chegada da corte portuguesa e a abertura dos portos às nações amigas, que há grande intensificação do consumo de produtos importados europeus, notadamente ingleses (Lima, 1997). Bezerra (2015) afirma que na segunda metade do século, já era possível comprar produtos em casas comerciais especializadas em artigos de luxo europeus.

Nesse crescente comércio durante a primeira metade do século XIX, a Inglaterra estabeleceu comércio mais intenso com o Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, onde eram realizadas atividades de importação de mercadorias como chapéus, calçados, louça, vidros, entre outros. Porém durante a segunda metade do século XIX esse comércio triplica, inserindo-se esse processo civilizador capitalista por outras regiões do Brasil, dentre elas o Ceará (Bezerra, 2015, p. 102).

A autora também aponta que o comércio se dava da capital para o interior, ou seja, os artigos de luxo primeiro chegavam aos grandes centros para então serem redistribuídos para as demais regiões. Podemos interpretar, então, que a circulação desses itens se dava tal como a colonização, do litoral para o sertão. O jornal *A Ordem*, de 26 de abril de 1936, edição 00224, menciona um trem de Mossoró que transportava mercadorias entre cidades da região, como Piancó, Catolé, Crato e Icó. Dentre essas mercadorias, estavam as louças. O *Diário de Natal*, publicado no dia 10 de janeiro de 1948, aponta mercadorias vindas de Salvador pelo litoral e rios através de embarcações. Portanto, consideramos que eram vários os meios de chegada desses produtos no sertão, vindos sempre de outras cidades (ver Figura 16).

Figura 16: Mapa das possíveis rotas comerciais de chegada de mercadoria ao sertão.



De acordo com Lima (1997), na Inglaterra as louças eram vetores de uma forte expressão social, ao demonstrarem riqueza e refinamento pessoal, sendo, assim, aparelhos de extrema importância em contextos alimentares como o ritual do chá. Inicialmente, esse ritual era como um espaço de sociabilidade, onde havia conversa e socialização entre pessoas, geralmente homens em espaços públicos, as *coffee-houses*, e apenas posteriormente o chá ganhou o espaço doméstico para ser consumido também por mulheres. A autora aponta, ainda, que no Brasil existiam essas casas de chá, mas que elas serviam outras bebidas como café, limonadas e vinhos, uma vez que a infusão havia sido adotada inicialmente e diretamente no espaço doméstico, logo após a inserção do ritual no Brasil. Lima (1997) ainda reitera, ao referir-se ao Rio de Janeiro do século XIX, que valores sociais locais eram mantidos, em contraposto a algumas normas e padrões ingleses vigentes, tais como o horário de serviço da infusão, realizado no Brasil apenas após o jantar. Além disso, uma outra distinção se encontra no ambiente do serviço do chá.

(...) o chá era servido quase sempre na sala de jantar, tanto em família, quanto para convidados. As referências a essa sala aparecem em esmagadora maioria, tendo sido encontrada apenas uma menção ao chá sendo oferecido a convidados em outro aposento da casa, "na saleta das palestras íntimas". Não foi registrada qualquer alusão ao ritual clássico na sala de visitas. Apenas quando tomado individualmente sobretudo em caso de indisposições o chá era servido no quarto (Lima, 1997, p. 106).

No sítio arqueológico Santa Clara 02 foi possível encontrar uma quantidade expressiva de louças (faiança portuguesa, faiança fina, *ironstone*, porcelana e grés). Buscamos entender o significado por trás dos usos desses artefatos no contexto do sertão seridoense do Rio Grande do Norte. Para isso, levantamos algumas hipóteses que estabelecem contrapontos com os usos das louças nos centros, como o Rio de Janeiro estudado por Tania Andrade Lima. Trabalharemos inicialmente com a perspectiva já estabelecida por Lima (1995) de que as sociedades aristocráticas impunham normas e essas normas eram adotadas por uma burguesia local emergente. No entanto, propomos ainda um afunilamento dessa ideia.

Poderosos instrumentos de ação social, refletindo e influenciando relações sociais, comunicando simbolicamente identidades, hierarquia e poder, esses objetos e sua respectiva manipulação compunham um código dominado apenas por uns poucos eleitos. Ao serem apropriados e em consequência vulgarizados, automaticamente se desqualificavam enquanto elementos diferenciadores, o que resultava na elaboração de um novo código, vale dizer, de uma nova moda, capaz de manter as necessárias distâncias (Lima, 1995, p. 132).

Lima (1995) aponta que a industrialização facilitou a produção em massa desses artigos e que esses eram sempre reinventados para sustentar essas diferenciações sociais, de modo sempre a impor normas. Dito isso, é assim que surge essa diferenciação através da louça: não somente na posse do objeto, mas também em todos os rituais que permeiam os artefatos. Tamanho foi o poder da obsessão por artigos importados, sobretudo essas louças, que os espaços destinados para os guardar também começaram a mudar, demonstrando a importância e o peso social que um grupo dispunha ao ter as louças em seus acervos pessoais.

Considerando essas questões, a elite local e regional era composta por fazendeiros e potentados rurais. Teriam sido famílias e pessoas inseridas em fortes relações de patriarcado e

em atividades de pecuária e cultivo, permeadas, como já dito, por mentalidades belicosas. Esse trabalho irá refletir também sobre a inserção do sítio Santa Clara 02 nesse contexto. Teria sido o nosso sítio ocupado e habitado por parte dessa elite? Essa e outras questões serão tentativamente respondidas a partir das louças analisadas mais adiante no texto.

Para nos aprofundarmos melhor no estudo desses vestígios, levando em consideração que estamos lidando com um ou mais grupos familiares, é interessante abordarmos o conceito apresentado pela arqueóloga Penélope Allison (1998), que diz respeito a uma arqueologia do cotidiano. *Household Archaeology* é a vertente da disciplina que se debruça sobre a rotina e a vivência de pessoas que compartilham um mesmo ambiente de moradia, ou seja, que possuem uma convivência e uma relação familiar ou empregatícia. Para trabalhar com esse conceito, é necessário estabelecer que existem diversos formatos de moradia e de pessoas dividindo um mesmo ambiente, que podem estabelecer relações diferentes entre si. No entanto, não se considera apenas a estrutura e a casa, mas sim tudo que pode fazer parte do cotidiano. As pessoas e seus domicílios podem ser vistos como unidades de reprodução de práticas sociais.

Além dos estudos de unidades domésticas (Symanski, 2022), também poderão dialogar com o trabalho aqui proposto as discussões sobre antropologia e arqueologia do consumo. Daniel Miller (2013) utiliza o exemplo do sári, vestimenta tipicamente indiana, para trazer e apontar argumentos de que a indumentária, por exemplo, pode estar presente no emocional das pessoas e em suas memórias. Desse modo, estamos encarando as louças como artefatos que evocam esse sensível por parte da sociedade. O autor define a cultura material em uma ideia de que as coisas formam as pessoas, partindo do princípio de que a cultura é elaborada pela sociedade e, ao mesmo tempo, define essa sociedade e o modo como ela se comporta. Cultura material aparece como algo pouco perceptível por estar à frente dos nossos olhos.

Elas funcionam porque são invisíveis e não mencionadas, condição que em geral alcançam por serem familiares e tidas como dadas. Tal perspectiva parece ser descrita de maneira apropriada como cultura material, pois implica que grande parte do que nos torna o que somos existe não por meio da nossa consciência ou do nosso corpo, mas como um ambiente exterior que nos habitua e incita (D. Miller, 2013, p. 79).

Os objetos, coisas, à nossa volta, estão sempre muito presentes em nosso cotidiano, sempre visíveis e ao alcance das nossas mãos, isso faz com que os nossos olhos se habituem às

vivências diárias, dificultando uma perspectiva de importância desses objetos e do conhecimento que estes podem carregar ao serem analisados.

Ao aprender a interagir com uma profusão de culturas materiais, o indivíduo cresce aceitando as normas que nós chamamos cultura. A criança não aprende essas coisas como um conjunto passivo de categorias, mas por meio de rotinas cotidianas que levam a interações consistentes com as coisas, com isso propiciando a Bourdieu formular o que ele denominou teoria da prática (D. Miller, 2013, p. 82-83).

O pesquisador parece enxergar esses objetos como auxiliares na formação de uma rotina ou de normas que estão presentes na vivência humana dia após dia; eles seriam a ajuda para nos comportar diante de nossa cultura. A título de exemplo, podemos citar as culturas orientais e o uso do *hashi*, enquanto o próprio utiliza garfos e facas para se alimentar, afirma: “Eles dirigem inconscientemente nossos passos, assim como o ambiente cultural ao qual nos adaptamos” (D. Miller, 2013, p. 83).

Pensando nas louças dentro da perspectiva de grupos domésticos, Allison (1998) pontua que a dinâmica cotidiana de residentes das habitações prevalece em relação à imposição de grupos dominantes. Nesse sentido, vida cotidiana e as vivências internas de um grupo doméstico se sobrepõem, no campo ideológico, às imposições de grupos dominantes, priorizando regras e necessidades internas. Desse modo, podemos entender como uma ressignificação de vivências e de consumo dessa cultura material. Pensamos as louças como parte de uma cultura material que molda e ajuda a inserção dos indivíduos à sua cultura e que respeita uma lógica própria. Ao levantar a discussão sobre o nosso objeto de estudo, pretendemos mapear a relevância dele para discutir resistência e costumes culturais de uma determinada população, a sertaneja, dentro de sua própria lógica de consumo.

Porém, antes de entendermos mais sobre a categoria material estudada, precisamos situar consumo e de qual consumo estamos falando. O consumo costuma estar atrelado a uma lógica capitalista de massa, voltado principalmente para tempos mais modernos, por assim dizer. Nesse sentido, voltamos à discussão anterior sobre a superficialidade de uma determinada sociedade de consumo. Estamos enxergando consumo como não contrário à cultura material, mas sim como uma prática.

O conceito, nesse caso, aparece como uma tentativa de traçar as práticas dos grupos inseridos no sítio Santa Clara 02, buscando compreender a relação desses indivíduos com os vestígios de cultura material encontrados nas escavações e coleta de superfície. Buscamos estabelecer contrapontos de consumo entre essa determinada população e os grandes centros brasileiros, como o Rio de Janeiro.

É nossa pretensão usar o termo *consumo* como uma prática e ressignificação do nosso objeto de estudo. Nesse sentido, é importante alertar para os perigos de reforço de estereótipos. Abreu e Souza (2015) abre a reflexão para mencionar que o nordeste brasileiro é alvo de estereótipos associados com o consumo e aquisição de bens, por isso ressaltamos a importância de se ressaltar que existe mais de um tipo de consumo.

Para além das homogeneidades, Saargaren resalta que o consumidor não é agente passivo seduzido pela sociedade de consumo, dado haver uma enorme variedade de maneiras através das quais as pessoas se relacionam com produtos. Estas diferentes maneiras caracterizam estilos de vida, entendidos a partir da coerência entre as práticas sociais e as narrativas que os agentes auto-atribuem a essas práticas (Abreu e Souza, 2015, p. 44).

Queremos, também, deixar em evidência que a aquisição e consumo de determinados bens não estão obrigatoriamente associados ao abandono de práticas culturais, como aponta Abreu e Souza (2015) e D. Miller (2013). Nesse sentido, o conceito de *gosto de necessidade* já apresentado brevemente neste texto, poderá ser interessante. Buscamos, nesse caso, trabalhar a ideia de uso criativo e ressignificado que respeitam uma determinada lógica e recorte cultural.

O gosto de necessidade é um conceito abordado por Pierre Bourdieu que se expressa pela ausência de algo, de acordo com o autor, pela privação de algo em relação a outros estilos de vida.

A necessidade impõe um gosto de necessidade que implica uma forma de adaptação a necessidade e, por conseguinte, de aceitação do necessário, de resignação ao inevitável, disposição profunda do que não é, de forma alguma, incompatível com uma intenção revolucionária, mesmo que ela lhe confira sempre uma modalidade que não é a das revoltas intelectuais ou de artistas (Bourdieu, 2007, p. 350).

Segundo o autor, o que define uma classe social não seria apenas o poder econômico ou as relações de produção, mas sim o *Habitus* que normalmente está associado a essa posição. Em palavras mais simples, o gosto de necessidade é moldado de acordo com o contexto social no qual o indivíduo está inserido. O gosto tem capacidade de associar um indivíduo a sua classe. Contudo, nesse sentido devemos considerar que os desejos e aspirações também influenciam diretamente esse gosto e a relação entre gosto e consumo se torna uma via de mão dupla. Principalmente quando consideramos que um gosto de necessidade pode ser misturado a um desejo de possuir algo referente a outro setor da sociedade, nesse caso o indivíduo aproxima aquele objeto da sua vida e o molda a sua necessidade. De maneira geral, o gosto de necessidade refere-se à aceitação e apreciação do que está disponível de acordo com a classe social. Na prática, podemos entender que mesmo um artigo barato é considerado como um artigo luxuoso de acordo com quem o possui em virtude da sua acessibilidade.

Levando em consideração o discurso de diferenciação social aplicado na variedade de louças que podem ser encontradas no Santa Clara 02, queremos trazer uma perspectiva de semelhança ou pelo menos de tentativa de semelhança de grupos que estão longe dos grandes centros. Para isso, trazemos uma perspectiva apontada por Lima (1995) para pensar nos processos de posse de artefatos por indivíduos que não fossem da alta elite. É interessante, também, apontar que a autora utiliza esse conceito para definir a sociedade carioca do século XIX; porém, estamos nos apropriando de modo a fazer as devidas adequações para nosso contexto espacial e temporal.

Tantos contrastes e contradições, permanentemente apontados, nada mais eram que conflitos entre o gosto de classe, de inclinação, e o gosto de vontade de um Brasil arrivista, emergente, que aspirava à ascensão social lançando mão de recursos como a emulação, a imitação, para se legitimar perante a aristocrática e bem-nascida Europa, em patéticas tentativas de erodir as diferenças entre centro e periferia (Lima, 1995, p. 177).

Lima (1995) menciona a *emulação* como uma ferramenta de legitimação utilizada pela sociedade brasileira que buscava uma aproximação da aristocracia europeia e seu padrão de vida ostensivo. O que propomos é uma emulação sequencial, nos moldes abordados por Symanski (2002), onde o conceito aparece no sentido de imitação, no qual os segmentos da

sociedade vão de forma sequencial se aproximando uns dos outros através dos bens materiais. No contexto abordado pelo autor, o grande modelo é a elite europeia, que serve de exemplo para as elites brasileiras, que, por sua vez, são emuladas pelos segmentos médios da sociedade. Enquanto Lima (1995) apresenta uma emulação direta, Symanski (2002) nos apresenta uma possibilidade mais aproximada do que acreditamos ser o caso do Seridó, onde a população não tem contato com a elite europeia ou das metrópoles brasileiras e, por isso, as tentativas de emulação são direcionadas ao maior segmento da sociedade acessível, mesmo tendo ciência de que existem outros. A diferença do uso dos dois conceitos é apenas uma questão prática. Enquanto Lima (1995) aborda uma emulação direta entre a elite brasileira em relação à elite europeia, Symanski (2002) propõe um efeito cascata. Nesse sentido, existe a elite europeia que é emulada pela elite brasileira que, por sua vez, serve como objeto de emulação para outro setor da sociedade, nesse caso o sertão.

Ainda segundo o autor, o fenômeno da distância se estreitando serve como propulsor para que novos métodos de separação social sejam implantados, onde as elites brasileiras imitam, por assim dizer, as elites europeias e, por consequência, são imitadas por outros grupos, formando assim uma espécie de esquema de pirâmide. Contudo, o arqueólogo ainda nos chama atenção para uma variável dentro do conceito:

Um problema, porém, coloca-se diante do conceito de emulação como uma ferramenta para a compreensão das relações inter-classes: o fato desse conceito trazer embutido a pressuposição de que diferentes grupos sociais assimilam passivamente modelos e padrões de comportamento da classe dominante. Esta pressuposição deixa pouca margem para a noção de agência, desconsiderando que diferentes grupos podem estar reagindo diferentemente a determinadas situações e criando ideologias de resistência àquelas impostas pela cultura hegemônica (Symanski, 2002, p. 37).

O conceito de *agência* apresentado por Symanski (2002), inspirado em Ian Hodder (2000), é um termo tratado como o oposto de conduta, visto que o último citado está mais relacionado com um ponto de vista externo. Agência, portanto, seria algo como o impulso de ação de um indivíduo na tentativa de enxergar a cultura material como ativa. Trata-se de uma crítica ao fato de que em algumas abordagens arqueológicas, as ações humanas são respostas inertes a estímulos externos. Nesse contexto, o termo agência surge para dar voz às intenções individuais, se contrapondo a abordagens processuais.

Com os novos estudos dando ênfase aos sujeitos como produtos do seu tempo, é cada vez mais comum que haja uma delimitação do eu e uma flexibilização de conceitos, de modo que agora os sujeitos estão intimamente ligados a seus artefatos, bem como a seu tempo histórico, e essa experiência corporal do mundo faz com que artefatos, antes estáticos e absolutos, ganhem novos significados (Hodder, 2000).

Partindo desse pressuposto, a arqueologia de longa duração também está condicionada a pequenas mudanças individuais, em outras palavras, grandes transformações partem de pequenas intenções (Hodder, 2000). E ainda que não possamos sempre trabalhar com as variáveis, o padrão de uso das louças parece-nos um fenômeno que vale a pena ser investigado dentro dessa perspectiva de agência e intenção. Nos parece que uma das primeiras maneiras de divergir da noção de passividade na aquisição de louças por emulação se encontra nas mudanças.

As mudanças nos hábitos e maneiras de consumo refletiram e adaptaram-se no contexto rural de forma mais lenta e gradual, sendo mais acentuada a mudança em áreas urbanas, mas mesmo assim, os reflexos dessa alteração podem ser vistos no registro arqueológico de sítios rurais, com a presença de produtos industrializados, como as louças, mesmo que estas não possuam os significados europeizantes que poderiam estar sendo adquiridos nas cidades (Toledo, 2013, p. 189).

Toledo (2013) nos aponta essa visão ao afirmar que muito provavelmente os contextos rurais podem estar mais associados ao que é consumido nos centros urbanos mais próximos, trazendo uma ideia mais regional de padrões de consumo. Sobre esse aspecto, Henri Léfèbvre (2003) evidencia o que ele chama de tecido urbano, conceito atrelado à ideia de que a “vida camponesa” está ligada à vida industrial das cidades desde que seu crescimento aumenta, estando dentro de sua área de influência. A sociedade urbana atua como um controlador de consumo, desde que a sociedade agrícola é uma parte da sociedade industrial. Léfèbvre (2003) coloca a revolução urbana em um patamar de influência e de norteador das mudanças sociais. Dentro da nossa perspectiva, as mudanças urbanas afetam a sociedade rural, que não se mantém afastada e isolada, de modo que há espaço para interações e trocas. Devido a essa íntima relação territorial, onde a cidade maior atua como uma metrópole, é comum que as áreas rurais sejam influenciadas pelas mudanças e tendências de consumo, mesmo que não haja a total emulação dos costumes.

Considerada toda a discussão apresentada anteriormente, investigamos mais a fundo sobre os contextos do uso acadêmico de emulação até encontrar o conceito de *emulação seletiva* (Muniz e Gomes, 2017), utilizado em uma ideia de seleção. Ao trabalharem a cerâmica história de Santarém (PA), os autores evidenciam que pode haver uma emulação por parte dos indivíduos de uma comunidade ao adotarem técnicas e estilos de outras sociedades e empregá-los em suas peças. Essa emulação é feita a partir de uma seleção do que se encaixa melhor no cotidiano dos indivíduos; dessa forma, eles fazem uma captação de um costume externo e do outro, transformando-o e dando um significado que seja interno e pertencente à sua comunidade. O conceito nos pareceu bom, mas não o suficiente para abarcar a totalidade do que parece acontecer no cenário trabalhado por nós.

A ideia de agência, como apontado anteriormente, está atrelado intimamente a questões de intenção. Desse modo, podemos observar que o termo “seleção” é uma forma de agência. Entretanto, o que visamos é ampliar esse sentido de emular para além de uma seleção. Estamos trabalhando com uma pequena elite que estaria emulando costumes de elites maiores, nesse caso a brasileira das grandes metrópoles e a europeia, e aplicando a agência ao adequar a aquisição de artefatos ao seu gosto, que nesse caso seria o gosto de necessidade. Nesse sentido, a agência opera dentro de uma cadeia maior que vai além de selecionar o que emular.

Nossa hipótese está concentrada na ideia de que os usos da louça pelas populações sertanejas estão atrelados a uma emulação, mas considerando suas necessidades, seus valores e seus gostos, ressignificando esse ato de imitação. O contexto das louças do Santa Clara 02 nos parece exigir um pouco mais de complexidade do que uma “seleção” do que será emulado, visto que estamos lidando com uma sociedade rural e afastada dos grandes centros urbanos, que trabalha e age a sua própria maneira e de acordo com suas necessidades e recursos. O conceito de seleção nos parece remeter apenas à escolha do que imitar, o que nos evoca a ideia de algo mais prático, técnico; como se o indivíduo respondesse a um estímulo, sendo esse estímulo um leque de escolhas apresentadas pela sociedade e em seguida pelo mercado, onde ele apenas seleciona algo que lhe convém. Por outro lado, quando adicionamos a agência na equação, estamos trazendo um sentido de adaptação aos seus gostos que são particulares às suas vivências. A emulação seletiva se aplicaria melhor em um contexto de trabalhar apenas com a aquisição de artefatos ou técnicas. Contudo, o que queremos evocar é a ideia de uma articulação em torno dos objetos, das decorações e do uso.

Levando em consideração todo o contexto e discurso social que as louças apresentam, optamos por trabalhar com *emulação agenciada*, um conceito que não aparece em trabalhos de arqueologia ou quaisquer outros que tivemos acesso. A proposta coloca em relevo uma tensão entre estrutura e indivíduo, na formulação das relações entre as pessoas e os objetos, onde os indivíduos observam o comportamento e o adaptam à sua própria vivência e cotidiano. Para apresentar o conceito, estamos levando em consideração um indivíduo que age de maneira autônoma, que observa e utiliza da criatividade para trazer suas intencionalidades e experiências para o consumo. Os agentes, nesse caso, vão atuar como transformadores, escolhendo as louças e empregando seu uso a partir do que está disponível no mercado, do seu gosto pessoal e do que melhor atende suas necessidades, muitas vezes inovando no uso desses objetos. A ideia da agência atua na própria ideia de intenção, evidenciando uma complexidade que vai da motivação da aquisição das louças até o uso que elas terão, trazendo uma noção de reelaboração e pensamento independente onde há um papel ativo e consciente de adaptação e modificação do comportamento que inicialmente seria imitado.

Essa adaptação estaria voltada para o atendimento de necessidades e objetivos internos. Nesse caso, evidenciamos a existência de um agente ativo e transformador de comportamentos. A emulação agenciada estaria presente na aquisição das louças e no ressignificado delas, onde não haveria a seleção da materialidade baseado em normas e padrões de grupos dominantes, mas sim em necessidades e costumes próprios do sertanejo seridoense. O que evoca a ideia de um sertão fiel às próprias ideias, mas ainda conectado ao resto do mundo. O ato de contrapor as metrópoles e os padrões de venda e uso das peças transformaria as simples louças em louças sertanejas. O conceito por nós apresentado tem como objetivo trazer uma maior complexidade do que uma seleção, que para nós parece um ato de selecionar o que melhor atende e se adapta ao gosto sem necessariamente que haja uma modificação daquele determinado comportamento, fazendo com que seja uma cópia de comportamentos já existentes. Considerando a discussão anterior, optamos por adaptar o conceito para a realidade do sertão seridoense, tendo em vista que a transformação e adaptação são as chaves para entender o consumo dessa materialidade na sociedade sertaneja.

A lógica sertaneja apontada por Abreu e Souza (2017), de uma sociedade distante dos centros urbanos, corrobora a nossa hipótese de que, apesar do uso da louça ter sido adotado, o ritual por trás desses artefatos não foi incorporado pela maior parte dos grupos sertanejos. Nesse sentido, nos deparamos com uma lógica rural que trabalha e funciona de acordo com suas necessidades e recursos, distanciando-se das normas oferecidas e impostas por uma elite dos

centros brasileiros (Toledo, 2013). Abreu e Souza (2017) se mostra contra o uso do termo emulação para o contexto por ele estudado, apontando que o ritual do chá não foi incorporado por esses indivíduos, que consumiam a infusão no âmbito do tratamento de enfermidades. No entanto, Lima (1997), considerando outro contexto, chama atenção para um contraponto.

Entretanto, não obstante sua função fortemente social, continuou a ser utilizado como antes, para fins medicinais, contra indisposições, dores de cabeça, febres, ou simplesmente para aquecer (LIMA, 1997, p. 107).

Utilizando-nos desses argumentos, definimos que o conceito de emulação agenciada da qual estamos tentando tratar não se encontra no ritual do chá proposto por Lima (1995; 1997), mas sim no ato de adquirir as louças, estabelecendo um contraponto entre a aquisição e uso desses artefatos entre o sertão e os grandes centros, como o Rio de Janeiro. Abreu e Souza (2017) aponta:

A presença e chegada das xícaras no sertão não indicam a perda substancial de práticas ou apenas a emulação de comportamentos tidos como modernos, já que a forma associa-se diretamente às práticas de socialização caras ao mundo camponês sertanejo, do receber em casa e estabelecer laços com vizinhos e visitantes (Abreu e Souza, 2017, p. 202).

A emulação agenciada desses grupos nos ajuda a entender como se deu essa adoção de novos artefatos, mas sem necessariamente deixar de lado as práticas já incorporadas na forma de viver no sertão, como o ato de receber visitantes e designar para eles as louças mais caras e distintas da casa (Abreu e Souza, 2017).

2.3 A análise das louças: questões preliminares

Essa seção traz algumas questões de método e uma descrição sumária do material já analisado, uma vez que os dados foram processados. É importante salientar que apenas o material de escavação foi analisado com base na ficha de análise; o material de coleta de superfície foi analisado de forma qualitativa e será trabalhado mais adiante no texto.

As análises do material de coleta de superfície e do material proveniente de escavação serão apresentadas separadamente. Em ambos os conjuntos, trabalharemos com as faianças

portuguesas, faianças finas, *ironstones*, porcelanas e grés. Durante a curadoria feita pela equipe do LAS, seguindo procedimento padrão, foram descartados todos os fragmentos menores ou iguais a um centímetro.

De imediato, é necessário asseverar o que, para os propósitos deste artigo, estamos chamando de descarte. Trata-se do ato de separar vestígios arqueológicos derivados de investigações científicas sistemáticas, para os quais existe a necessidade de imposição de regime especial de salvaguarda institucional, daqueles vestígios que não dependem desse regime. Esta separação é feita por meio de processos controlados e qualificados de identificação, classificação, triagem e seleção. Não se trata, portanto, de jogar materiais arqueológicos no lixo, mas de selecionar objetos potencialmente informativos, para cuja salvaguarda os “Museus” (Art. 1º da Lei nº 11.904/2009), “Instituições de guarda e pesquisa” (IN IPHAN nº 01/2015) do patrimônio arqueológico deverão impor energia e recursos à manutenção, em prol das gerações presentes e futuras (Costa; Fernandes, 2020, p. 191).

Sabe-se que fazer a seleção de determinados artefatos é uma ação necessária que se mostrou presente ao longo de toda a história de preservação ao patrimônio cultural. No caso dessa pesquisa foram feitas duas, a primeira feita pela equipe do LAS, referente ao descarte. E uma segunda seleção foi feita para essa dissertação, onde selecionamos as louças que entrariam na nossa análise conforme o nosso foco nas formas e decorações, o material não selecionado continuou nas caixas de armazenamento. No que se refere ao descarte, ele é selecionado a partir de capacidade de interpretação e de obtenção de informações. Para definir o que um artefato pode oferecer de informação é necessário que haja um profissional capacitado que compreenda tanto o sítio quanto os vestígios. Essa ação é realizada em laboratório mediante uma série de procedimentos como limpeza e separação (Costa; Fernandes, 2020). O descarte dos fragmentos foi realizado pela equipe do LAS que buscou separar apenas os fragmentos que atendessem ao tamanho proposto e não fornecessem nenhuma informação interpretativa. Nesse caso, foram excluídos aqueles que não possuíam arredondamento, marca e decoração em suas superfícies. A coleção se encontra muito fragmentada e esses cacos não possuem grandes dimensões, como será possível ver mais adiante no texto com as fotos retiradas do material de coleta de superfície.

Nas análises do material de escavação focou-se principalmente na forma dos fragmentos e na decoração que eles exibem. As escolhas estão voltadas principalmente para identificação de formas e elementos que sejam diagnósticos quanto à datação, levando em conta que os motivos decorativos e esmaltes das louças estão bem documentados e nos fornecem um bom amparo para estimar períodos de produção e de ocupação mais intensa (Tocchetto *et al.*, 2001; Symanski, 2008). Optamos por trabalhar apenas com os materiais que apresentam esmalte,

forma e/ou decoração visíveis, excluindo os cacos designados como parede e os fragmentos não decorados, visto que:

As amostras de louças foram classificadas considerando os seguintes atributos: pasta, esmalte, técnica de decoração, cor, e, quando identificado na literatura especializada, padrão decorativo. Todos esses atributos fornecem indicações referentes ao período de fabricação das peças, de modo que é possível obter cronologias mais apuradas combinando-os, do que considerando somente cada um isoladamente, como, por exemplo, o padrão decorativo ou o tipo de esmalte utilizado (Symanski, 2008, p. 76).

Usamos aqui também a Fórmula South para louças. South (2007) propõe a elaboração de padrões dentro da arqueologia histórica visando a menor dependência das fontes históricas. A fórmula de reconhecimento de padrões consiste em multiplicar a data média de manufatura de cada tipo de artefato com a frequência de cada tipo de fragmento, e o resultado deve ser dividido pela quantidade de fragmentos. Ela se expressa da seguinte maneira:

$$Y = \frac{\sum_{i=1}^n x_i * f_i}{\sum_{i=1}^n f_i},$$

Na fórmula, “xi”, representa a data média de um tipo de louça, e “fi”, que representa a frequência de cada tipo encontrado na coleção. Existem também o “n”, que representa a quantidade de tipos de artefatos da coleção, e o “y”, que seria o produto do cálculo (South, 2007; H. Souza, 2021).

Em sua ideia inicial, South (2007) defende a aplicação da fórmula a fragmentos, especificamente. Lima (1989) comprova a eficácia do uso da fórmula no artigo *Aplicação da fórmula South a sítios históricos do século XIX*, mas propõe um aperfeiçoamento, que consiste em utilizar o número de peças. De acordo com a autora, utilizar os dados referentes às peças resulta em datações mais aproximadas. Esse resultado foi verificado após a aplicação da fórmula em dois sítios históricos, a fim de comparar os resultados de datação feitas com número de peças, número de fragmentos e a datação contida na documentação histórica. Ao final, foi defendido que um maior aperfeiçoamento da fórmula seria aplicá-la com o número mínimo de peças (NMP). Contudo, no estudo metodológico de Lima, a datação varia entre 4 e 6 anos entre a data resultante da datação South pelo NMP e pelo número de fragmentos. Essa variação pode

ou não ser significativa, a depender dos objetivos do trabalho e das questões de pesquisa: se esses objetivos e questões são mais microescalares do ponto de vista cronológico, bem como associadamente a informações historiográficas de precisão (do tipo certidões de nascimento, casamento e óbito ou inventários), essa variação pode bem se tornar importante. Por outro lado, se as questões de pesquisa são referentes a períodos mais amplos, ela já pode não ser tão significativa (Hissa, em elaboração).

Pensando nessas questões e na intensa fragmentação do material do Santa Clara 02, optamos por trabalhar nesta dissertação com o número de fragmentos, ao invés de trabalhar com o NMP. Não temos documentos historiográficos que definam com precisão da sucessão de moradores em ordem cronológica, apesar de termos uma datação que será apresentada posteriormente. Ainda, o conjunto de louças escavado, por estar muito fragmentado, dificulta a leitura das informações datáveis de vários dos cacos e quase impossibilita remontagens. Por fim, a estratigrafia do sítio se encontra revolvida, o que também é uma questão ao se trabalhar com NMP.

Além dessas justificativas, não é incomum que alguns trabalhos na arqueologia histórica utilizem o número de fragmentos ao fazer a análise de coleções. A título de exemplo, existem textos de Luis Symanski que utilizam o número de fragmentos para inferir sobre alguns sítios. O artigo *Grupos domésticos, comportamento de consumo e louças: O caso do Solar Lopo Gonçalves* (1997) foi escrito na intenção de recolher informações que caracterizassem um possível comportamento de consumo do grupo que vivia no solar. O texto resume os resultados e a metodologia, basicamente demonstrando que a propriedade, bem como os objetos nela, mudaram de dono e essa mudança ocasionou em um acúmulo de variedades de louças no que diz respeito à decoração, por exemplo. Para chegar a esse fato, o autor não precisou se utilizar do argumento que se refere à quantidade de peças, demonstrando ser um objetivo que pode ser alcançado através de outro método.

Outro caso de trabalho com fragmentos se encontra no artigo *Práticas econômicas e sociais no sertão cearense no século XIX: um olhar sobre a cultura material de grupos domésticos sertanejos*, também de Symanski (2008), onde a sociedade sertaneja do Ceará é inserida em uma ideia de não-capitalização. A publicação apresenta uma sociedade com uma hierarquia regional baseada na própria organização do território, onde as pessoas e os materiais interagem dentro de uma perspectiva que não se assemelha ao capitalismo que conhecemos atualmente. Symanski (2008) aponta que a ideia da troca de subsídios é mais presente nessa comunidade do que a compra com a moeda em si. Nesse sentido, o número de peças se torna

pouco relevante dentro da narrativa total construída dentro do artigo, onde os argumentos são apresentados a partir do material fragmentado.

O artigo *Olarias, escravidão e a dinâmica da produção, circulação e consumo de vasilhames cerâmicos em Campos dos Goytacazes no século XIX*, de Rodrigo Rezende e Luis Symanski (2022), nos traz uma reflexão acerca da diferença na materialidade em dois espaços, o solar e a senzala. No referido texto, os autores trazem a escolha pelo uso do número de fragmentos e defendem que uma maior quantidade de fragmentos de uma determinada categoria, nesse caso a cerâmica torneada, podem dar uma ideia de dimensão das peças.

Em suma, é possível interpretar que mais fragmentos de uma determinada categoria também signifique que suas dimensões eram maiores. Apesar da ideia de que o NMP poderia dar uma maior exatidão ao volume material, o número de fragmentos foi selecionado por não demonstrar exclusão de informações importantes. Portanto, para nós fica evidente que o uso do número de fragmentos é mais que suficiente para alcançar nossos objetivos, uma vez que não estamos interessados exclusivamente na quantidade específica de peças no sítio e sim no seu processo de aquisição e uso, o que nos pode ser informado a partir da morfologia dos fragmentos e dos elementos presentes em sua superfície.

Para realizar a análise, elaboramos uma ficha e chaves de respostas próprias a partir de referências de catálogos, da bibliografia e do site do *Florida Museum of Natural History*⁵, que será aplicada apenas para o material de escavação (Brancante, 1981; Majewski et al, 1987; Albuquerque, 2001; Tocchetto *et al.*, 2001; Curado, 2010; Sebastian, 2010; H. Souza, 2024;). Existem atributos gerais que se aplicam a todas as categorias de material. Contudo, algumas características foram preenchidas apenas para um determinado tipo de fragmento, como por exemplo o esmalte só foi aplicado para a faiança fina. Dos atributos particulares, buscamos simplificar a análise, de modo a focar apenas no que nos interessa e no que é possível observar de cada material. Os atributos gerais são a classe, que se refere à morfologia do artefato, onde buscamos entender a forma e função dos artefatos; marcas de uso, as quais utilizamos para entender a frequência e a forma de uso dos artefatos; as cores presentes em cada categoria e os possíveis usos do material.

Os atributos particulares estão voltados para decoração e esmaltes, principalmente, porque entendemos que são elementos importantes para os nossos objetivos, e aparecem nas categorias de faiança portuguesa, faiança fina e *ironstones*. No caso do grés, nosso foco está voltado principalmente para a identificação de forma e possíveis fabricantes. Optamos por não

⁵Fonte: <https://www.floridamuseum.ufl.edu/typeceramics/types/>, acessado em Junho/2024.

utilizar os conceitos de padrão decorativo e estilo separados do motivo decorativo, como forma de simplificar, principalmente porque nosso objetivo principal não está concentrado na catalogação de cada tipo de decoração.

Na ficha por nós construída, constam os atributos de procedência, que se refere a qual etiqueta a determinada peça pertence, seguida pelo nível a qual foi encontrada e o número de registro da peça, representado pela sigla do sítio (SC02) e o número em que ele aparece na sequência de material.

E para nos ajudar a construir gráficos e uma melhor análise, num mesmo arquivo juntamos uma “chave” de análise, onde estão contidas algumas variações de atributos estipulados na ficha. Essas variações foram previamente analisadas visando a coleção provinda de escavação e, quando encontramos novos elementos, os adicionamos.

Tabela 5: Chaves de análise para as louças do Santa Clara 02.

1. Classe	4. Cor da pasta	6. Motivo decorativo	7. Cor de fundo	8. Cor do desenho	9. Esmalte	10. Marca (fabricante)
1. Borda	1. Branco	0. Ausente	1. Amarelo	0. Ausente	0. Ausente	0. Ausência
2. Parede	2. Creme	1. Floral	2. Amarelo dourado	1. Amarelo	1. Creamware	1. Presença
3. Base	3. Amarelo	2. Círculos concêntricos	3. Azul	2. Creme	2. Pearlware	
4. Parede com borda	4. Acinzentado	3. Aranhão	4. Verde	3. Branco	3. Whiteaware	
5. Parede com alça ou asa	5. Marron	4. Cortais	5. Branco	4. Acinzentado	99. Sem leitura	
6. Alça	6. Laranja	5. Faixa e/ou friso	6. Cinza	5. Laranja		
7. Peça reutilizada	7. Preto	6. <i>Peasant Style</i>	7. Laranja	6. Marron		
99. Sem leitura	99. Sem Leitura	7. <i>Spring Style</i>	8. Ocre	7. Laranja claro		
		8. Borrado	9. Mostarda	8. Preto		
2. Formas						
1. Prato raso	5. Técnica decorativa	9. <i>Amular ware much</i>	10. Marron	9. Vermelho		
2. Copo	0. Ausente	10. <i>Amular ware marbled</i>	11. Preto	10. Azul		
3. Xicara	1. Pintado à mão livre	11. <i>Amular ware cabled</i>	12. Rosa	11. Verde		
4. Pires	2. Carimbado	12. <i>Chinoiserie</i>	13. Púrpura	12. Violeta		
5. Tigela	3. <i>Transfer-Printing</i>	13. Xadrez	14. Vermelho	13. Rosa		
6. Vaso	4. Esponjado	14. Trigal	15. Creme	14. Vinhoso		
7. Gargalo	5. Baniada (<i>dipped</i>)	15. Pontilhado		15. Azul cobalto		
8. Travessa	6. Borrão azul	16. Folhas		99. Sem leitura		
9. Bandeja	7. Superfície modificada com relevo	17. Sponge				
10. Garrafa	8. Pintada a mão sobre superfície modificada	18. Spatter				
11. Prato fundo	99. Sem leitura	19. Largas pinceladas (parecem pétalas)				
12. Malga		20. Linhas paralelas formando um arco				
13. Caneca		21. Arco formado por uma linha				
99. Sem leitura		22. Uma ou mais linhas retas combinadas com linhas onduladas				
		23. Linhas e faixas na base				
3. Tipo de pasta		24. Combinação de linhas e pinceladas largas				
1. Faiança		25. Friso/s localizado/s na base				
2. Faiança fina		26. Friso/s localizado/s na borda				
3. Ironstone		27. Linhas horizontais com traços verticais ou diagonais				
4. Porcelana		28. <i>Shell Edged</i> Borda assimétrica e ondulada, com incisões curvas moldadas				
5. Grés		29. <i>Shell Edged</i> Borda sinétrica, com incisões curvas ou retas				
99. Sem leitura		30. <i>Shell Edged</i> padrões em relevo				
		31. <i>Shell Edged</i> borda plana, decoração incisa sutil				
		32. <i>Shell Edged</i> borda plana somente pintado				
		33. Formas geométricas				
		34. Fitomorfo				
		35. Linhas e pontilhado				
		99. Sem leitura				

Tabela elaborada pela autora

A análise do material de escavação foi feita a partir de priorizar aspectos como forma e decoração. Priorizamos as peças que continham esses elementos visíveis, descartando aquelas que pareciam fragmentos de paredes sem evidências de reutilização, ou seja, arredondamento e sem decorações. Entendemos que esses materiais não tinham muito para nos mostrar. O acervo de escavação do Santa Clara 02 estava com alto índice de fragmentação, não foi possível remontar nenhuma peça integralmente. Acreditamos também que a estratigrafia revolvida teria misturado fragmentos de uma mesma peça, podendo estes aparecer em superfície e outros em escavação.

Em um primeiro momento, gostaríamos de ilustrar algumas variações de formas e decorações que encontramos na nossa amostra. Seleccionamos peças que melhor representassem a amostra total e as colocamos em pranchas para uma melhor visualização. Na Figura 17, é possível identificar diferentes fragmentos de algumas faianças portuguesas que foram encontradas no Santa Clara 02. De maneira geral, as decorações se apresentam como nesse exemplo, consistindo em faixas de diferentes cores, variando entre o azul e o vinho. Os tamanhos são variados, muito embora prevaleçam fragmentos menores, e as formas também. No entanto, a grande maioria das formas indicam pratos, dos quais iremos falar posteriormente. Como pode ser observado na figura, as decorações variam entre faixas de diferentes formas e posições, contando também com outros elementos como as pinceladas na terceira peça superior da esquerda para direita. As faixas, como pode ser observado, também se encontram em duas diferentes partes da peça: a base, como observado nas segunda e quarta peça na parte superior e na borda. Em poucos casos, encontramos variações, como o exemplo da terceira peça inferior que representa um fitomorfo.

Figura 17: Prancha com amostra de faianças portuguesas do acervo do Santa Clara 02



Número de tombo das peças em ordem: SC02.10938; SC02.10325; SC02.12431; SC02.11169; SC02.12185; SC02.10630; SC02.8977; SC02.11168.

No caso das faianças finas, temos uma maior variedade decorativa e de cores. Como pode ser observado na Figura 18, as formas não variam entre bases, bordas e paredes, diferindo das faianças portuguesas que apresentam bordas e bases em grande maioria. Nas faianças finas encontramos uma variedade significativa da *annularware* e das *Shell Edged* que se apresentam em diferentes configurações, cores e variações de formatos. O banhado variado aparece massivamente na amostra, tanto nas *annularware* como em outras decorações, como pode ser observado na quinta peça superior, onde podemos identificar um pontilhado acompanhado com faixas de diferentes cores. Também identificamos algumas variações de pintura à mão livre com motivos florais, observado nas segunda e quinta peça da fileira central da imagem. Com relação às formas, não foi possível identificar uma grande variação delas, abordaremos melhor posteriormente.

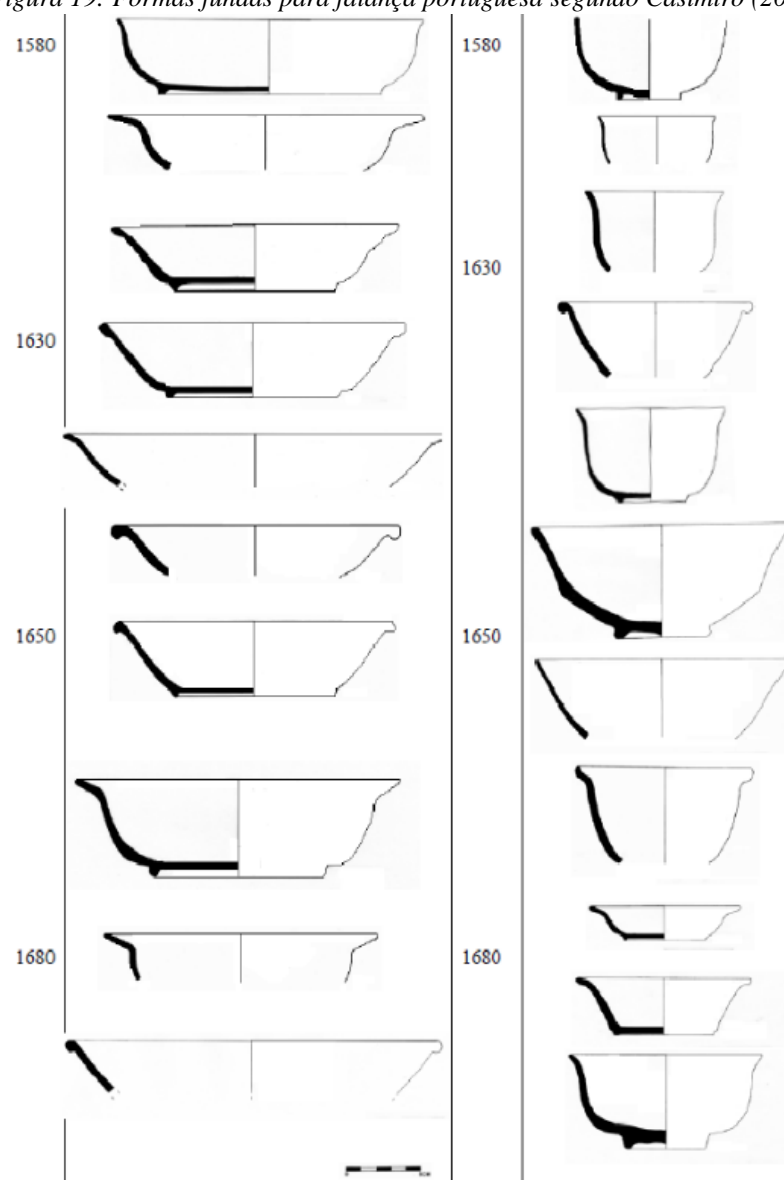
Figura 18: Prancha com amostra de faianças finas disponíveis no acervo do Santa Clara 02.



Peças por ordem: SC02.12925; SC02.12577; SC02.07879; SC02.12578; SC02.12966; SC02.10940; SC02.08599; SC02.11800; SC02.03640; SC02.12971; SC02.12570; SC02.05669; SC02.08512; SC02.02677; SC02.08354.

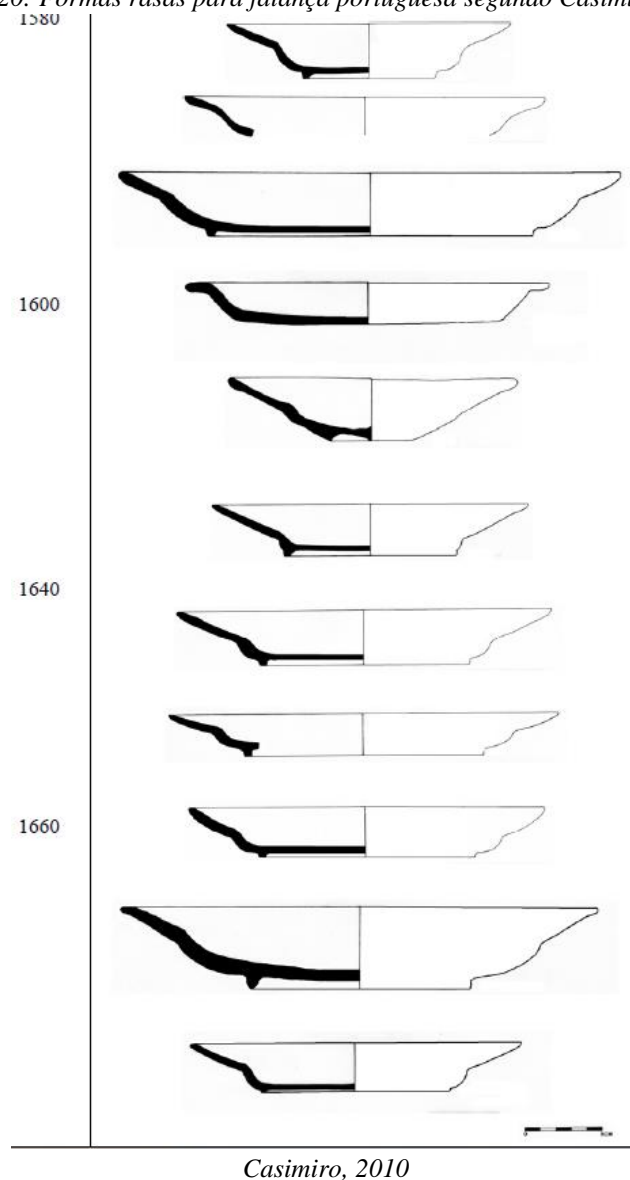
Como dito anteriormente, identificamos formas variadas no material, as quais abordaremos a seguir. Para identificar as formas das faianças, utilizamos os croquis apresentados por Casimiro (2010), contidos na Figura 19 e Figura 20. Como identificamos apenas possíveis malgas e pratos, optamos por trabalhar apenas com os croquis que representassem tais peças.

Figura 19: Formas fundas para faiança portuguesa segundo Casimiro (2010)



Casimiro, 2010

Figura 20: Formas rasas para faiança portuguesa segundo Casimiro (2010)



Começando pelas faianças, não conseguimos observar muitas diferenças entre as formas, identificamos mais pratos e malgas que contém uma base em pedestal como será possível ver mais adiante. A primeira forma a destacar se encontra na Figura 21, a peça se assemelha com um prato. Como pode ser observado, a peça não contém nenhuma base em pedestal ou reforço externo na borda, descendo de forma uniforme até a base que não parece ser tão funda. Ao analisarmos o trabalho de Casimiro (2010), selecionamos algumas figuras que podem se encaixar com o acervo que temos em nossas mãos. Como é possível observar, a Figura 21 se assemelha à forma da Figura 22, se configurando como um prato raso que não contém nenhuma base em pedestal e apresenta uma curvatura suave entre a borda e a base. Consideramos o prato nessas configurações a partir da análise da autora anteriormente

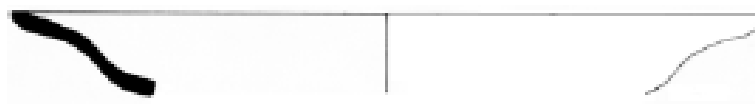
mencionada, com base nas imagens, não identificamos pratos rasos como conhecemos hoje entre as formas das faianças.

Figura 21: Prato em faiança portuguesa 01.



Número da peça: SC02.11602

Figura 22: Forma 01 de prato em faiança portuguesa.



Casimiro, 2010

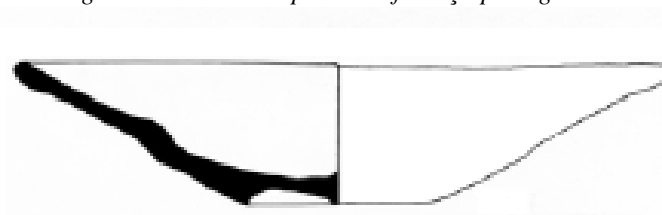
A segunda forma que queremos apresentar se configura como uma peça menor e mais discreta, não conseguimos identificar exatamente qual a sua curvatura, já que contém apenas uma parte da base e do corpo. No entanto, ao contrário da primeira forma por nós abordada, essa base contém um discreto pedestal como pode ser observado na Figura 23. Em recorrência da ausência de uma borda que nos indique uma curvatura, a peça pode pertencer a variadas formas indicadas anteriormente. Contudo, ao analisar a suave curvatura entre base e corpo e considerando também a inclinação, estimamos que pertença a um prato mais fundo, como apontado pela Figura 24.

Figura 23: Base em faiança portuguesa 01.



Peça: SC02.11169

Figura 24: Forma de prato em faiança portuguesa 02.



Casimiro, 2010

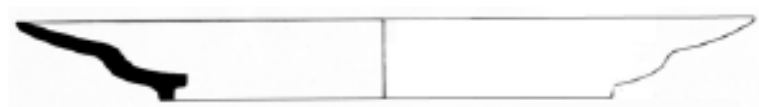
Seguindo adiante, apresentamos agora uma forma que para nós parece ser muito diagnóstica em relação a um prato. Nesse caso, temos uma borda que segue uma inclinação sutil, mas que, ao se aproximar da base, apresenta uma abrupta mudança de inclinação e curvatura. Analisando a forma de forma mais detalhada, conseguimos identificar uma curvatura na sua base que indica um certo arredondamento, indicando que a peça não parece seguir mais para o fundo ao estar inteira. Comparando novamente com as figuras apresentadas anteriormente, imaginamos que a Figura 25 se assemelhe a forma da Figura 26 quando observamos as curvaturas de divisão da peça e a inclinação do lábio. Embora não apresente o pedestal como na Figura 26, supomos que em algum momento ele pode ter estado lá.

Figura 25: Borda de prato em faiança portuguesa



Peça: SC02.13547

Figura 26: Forma de prato em faiança portuguesa 03.



Casimiro, 2010

As próximas duas formas (Figura 27 e Figura 28) se apresentam como fragmentos muito pequenos, cujas análises foram dificultadas pela ausência de elementos diagnósticos. Identificamos as duas peças como bases, ambas contêm pedestais, mas não conseguimos identificar uma inclinação suficiente para designar formas específicas.

Figura 27: Base em faiança portuguesa 02.



Peça: SC02.11456

Figura 28: Base em faiança portuguesa 03



Peça: SC02.10325

A forma seguinte também se configura como um prato, por sua vez sua inclinação e tamanho são suficientes para inferirmos um formato aproximado. A Figura 29 pode ser observada como semelhante à Figura 25, ambas contêm um espaço considerável entre o lábio e a curvatura que indica a base. Como pode ser observado, a Figura 29 apresenta uma curvatura mais abrupta e a base não parece ir mais fundo, se configurando como um prato raso.

Estipulamos que a Figura 26 seja possivelmente a sua forma original, como a Figura 25 (peça anteriormente citada, elas têm a mesma forma).

Figura 29: Prato em faiança portuguesa 02.



Peça: SC02.12835

A última forma por nós selecionada é uma malga, consideramos como uma malga, devido ao seu pedestal pronunciado e a curvatura mais inclinada verticalmente, indicando uma maior profundidade da peça, também observamos que a sua base apresenta uma maior espessura, podendo indicar duas possíveis formas (Figura 31 e Figura 32). Acreditamos que a segunda forma (Figura 32) seja a que melhor representa baseado em sua curvatura. Contudo, para termos certeza era necessário que a peça estivesse mais bem constituída.

Figura 30: Base em faiança portuguesa 04



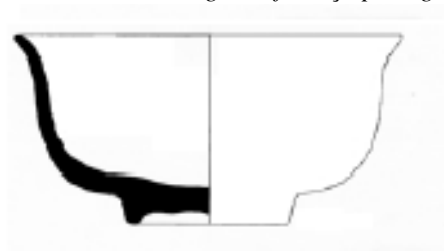
Peça: SC02.11603

Figura 31: Forma de malga em faiança portuguesa 01



Casimiro, 2010

Figura 32: Forma de malga em faiança portuguesa 02.



Casimiro, 2010

Para o caso das faianças finas, utilizaremos fotos de peças reconstituídas a partir de catálogos selecionados com o que melhor se encaixava no acervo disponível (Tocchetto *et al.*, 2001; Peixoto, 2004). Para a primeira forma e segunda forma (ver Figura 33 e Figura 34), encontramos uma base em formato de pedestal, a primeira com decoração esponjada e segunda sem decoração. Observando o estilo da base, estipulamos que seja uma malga como exposto na

Figura 35 e Figura 36. A base não aparenta ter reforços ou muitas inclinações como acontece em outras variações das quais falaremos mais adiante. A inclinação na base da primeira forma parece mais sutil ou inexistente no fragmento apresentado, já a segunda aparenta uma inclinação que parece ser um pedaço da parede, indicando que a curvatura da peça era mais fechada, portanto, interpretamos como uma malga.

Figura 33: Base em faiança fina 01.



Peça: SC02.11800

Figura 34: Base em faiança fina 02.



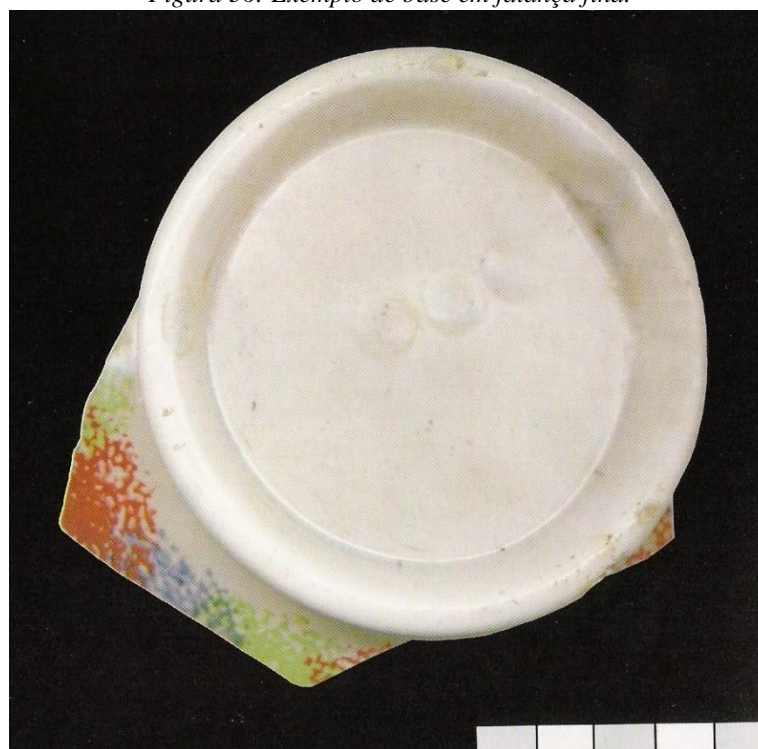
Peça: SC02.11451

Figura 35: Exemplo de malga em faiança fina.



Peixoto, 2004

Figura 36: Exemplo de base em faiança fina.



Tocchetto et al., 2001

Para a terceira forma (Figura 37), continuamos com uma base em pedestal, dessa vez trazemos um formato diferente, onde aparenta ter um certo reforço externo. A inclinação do

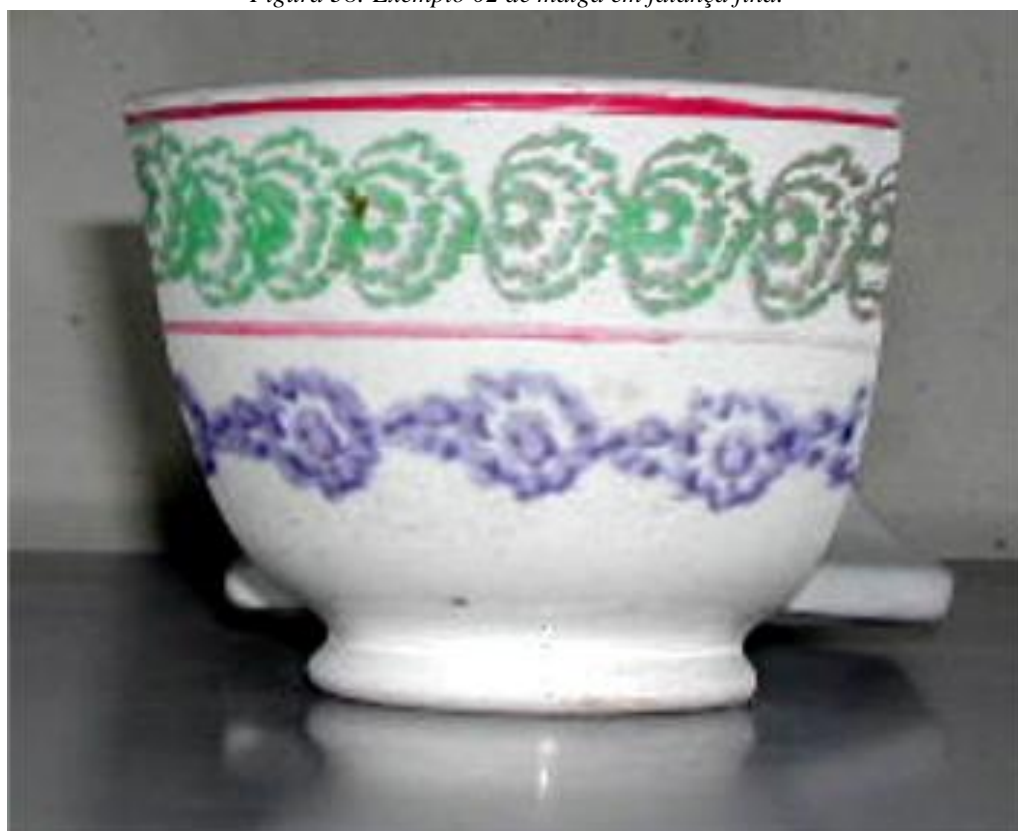
fragmento aparenta novamente uma curvatura mais fechada, que nos faz associar a uma outra malga, como apresentado na Figura 38.

Figura 37: Base em faiança fina 03.



Peça: SC02.10040

Figura 38: Exemplo 02 de malga em faiança fina.



Peixoto, 2004

As próximas duas formas classificamos como travessas (ver Figura 39 e Figura 40). Para chegar a tal hipótese, observamos a inclinação da borda e sua curvatura em direção à base. Primeiro, podemos observar que a borda e o lábio se encontram mais inclinados horizontalmente, dando a entender que poderia ser para um suporte ao pegar a peça. Além disso, temos um abrupto declive em direção à base que parece ter uma maior profundidade. Para melhor comparar, selecionamos a figura tal que de fato é uma travessa. Podemos observar tanto na Figura 39 como na Figura 40 que a inclinação em direção ao fundo da peça é muito similar, da mesma forma a parte plana que segue do lábio até o declive.

Figura 39: Fragmento de travessa em faiança fina 01.



Peça: SC02.11810

Figura 40: Fragmento de travessa em faiança fina 02.



Peça: SC02.10940

Figura 41: Exemplo de travessa em faiança fina.



Peixoto, 2004

No caso da próxima forma que iremos abordar o fragmento de uma alça (ver Figura 42) que provavelmente fazia parte de uma xícara. Para descartar a ideia de um bule ou outro artefato

de maior tamanho, estamos observando o tamanho e espessura do fragmento da peça que parece se aproximar mais de uma xícara.

Figura 42: Fragmento de alça de xícara em faiança fina.



Peça: SC02.10049

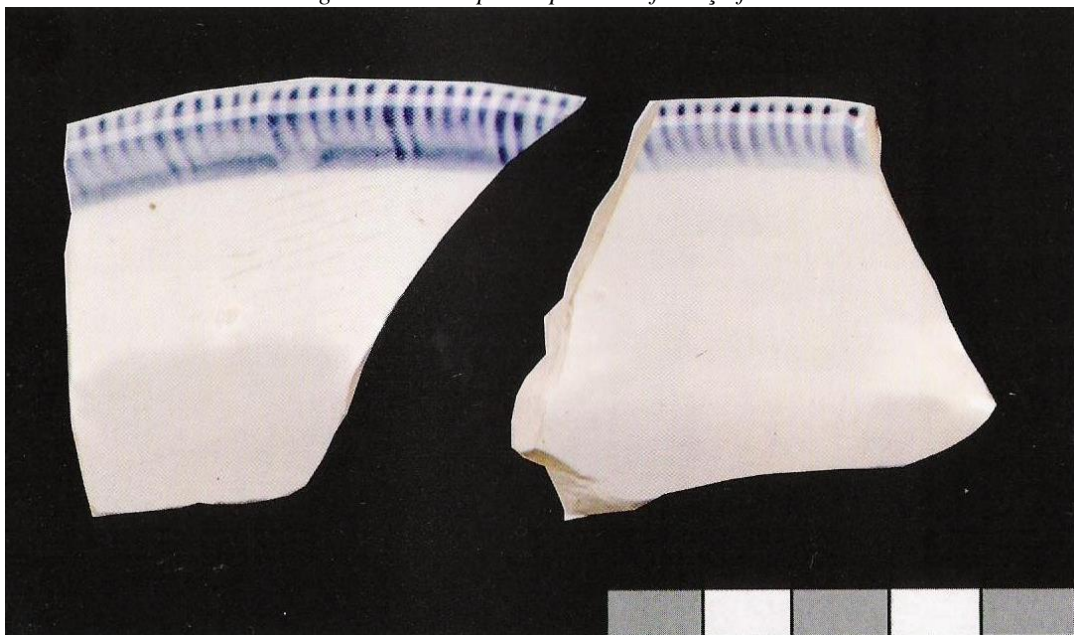
A última forma da qual falaremos trata-se de um prato com a decoração *Shell Edged* (ver Figura 43), podemos observar para começar a sutil curvatura entre a borda e a base, não nos parece que a base indica que a peça seria muito mais funda e o fragmento da base parece seguir em uma direção horizontal. Além disso, o declive é sutil, podendo a borda conter uma inclinação vertical em relação à inclinação da base. Para efeitos comparativos, trazemos a Figura 44 que se trata de um prato (Tocchetto *et al.*, 2001), onde podemos notar semelhanças na inclinação, declive e decoração.

Figura 43: Fragmento de prato em faiança fina.



Peça de número SC02.09399

Figura 44: Exemplo de prato em faiança fina.



Tocchetto et al., 2001

Para o grés, não conseguimos identificar muito além de uma forma no material de escavação. A Figura 45 é por nós interpretada como uma garrafa. Contudo, não conseguimos identificar uma imagem que se encaixasse no fragmento encontrado no Santa Clara 02. Como é possível observar, a peça não possui um gargalo, apenas uma pequena e sutil curva entre o lábio e o início do corpo. Também é possível observar que sua borda e lábio possuem uma ampla circunferência. Ainda pesquisamos sobre outros artefatos de grés como tinteiros, mas

não conseguimos observar nenhuma semelhança. Pela pequena espessura do lábio fragmento e pela presença de um sutil pescoço, consideramos a peça como uma garrafa.

Figura 45: Possível fragmento de garrafa em grés.



Peça de tombo SC02.12683

Para as últimas formas que iremos abordar, elencamos uma que é apresentada tanto nas faianças quanto nas faianças finas. Essas formas arredondadas expostas na Figura 46 indicam uma prática proposital de desgaste nessa peça que denuncia o reuso de fragmentos de peças para determinados fins que abordaremos mais adiante no texto. Elas não aparecem com tanta frequência, mas no Santa Clara 02 conseguimos identificar uma boa quantidade desses fragmentos como será apontado na análise.

Figura 46: Prancha com amostra de peças arredondadas do Santa Clara 02.



Peças em ordem de tombo: SC02.13627; SC02.11262; SC02.10939

Capítulo 3 – Uma perspectiva social

3.1 Discussão dos resultados

Análise do material de escavação

A amostra coletada em escavação corresponde a um total de 426 fragmentos de louças. Foram analisados cerca de 53%, em um total de 227 fragmentos. Os outros 199 não apresentavam elementos diagnósticos, como decoração, esmalte ou forma visíveis, eram fragmentos de parede (não contavam elementos que os diagnosticassem como borda, base ou objeto inteiro) portanto não conseguimos identificar a que peças eles pertenciam.

Assim, apresentamos a seguir uma série de gráficos sobre o material advindo das escavações de subsuperfície. Inicialmente foi identificada a classe de cada fragmento, sendo os fragmentos de parede apresentados com maior porcentagem (35,68%), seguido das bordas, que totalizaram 32,15% da amostra. As bases apresentaram um menor número (18,06%). Foram identificados 21 fragmentos que apresentavam uma borda com um tamanho considerável de parede também. Identificamos também que 1,3% da amostra corresponde a peças que podem ter sido reutilizadas em virtude de seu formato arredondado. Foram identificados dois fragmentos de alças e um número pouco significativo de outras categorias, como parede combinada com base (0,8%) e base combinada com parede e borda, representando 1,76% da amostra. Essa última categoria expressa não poderia ser identificada como a peça inteira, no máximo dispúnhamos de uma fração de perfil da peça original.

Figura 47: Representação gráfica referente às classes presentes no material.

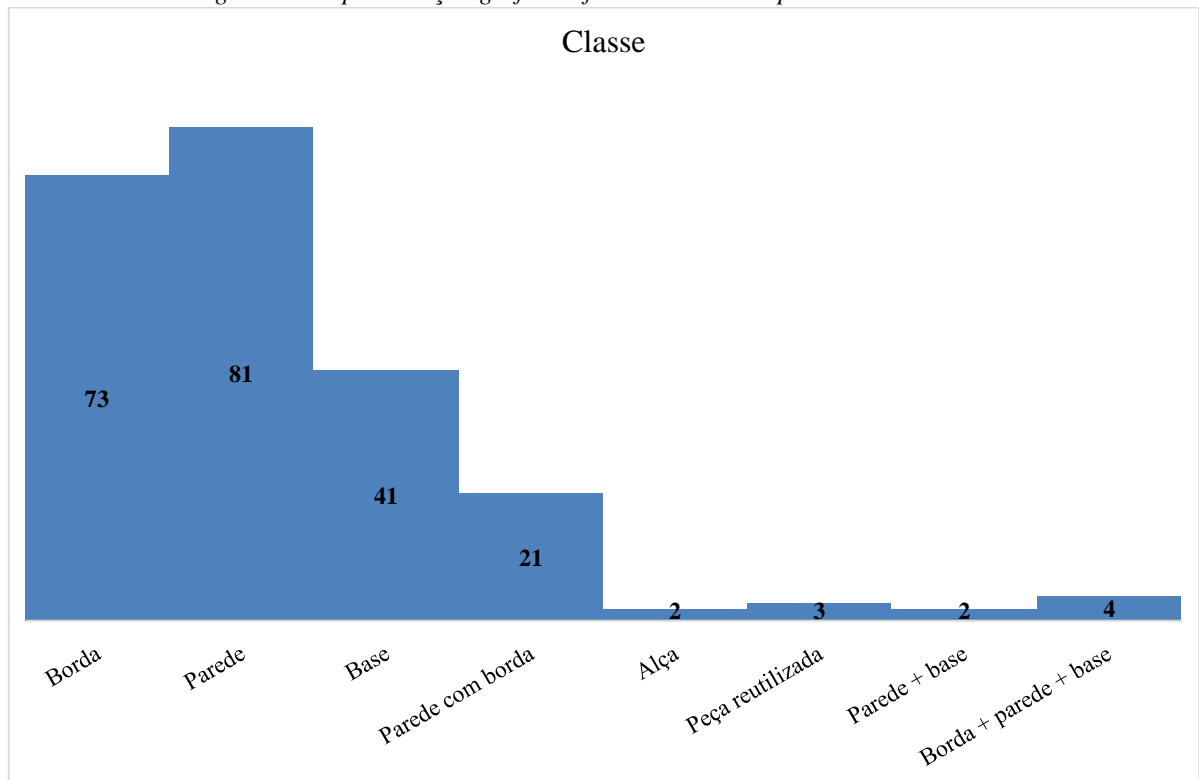


Gráfico elaborado pela autora.

A maior parte dos fragmentos não nos permitiu identificar a forma original. Um total de 90,74% da amostra não nos informou sobre o que era tal objeto. Contudo, conseguimos identificar a partir de alguns fragmentos o que poderiam vir a ser sua construção inicial. Identificamos 10 pratos (4,40% da amostra) que optamos por não classificar entre fundos e rasos porque a maior parte dos fragmentos não nos permite caracterizar a profundidade. Em virtude disso, preferimos trabalhar formas específicas de forma mais detalhada e individual, como foi feito anteriormente; 1 xícara (0,44%); 1 pires (0,44%); 1 garrafa de grés (0,44%); 2 travessas (0,88%) e o que podem ser 6 malgas (2,64%), identificadas através dos fragmentos de base em pedestal.

Figura 48: Representação gráfica referente às formas presentes ou ausentes no material

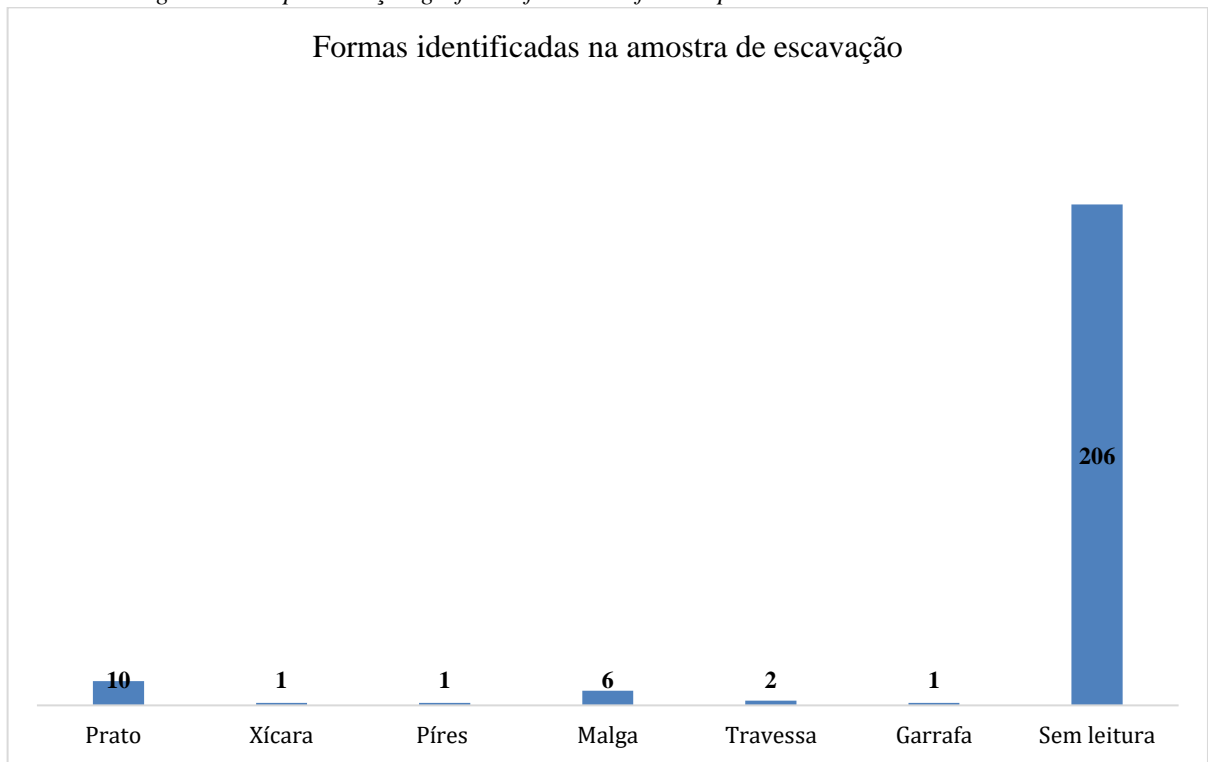


Gráfico elaborado pela autora.

No que diz respeito à pasta, a maior quantidade é de faianças finas, totalizando 48,89% da amostra; o segundo maior número é expresso pelas faianças (32,15%), e identificamos 35 fragmentos de *ironstones* (15,41% da amostra). Grés e porcelana foram os dois tipos de pasta com menor ocorrência, totalizando 2,64% e 0,88% da amostra, respectivamente.

Figura 49: Representação gráfica dos tipos de pasta que compõem o material.

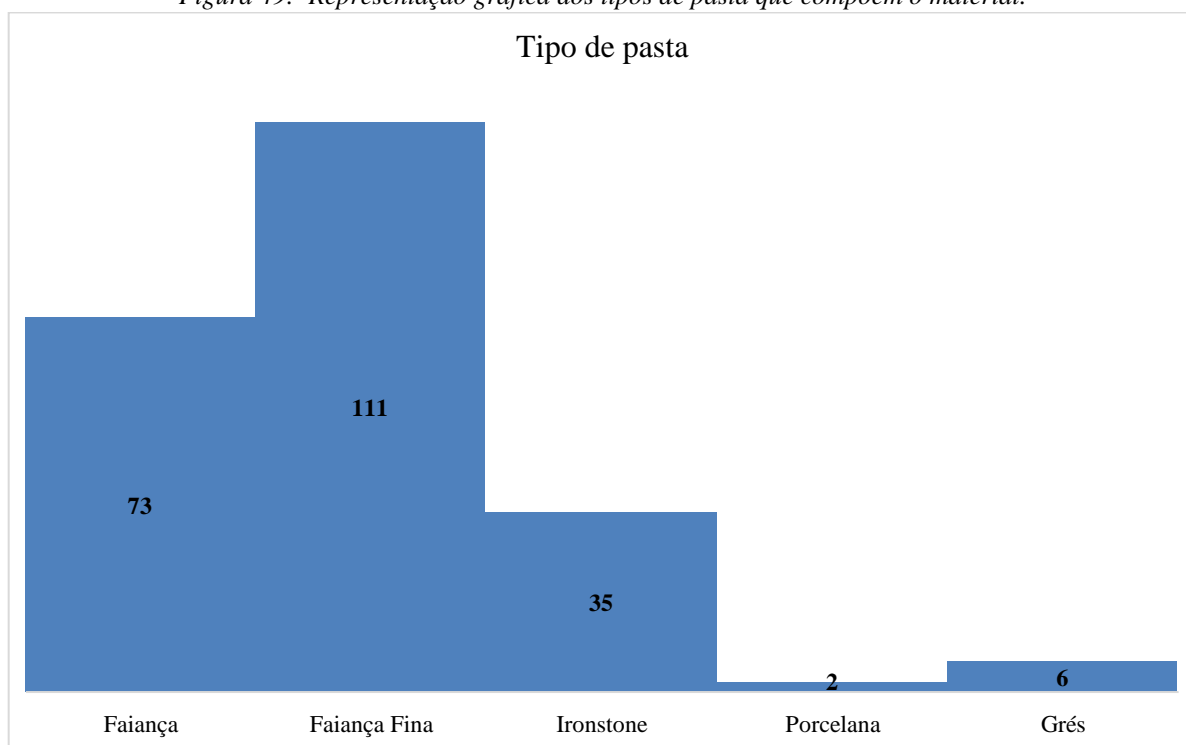


Gráfico elaborado pela autora.

A cor das pastas variou entre branco (34,80%), creme (62,55), acinzentado (2,20%) e marrom (0,44%).

Figura 50: Representação gráfica das cores de pasta encontradas no material

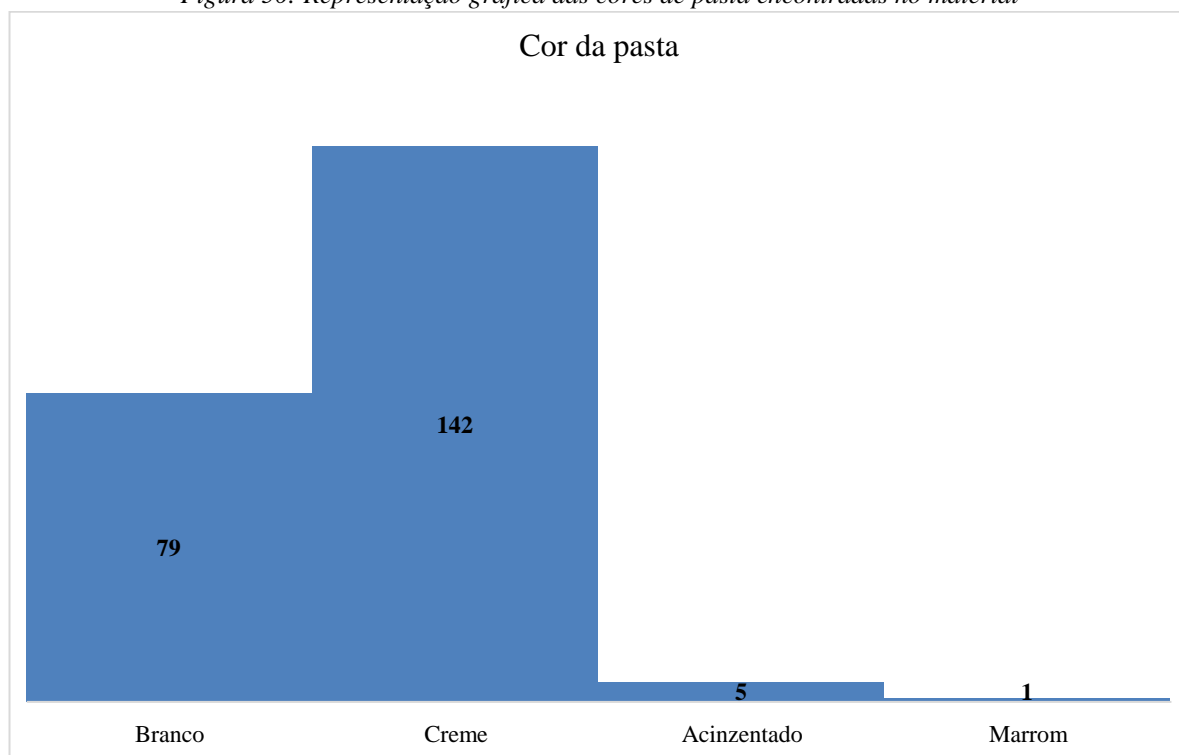


Gráfico elaborado pela autora.

Os esmaltes foram aplicados apenas para as faianças finas totalizando apenas 47 peças que variaram entre *creamware*, *pearlware* e *whiteware*. O primeiro e mais antigo esmalte estava expresso em apenas 1,76% das peças; e o *pearlware* era encontrado na maioria, ocupando 14,97% do total. O *whiteware* foi identificado em 9 peças, ou seja, 3,96% das peças. Não conseguimos identificar esmalte em 43,17% das peças e 36,12% da amostra não se encaixava nessa categoria, portanto, consideramos como ausente o esmalte.

Figura 51: Representação gráfica dos esmaltes expressos no material.

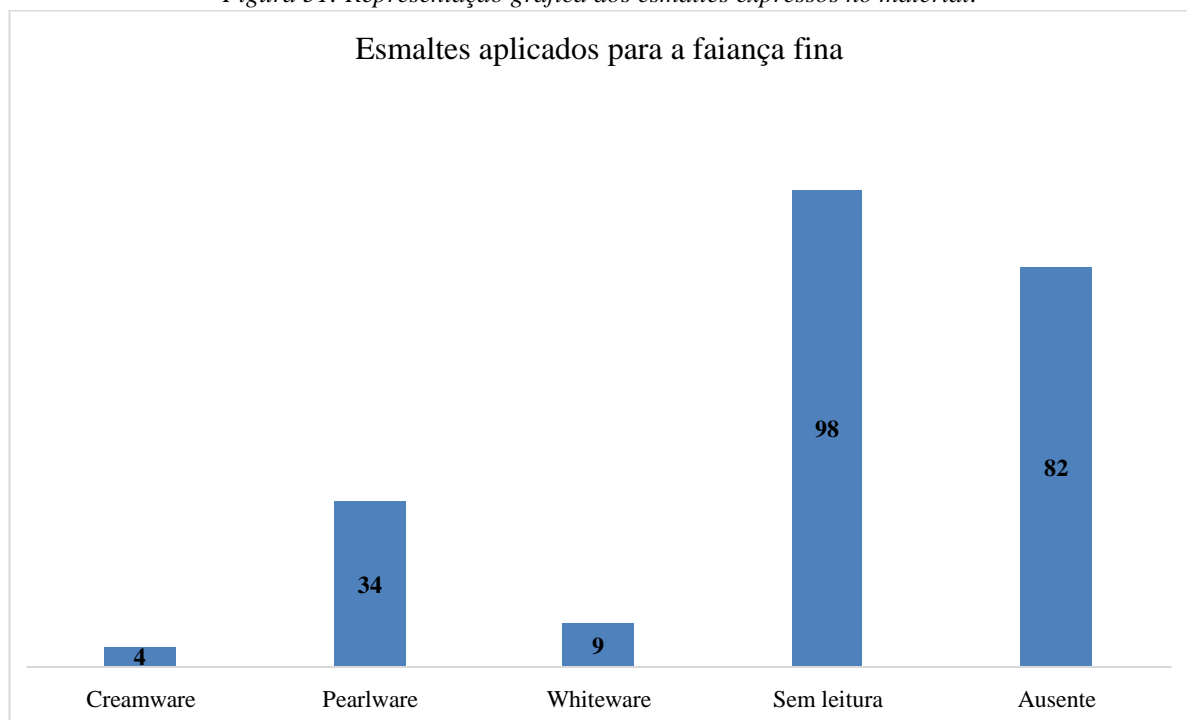


Gráfico elaborado pela autora.

Para as técnicas decorativas, excluimos as faianças porque sua decoração, mesmo com auxílio de placas em alguns casos, é feita manualmente. Identificamos que a maior parte das peças foram banhadas, em um total de 33% da amostra. A segunda maior ocorrência foram as peças pintadas à mão, expressas em 24% das louças analisadas. Também identificamos o esponjado (9%), superfície modificada com relevo (2%) e o borrão azul (1%). Identificamos também combinações entre técnicas, como as banhadas com superfície modificada, que correspondem a 8% do total. Identificamos 1 fragmento decorado através de *transfer-printing*, que aparece apenas em combinação com o borrão azul (1% do total). Encontramos ainda combinações de pintado à mão com superfície modificada (3%) e com banhado (1%). Além disso, 18% das peças não possuíam decoração e os outros 1% restantes não tiveram as técnicas identificadas na análise, seja por sua sutileza, tamanho e/ou ausência de características diagnósticas.

Figura 52: Representação gráfica das técnicas decorativas encontradas ou não no material.

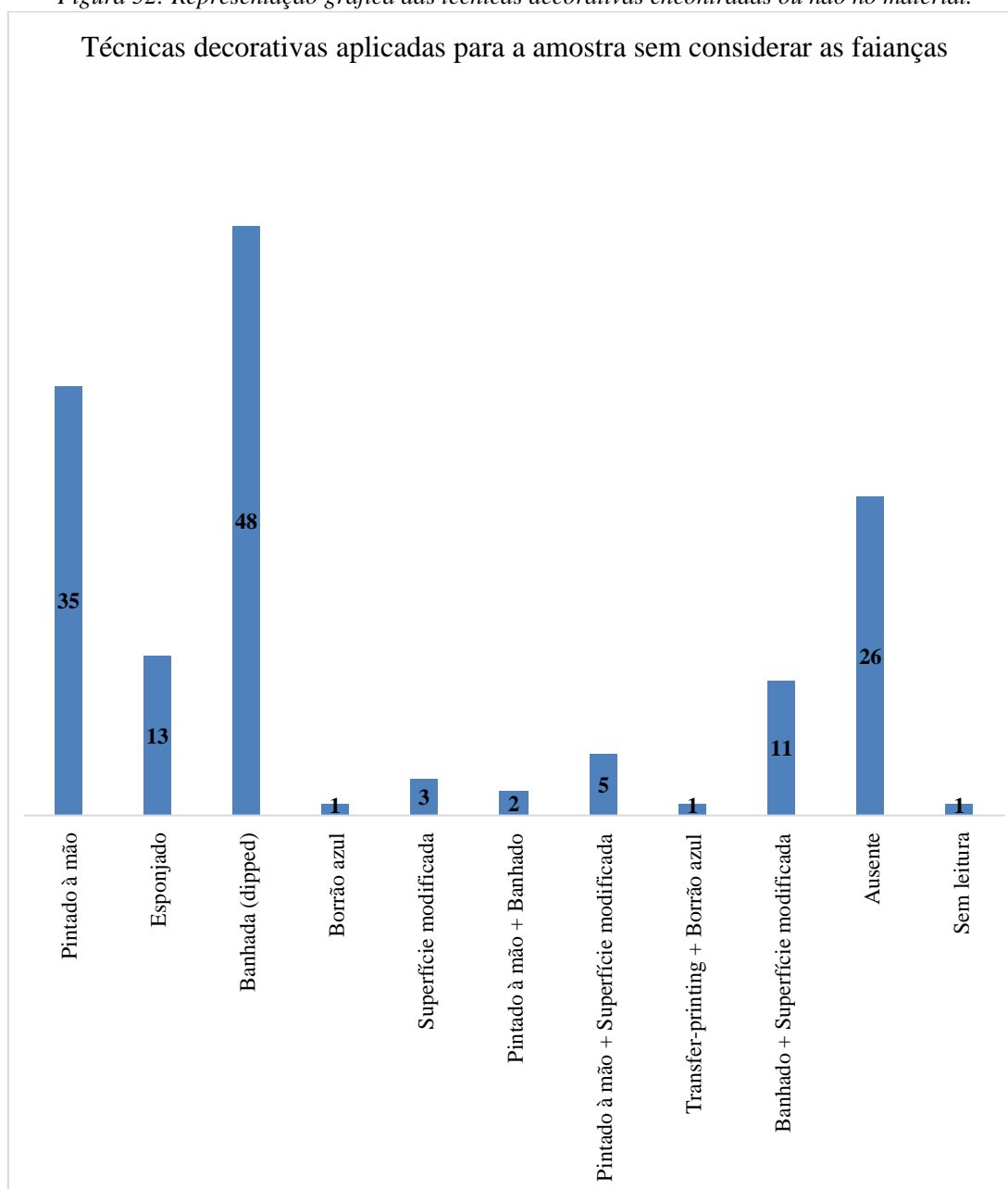


Gráfico elaborado pela autora.

Para entender melhor o comportamento dos motivos decorativos e sua presença, devemos separar entre as categorias. Começando pelas faianças, elas apresentaram pouca variação de motivos decorativos. O mais expressivo se configura como linhas paralelas combinadas com uma linha ondulada, geralmente entre elas, sendo identificadas 25 peças com essa decoração (34% da amostra de faianças); também identificamos um caso em que havia combinação com friso localizado na base. A segunda maior incidência corresponde à decoração de faixas e/ou frisos simples na borda e faixas e/ou frisos simples na base, ambas decorações estão expressas em 12 peças cada (16% representam cada categoria). Identificamos um total de

9 peças que continham uma combinação de faixas e frisos azuis ou vinhoso, combinado com verde, geralmente encontradas em bases (12%). Observamos também 4 peças que possuíam uma combinação entre pinceladas no lábio e linhas, representando 5% do total. Três peças eram decoradas com uma mistura de linhas retas e onduladas com contas, representando 4% do total, além de 2 peças (3%) que continham linhas paralelas verticais em combinação com horizontais. Também chamamos atenção para um motivo que se caracteriza por uma ou mais linhas retas combinadas com linhas onduladas combinadas com friso/s na base da peça que totaliza 1% da amostra, contendo apenas uma peça com essa decoração. Por fim, chamamos atenção também para 3 peças (4% da amostra) que apresentavam uma forma de plantas ou fitomorfo como decoração. Outros 2% foram representados pelas peças sem decoração e cujos motivos decorativos não conseguimos identificar.

Figura 53: Representação gráfica das técnicas decorativas encontradas ou não no material.

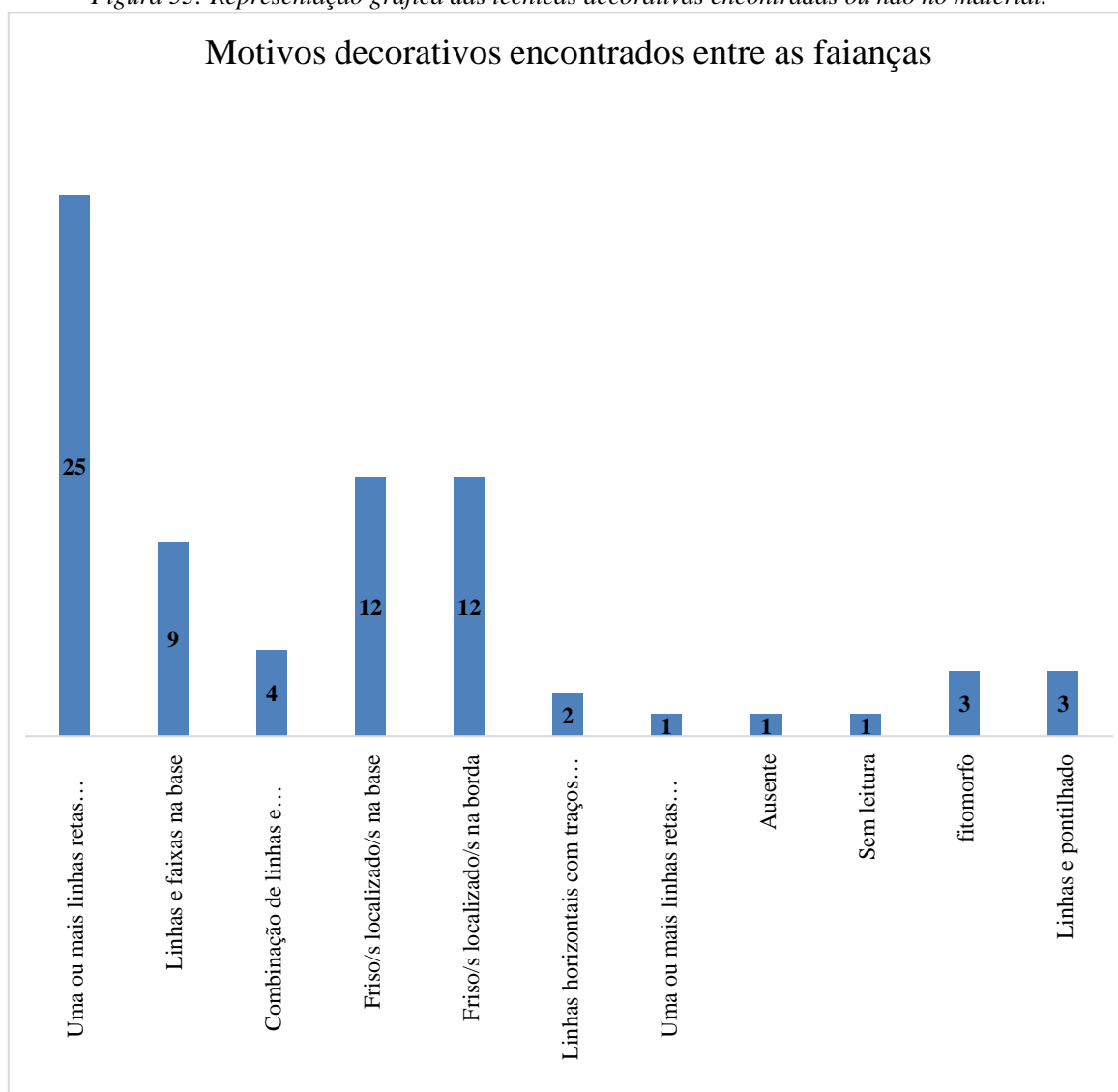


Gráfico elaborado pela autora.

Para as faianças finas e *ironstones* a maior ocorrência é de uma decoração que se assemelha a um efeito marmorizado, identificada e catalogada pelo *Florida Museum of Natural History* como *annularware*, que se divide entre *mocha*, *marbelized* e *cabled*. A maior parte da amostra se concentra em 27% expressos pela *annularware marbelized*. Faixas e/ou frisos aparecem em segundo, representando 11% da amostra e aparece também em conjunto com outros motivos decorativos. Identificamos 1 peça do referido motivo com floral; 1 em combinação com o *sprig style* e 2 peças com presença de pontilhado. Identificamos 10 peças com o esponjado tipo *sponge* (7%) e 3 com o tipo *spatter* (2%). Para o motivo floral, analisamos 6 peças, 4 peças (3%) identificamos como *sprig style* e 2 outras identificamos como *peasant style* (1%). O borrado ou borrão azul foi identificado em 2 peças (1%) e o nomeamos como

“borrado” por não ser possível identificar claramente os elementos decorativos. Por fim, identificamos 1 peça *annularware mocha* e 2 peças *annularware cabled*.

Como já dito, encontramos uma grande variedade de *Shell Edged*. Para a análise, utilizamos como base a tabela de *Shell Edged* encontrada em Hozana Souza (2024), uma vez que se alinhava com o nosso material. O padrão *Shell Edged* com borda assimétrica em combinação com incisões curvas representou 5% da amostra, com 8 peças; o padrão *Shell Edged* com borda plana apenas pintada teve o segundo maior número de peças (6), expressando 4% do total analisado; 5 peças foram identificadas como *Shell Edged* com borda simétrica e incisões (3%); foram identificadas também 5 *Shell Edged* combinadas com padrão em relevo (3%); e *Shell Edged* com incisões sutis foi identificado em apenas uma peça.

Para o grés, identificamos apenas uma peça que continha uma decoração que nos parecia ser um motivo floral (ver Figura 54). Contudo, é certo afirmar que a decoração de aparente cor branca estava danificada e estava pintada sobre um fundo vermelho. Não foi possível identificar o motivo decorativo em 10 peças, por serem fragmentos muito pequenos ou por possuírem elementos que não nos permitiam correlacionar com os dados já obtidos. Para as outras 34 peças restantes, não identificamos motivos decorativos, dentre elas estão as porcelanas, cujos dois únicos fragmentos analisados por nós não possuíam quaisquer vestígios de decoração em sua superfície.

Figura 54: Grés pintado com possível motivo floral.



Peça de tombo SC02.9317

Figura 55: Representação gráfica dos motivos decorativos presentes ou não no material.

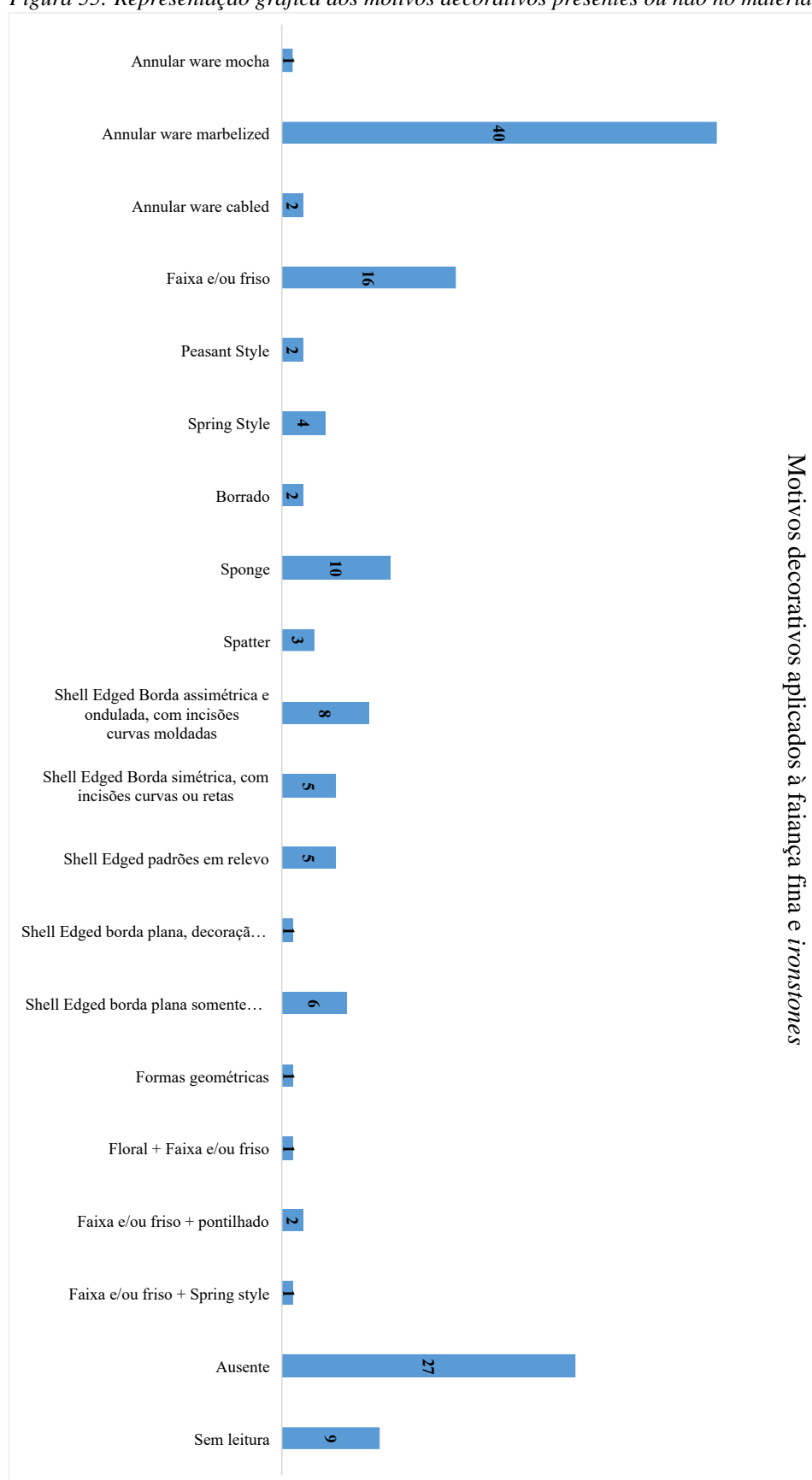


Gráfico elaborado pela autora.

As cores de fundo identificadas variam entre azul (9,69%), verde (1,32%), branco (85,46%), cinza (1,32%), laranja (0,88%) e vermelho (0,88%), e apenas 1 peça não teve sua cor de fundo identificada.

Figura 56: Representação gráfica das cores de fundo presentes no material.

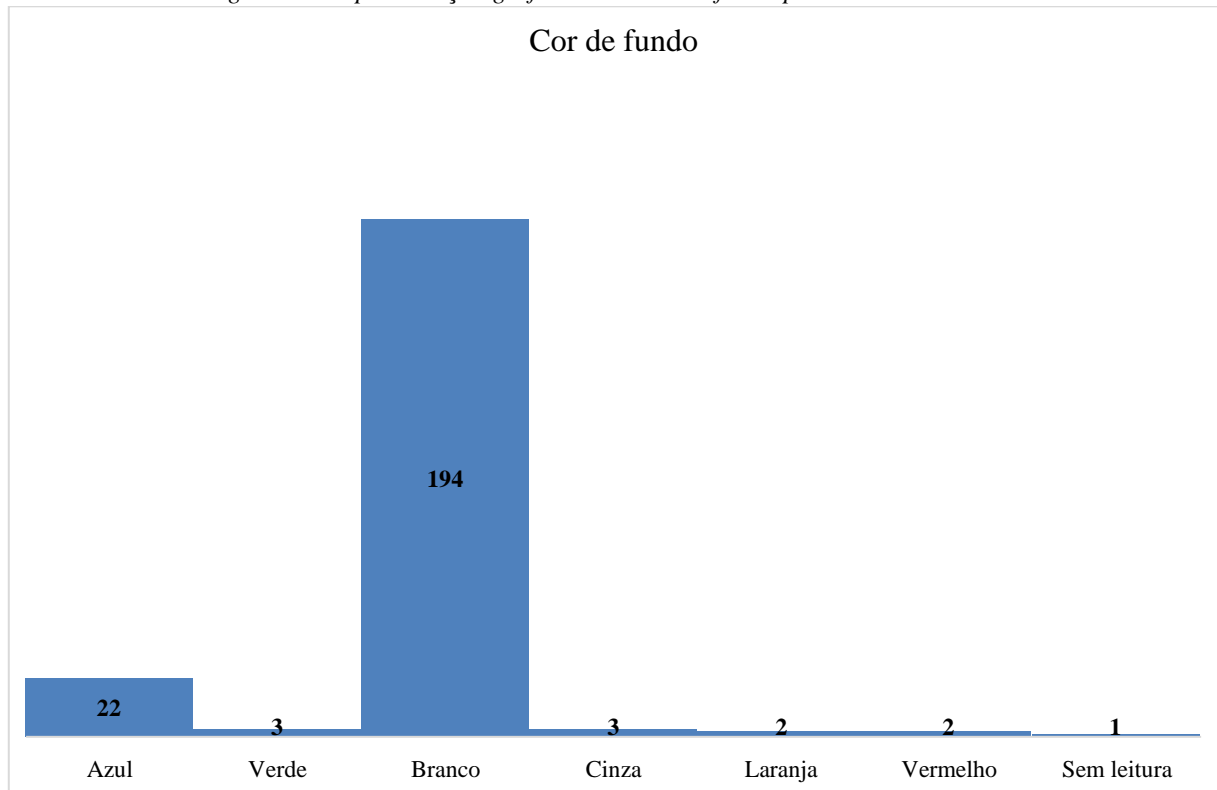


Gráfico elaborado pela autora.

No que se refere à cor do desenho, no caso das peças com decoração, a maior parte da amostra (23,58%) é expressa apenas pela cor azul, além do vinho e do azul em combinação com o vinho, ambas correspondendo a 8,81% da amostra. Outras cores como marrom com azul, preto com verde e azul com verde representam outra parte mais expressiva do total, com 4,84%, 3,52% e 3,08% respectivamente. As demais cores e combinações variam entre 1 e 6 peças, ou seja, pouco expressivo. A maior quantidade de combinação de cores aparece devido a presença das *anularware*.

Figura 57: Representação gráfica das cores de desenho presentes ou ausentes no material.

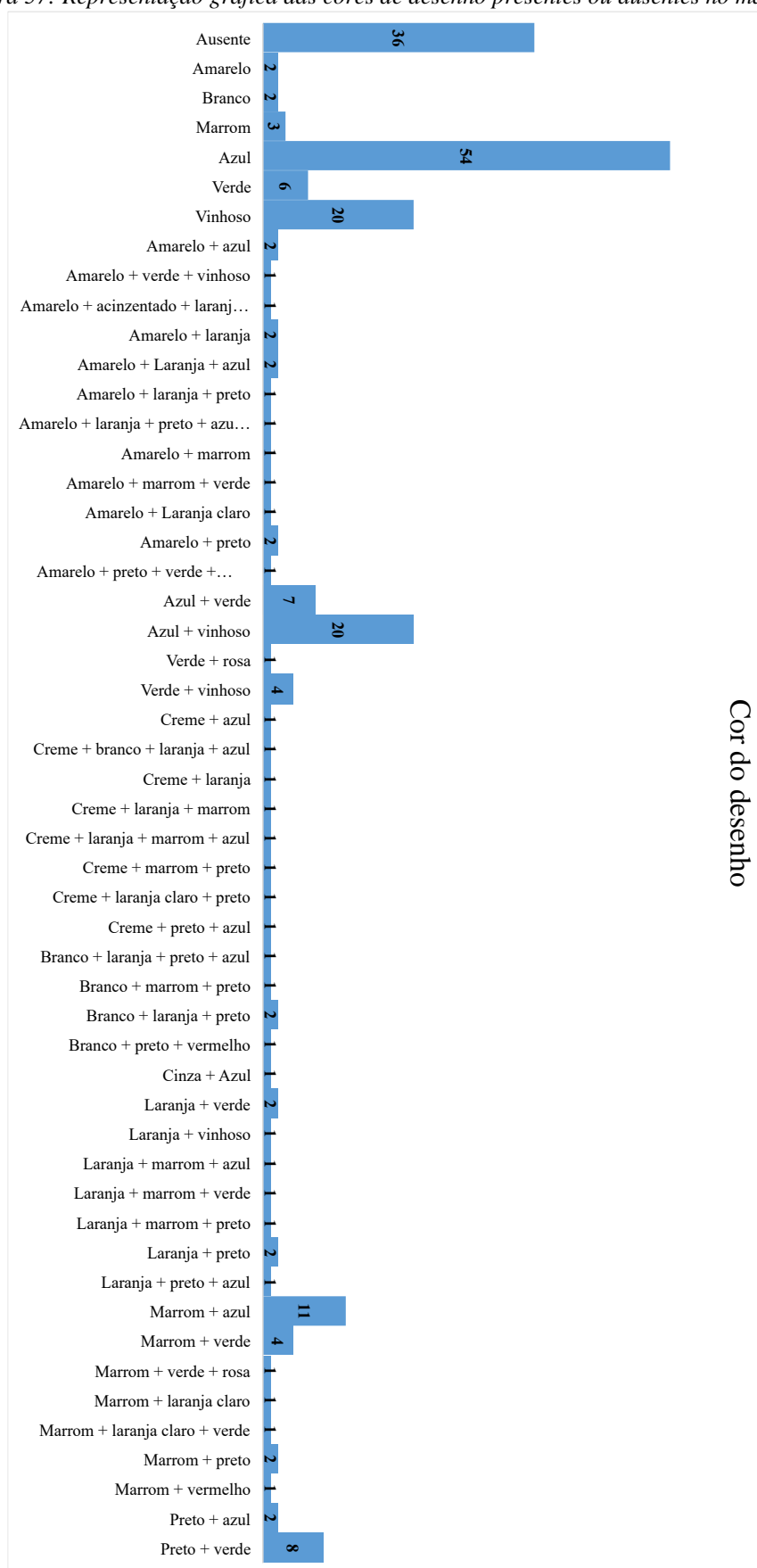


Gráfico elaborado pela autora.

Apesar da quantidade abundante de faianças finas e *ironstones*, nenhuma das peças analisadas possuía carimbo de fabricante. Destacamos também em nossa análise as possíveis marcas de uso que as peças poderiam possuir. Identificamos 4 tipos de desgastes nas peças, sendo a superfície descascada o mais numeroso, com 22 peças e 9,69%. O desgaste em bases também foi muito comum, totalizando 9,25% e aparece em 5 casos (2,20%) combinado com a superfície descascada. O desgaste da borda e da parede das peças representaram 6,60% e 0,44%, respectivamente. O primeiro deles aparece em combinação com superfície descascada (0,44%) e desgaste na base (0,44%). Por fim, identificamos o arredondamento proposital da peça como um desgaste, sendo identificado em 1,32% da amostra (ver Figura 46). Consideramos que pode haver pré-formas, ou seja, peças que começaram a ser arredondadas. Entretanto, não conseguimos identificá-las com precisão durante a análise, por isso optamos por não recolher esses dados. A ausência dessas marcas foi identificada em 155 peças.

Figura 58: Representação gráfica das marcas de uso no material

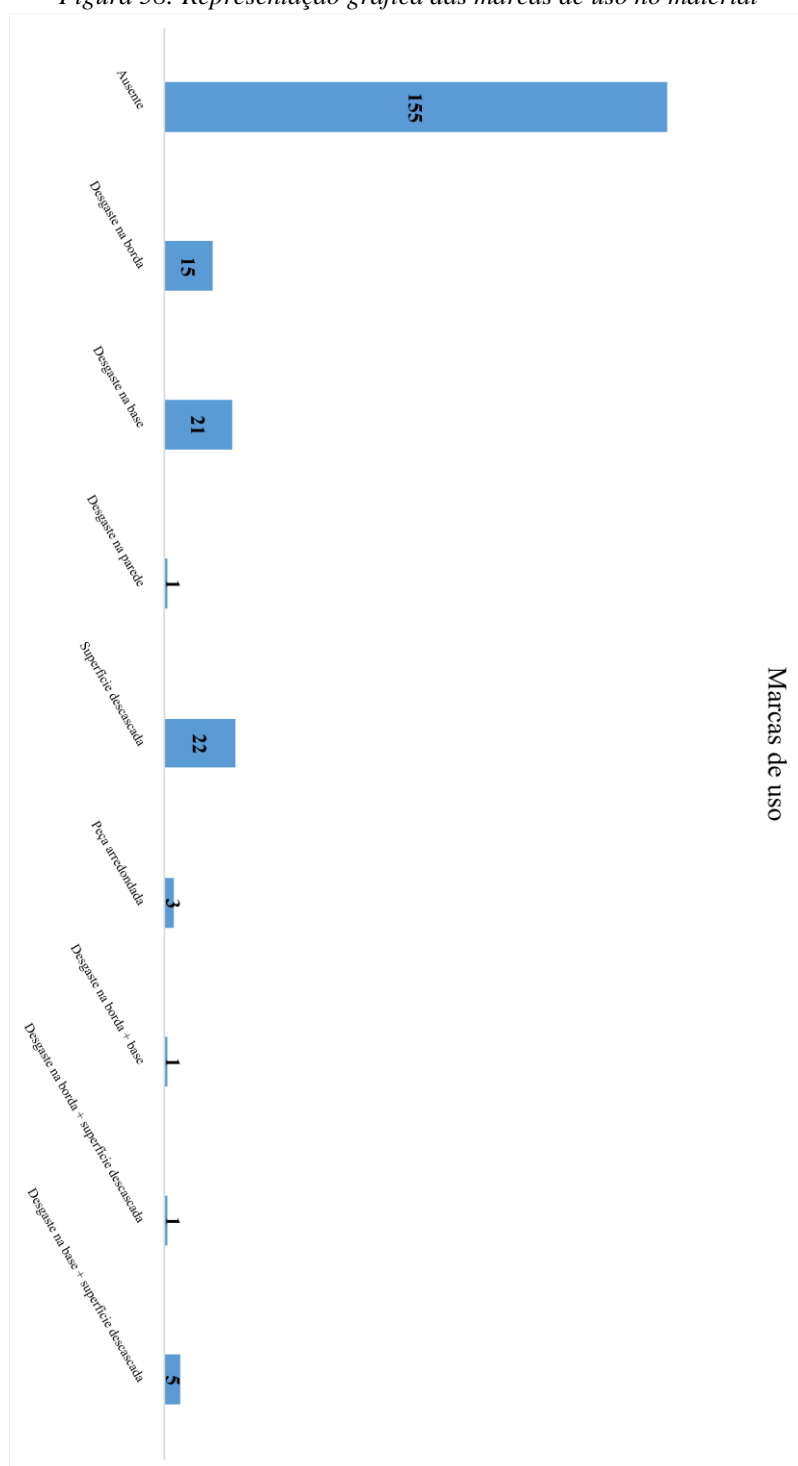


Gráfico elaborado pela autora.

Em relação ao uso propriamente dito, identificamos a maior parte como sem leitura. Contudo, mapeamos que 5,28% das peças podem ter sido utilizadas para consumo de alimentos e/ou bebidas e os outros 0,88% utilizada para serviço. Chamamos atenção para uma categoria que não estava expressa em nossa ficha, mas que devemos dar sua devida menção, o

armazenamento. Encontramos apenas um vestígio de grés cuja forma foi possível identificar, uma garrafa. Acreditamos que esse seja o único caso em que o armazenamento se expressa.

Figura 59: Representação gráfica do uso do material

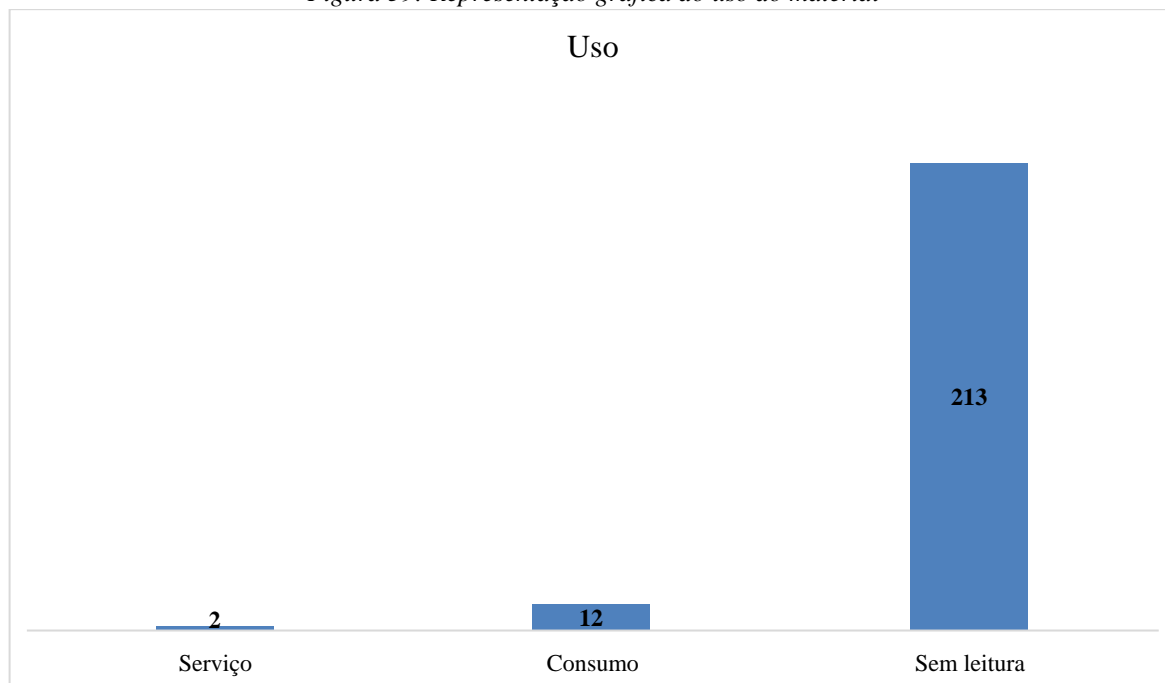


Gráfico elaborado pela autora.

A amostra total é muito variada e, com base no que analisamos, podemos inferir alguns pontos. A maior parte das formas identificadas diz respeito a peças voltadas para o consumo de alimentos sólidos, ou seja, não identificamos muitas formas que indiquem um cotidiano consumo de bebidas, como chá. Podemos especular, tentativa e provisoriamente, que não havia uma sociedade que de fato socializava através de práticas da elite, como o chá. No entanto, a presença de vestígios de travessas decoradas nos faz acreditar que possa haver uma certa preocupação com o ato de servir os alimentos, principalmente no que se refere à aquisição de peças para essa finalidade. Ainda que em pouca quantidade, a existência dessas peças pode revelar essa possibilidade. Nesse ponto retornamos à discussão sobre o gosto de necessidade anteriormente estabelecida. O gosto de necessidade age em conjunto com a emulação agenciada nesse caso, onde essa classe de pessoas escolhe os artigos de acordo com seu gosto que, por sua vez, é moldado pela ausência de uma possibilidade mais ampla de escolhas. Nesse sentido, identificamos que mesmo que as *Shell Edged* sejam consideradas artigos baratos, a escolha por esse tipo de peças e o tratamento delas como artigos de luxo está relacionada à emulação agenciada moldada pelo gosto de necessidade.

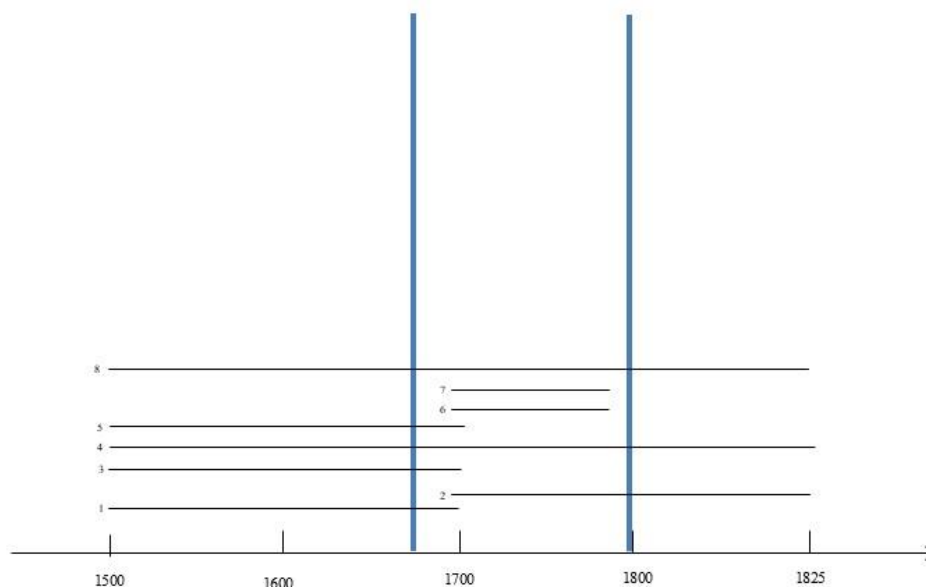
Encontramos vestígios de pratos e tigelas, o que pode nos apontar para um uso voltado principalmente para as três refeições convencionais geralmente realizadas no dia a dia. Para afirmar que as peças eram utilizadas com certa frequência, basta observar a Figura 59, onde podemos observar uma grande quantidade de peças com desgaste nas bordas, onde haveria um indicativo de possíveis atritos com talheres, e nas bases, indicando que aquela superfície entrou em atrito o suficiente para ser visível um desgaste.

Outra informação que podemos tirar, também provisoriamente, da análise diz respeito à cronologia do sítio. Para chegar a uma datação satisfatória, apresentamos três possíveis datações. Uma diz respeito aos gráficos apresentados mais adiante; a segunda refere-se à fórmula South e, por fim, apresentamos também uma datação feita em laboratório. Como apontado anteriormente, as maiores quantidades se referem às faianças finas, diagnósticas do final do século XVIII para o XIX. Identificamos também muitas faianças, quando comparamos com outros sítios históricos na região seridoense. Para corroborar essa estimativa de datação, nos utilizamos dos catálogos e bibliografia *A faiança portuguesa: demarcador cronológico na Arqueologia Brasileira* de Albuquerque (2001), *A faiança do Forte Orange, Itamaracá-PE* de Maria Elenôra Curado (2010); a tabela presente na publicação de H. Souza (2024); a dissertação de Rodrigues (2017) *A faiança fina e o comportamento de consumo na Fazenda São Bento e Engenho Jaguaribe no século XVIII-XIX na sesmaria Jaguaribe, litoral norte de Pernambuco*; o catálogo *A faiança fina em Porto Alegre: vestígios arqueológicos de uma cidade* apresentado por Tocchetto et al. (2001); o catálogo *A louça e os modos de vida urbanos na Pelotas oitocentista* publicado por Peixoto (2004) e *Faiança portuguesa: datação e evolução cronostilística* por Casimiro (2013). Para obter uma aproximação, separamos os materiais que mais se pareciam com os nossos e fizemos uma comparação de dados.

Para as faianças, Albuquerque (2001) nos auxilia a identificar dois motivos específicos: as pinceladas na borda e as linhas paralelas unidas por uma linha ondulada (Figura 17). O autor estima um período que vai da segunda metade do século XVI até o século XIX para os dois motivos decorativos. No caso de Curado (2010), conseguimos obter mais semelhança em outros motivos decorativos. Faixas e/ou frisos na borda, faixas e/ou frisos na base, friso duplo na borda, pinceladas no lábio, frisos em combinação com pinceladas na borda e linhas paralelas combinadas com uma linha ondulada são motivos apontados pela autora como de origem portuguesa e presentes entre os séculos XVI e XVIII, assemelhando-se muito à datação estipulada no catálogo de Albuquerque (2001). Outros motivos decorativos que aparecem no Forte Orange, como linhas paralelas com linhas verticais que se assemelham à rabiscos e linhas azuis com faixa verde são referentes ao século XVIII e o motivo que se caracteriza por linha de

cor vinosa em combinação com faixa azul ou verde é referente ao século XIX. Ao fazer a datação relativa através do gráfico de barras, tivemos um cenário que remota entre meados de 1600 até 1800.

Figura 60: Gráfico de barras de referências para datação da faiança.



Legenda

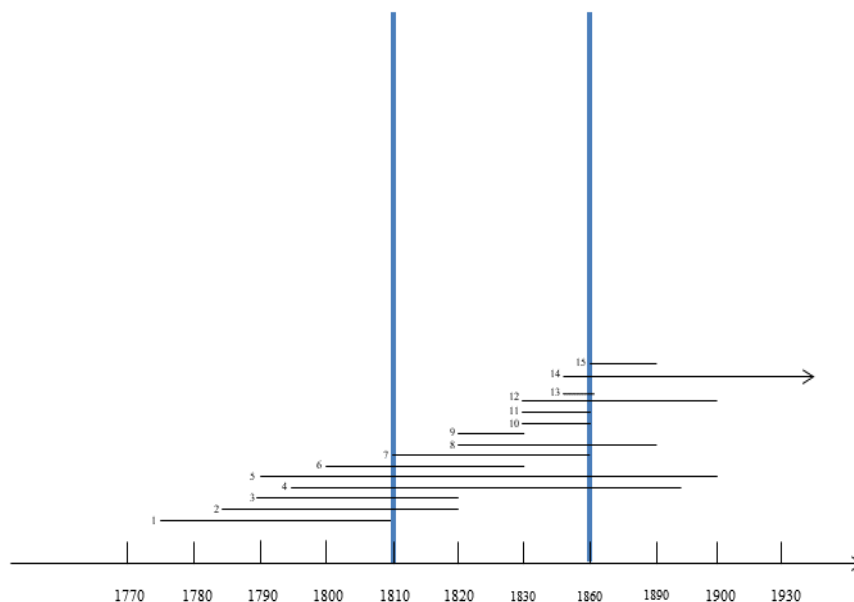
1. Uma ou mais linhas retas combinadas com linhas onduladas - (1500 – 1700)
2. Linhas e faixas na base - (1700 – 1825)
3. Combinação de linhas e pinceladas largas - (1500 – 1700)
4. Friso/s localizado/s na base - (1500 – 1825)
5. Friso/s localizado/s na borda - (1500 – 1700)
6. Linhas horizontais com traços verticais ou diagonais - (1700 – 1799)
7. Fitomorfo - (1700 – 1799)
8. Linhas e pontilhados - (1500 – 1825)

Gráfico elaborado pela autora.

Para a datação das faianças finas, utilizamos as *Shell Edged* elencadas e datadas por H. Souza (2024) e outros motivos apontados por Peixoto (2004), Tocchetto *et al.*, (2001) e Rodrigues (2017), cujas características já exemplificamos anteriormente. De maneira geral, elas parecem apontar para uma datação entre o final do século XVIII para o final do século XIX. Refletindo sobre isso, podemos cruzar os dados com as informações históricas sobre a ocupação do Seridó. Considerando que a Guerra dos Bárbaros se estendeu até o final do século XVII, podemos lançar uma hipótese de que a ocupação massiva do Seridó só ocorre a partir do século XVIII. Considerando também que possuímos louças de um período aparentemente muito estendido, entendemos que é pouco provável que o sítio tenha seu início nos séculos XVI e XVII. Levando em consideração os períodos de produção encontrados para algumas decorações das faianças finas por nós analisadas, supomos uma ocupação no século XIX, mais

especificamente no período entre 1810 e 1860, dada a maior presença de decorações para esse período.

Figura 61: Gráfico de barras de referências para datação da faiança fina



Legenda

- | | | |
|--|---|---|
| 1. Padrão shell edged com borda assimétrica e ondulada, com incisões curvas moldadas (1775 – 1810) | 6. Padrão shell edged com borda simétrica, com incisões curvas ou retas (1800 – 1830) | 11. Faixa e/ou friso + sprig (1830 - 1860) |
| 2. Annular ware marbelized (1782-1820) | 7. Padrão floral estilo peasant (1810 - 1860) | 12. Borrão azul variado (1830 - 1900) |
| 3. Annular ware cabled (1790-1820) | 8. Padrão spatter (1820 - 1890) | 13. Padrão shell edged com borda reta, com incisões sutis (1840 – 1860) |
| 4. Annular ware mocha (1795-1895) | 9. Padrão shell edged com borda pintada e padrões em relevo (1820 – 1830) | 14. Padrão sponge (1840 - 1935) |
| 5. Faixa e/ou friso policrômico (1790 - 1900) | 10. Padrão floral estilo sprig (1830 - 1860) | 15. Padrão shell edged com borda plana, apenas pintado (1860 –1890) |

Gráfico elaborado pela autora.

Cruzando as datações obtidas entre os dois gráficos anteriormente apresentados, evidenciamos que ambos trouxeram duas datações diferentes e isso se deve a seus diferentes períodos de produção, uma vez que estamos nos utilizando de dados relativos, a data de produção de uma peça não necessariamente condiz com a data de uso dela. Além disso, devemos considerar que as peças acima possuem períodos de produção muito amplos, fazendo com que essa datação seja apenas uma especulação. Contudo, estimando uma datação em cruzamento com dados históricos apresentados anteriormente, podemos estipular uma datação que pode variar entre meados de 1700 até 1860 que condiz com a grande presença de material do século XIX e XX, indicando uma ocupação contínua e longa. Também chamamos atenção também para a presença das *Shell Edged*, que são muito comuns em sítios históricos no Brasil, sendo consideradas apreciadas na região, e para a quase ausência de *transfer-printing* na

escavação que poderia ser um resultado prático da ação do gosto de necessidade, onde há uma valorização maior de artigos populares como artigos “de luxo”. Entretanto não estamos afirmando que esse tipo de louça se configura como um material luxuoso, mas é possível que a sua valorização no contexto sertanejo seridoense seja maior do que o seu valor do ponto de vista comercial. Nesse sentido, estamos trabalhando com a ideia de que possivelmente algo trivial para a alta elite é tratado como luxo por elites menores. Tais dados serão abordados posteriormente.

Para um segundo cenário de datação, trazemos a aplicação da fórmula de South para as louças do Santa Clara 02. Para ter uma melhor noção de quanto o tempo o sítio poderia ter, inicialmente separamos a nossa amostra de acordo com os níveis artificiais onde foram encontradas. Aplicamos a fórmula a cada nível na intenção de evidenciar uma possível linearidade cronológica na estratigrafia, ajudando também a entender se de fato havia o revolvimento dos pacotes. O resultado obtido foi uma cronologia não linear, ou seja, a estratigrafia não apresenta uma datação concisa. Ainda fizemos um cálculo geral, onde reunimos as informações sobre todas as louças para gerar uma única datação que seria para o sítio arqueológico. O resultado que obtivemos foi que o sítio pertence ao século XVIII, mais especificamente ao ano de 1765. É necessário chamar a atenção para o fato de que o material pode nos dar uma data muito recuada em virtude do longo período de produção que algumas peças possuem. Nesse sentido, essa datação é apenas uma estimativa. As louças por nós analisadas demonstram uma ocupação maior no século XIX.

Tabela 6: Resultado da aplicação da fórmula de South por nível e geral.

Datação média	
Nível	Datação aproximada
1	1792
2	1806
3	1782
4	1756
5	1753
6	1700
7	1725
8	1762
Datação média	1765

Tabela elaborada pela autora

O último método datativo que utilizaremos para o Santa Clara 02 diz respeito a uma datação feita no ano de 2024 através do método de termoluminescência. A datação foi fornecida

pelo LAS, onde houve a coleta de um fragmento cerâmico na segunda campanha feita ao sítio Santa Clara 02, em 2024. Os resultados das amostras foram enviadas estipularam que o Santa Clara 02 tem em média entre 260 e 27 anos. Ao cruzar os dados matemáticos, podemos chegar ao início do sítio no século XVIII, mais precisamente em 1764 (Datação, Comércio e Prestação de Serviços LTDA. Relatório de Ensaio. São Paulo, 2024). É possível que essa seja a data da ocupação mais antiga do sítio, e que, com as rotas comerciais estabelecidas com o tempo as louças tenham sido inseridas no contexto.

A respeito da datação, queremos enfatizar que a datação das louças é diferente da datação do sítio, ambas foram realizadas com métodos diferentes e apresentaram resultados diferentes. O que podemos concluir de uma maneira hipotética é que o Santa Clara 02 teve seu início em meados do século XVIII, como aponta o resultado da termoluminescência, e as louças foram sendo inseridas ao longo do período que se segue até o século XX.

Análise qualitativa da coleta de superfície

Para as peças providas da coleta de superfície, nós buscamos evidenciar possíveis diferenças entre as peças do nosso acervo. Separamos as amostras de acordos com as caixas nas quais estão armazenadas para facilitar uma reunião de informações gerais. Nosso foco, tal como ao aplicar a ficha para a amostra de escavação, foi identificar formas, tipos decorativos e esmaltes nas peças. Começando pelos tipos de pasta, nossa análise apontou para uma prevalência das faianças finas tal como nas amostras de escavação, no entanto, identificamos uma maior quantidade de porcelana dessa vez. As faianças, por sua vez, não foram identificadas em grande quantidade, em comparação à escavação. O grés foi identificado também em maior quantidade e em pedaços maiores, como apontado na Figura 62. Chamamos atenção para a maior presença de fragmentos que indiquem garrafas.

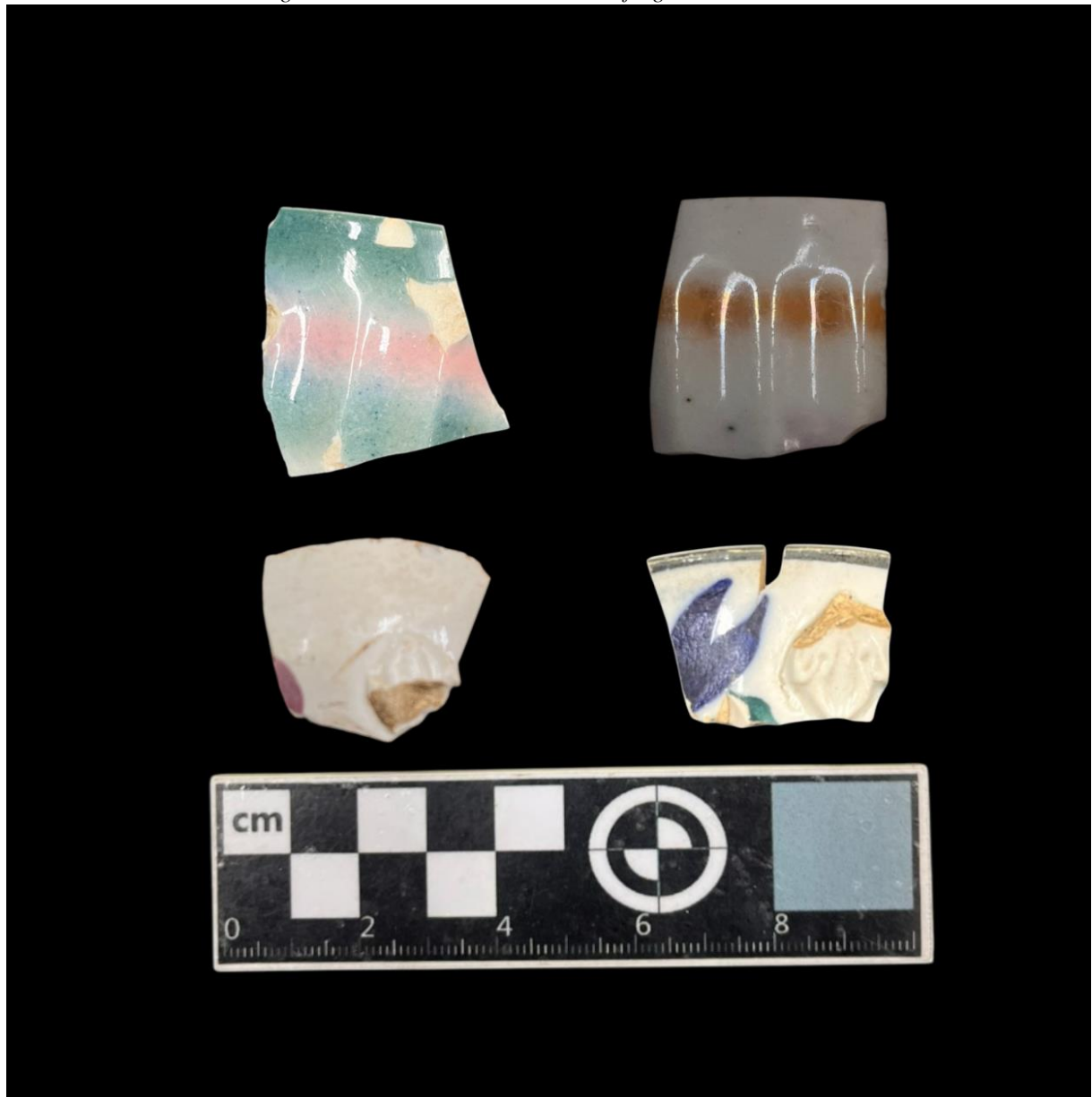
Figura 62: Prancha com amostras de grés de coleta de superfície.



Peças com tombo em ordem: SC02.3208; SC02.3268.

No que se refere às formas, conseguimos identificar uma quantidade maior de formas que indicam xícaras, principalmente entre as porcelanas. Identificamos muitas bordas desse material, aos quais atrelamos às xícaras ou tigelas, como pode ser observado na Figura 63.

Figura 63: Prancha com amostras de fragmentos de xícaras



Peças com tombo em ordem: SC02.02179; SC02.02178; SC02.08540; SC02.05884.

Também conseguimos identificar uma grande quantidade de bases em faianças finas, das quais possuem marcas de fabricantes que serão abordadas posteriormente. A maior parte das bases que encontramos parecem indicar uma base tipo pedestal presentes principalmente nas malgas. Possuem formatos diferentes os quais não conseguimos remontar, mas estimamos que os fragmentos indiquem peças variadas e não apenas uma, como consta na Figura 64.

Figura 64: Prancha com amostras de fragmentos de malgas.



Peças em ordem: SC02.03581; SC02.03578; SC02.06883; SC02.0697; SC02.2641; SC02.03583; SC02.03586; SC02.03587; SC02.03588

Para os tipos decorativos, identificamos significativas diferenças. Primeiro, salientamos a maior presença do tipo decorativo borão azul e da técnica *transfer-printing*, que aparecem associados um ao outro com certa frequência. Na Figura 65, trazemos alguns exemplos dessas peças em diferentes formas e classes. Apesar da presença dessa técnica decorativa, assim como na amostra de escavação, identificamos a maior parte das peças como decoradas à mão livre, com maior presença do *peasant style* e banhadas com variados motivos decorativos que diferem do *annular ware*.

Figura 65: Prancha com amostras de fragmentos com transfer-printing e borrão azul.



Peças: SC02; SC02.; SC02.01679; SC02.; SC02.; SC02.; SC02.

Também encontramos uma grande quantidade de faianças finas com a decoração *Shell Edged*, destacamos peças cuja borda de concha é combinada com decoração em relevo (ver Figura 66), esse último tipo decorativo também aparece com certa frequência em relação à amostra de escavação.

Figura 66: Prancha com amostras de fragmentos com Shell Edged.



Peças em ordem: SC02.03859; SC02.03982; SC02.03962; SC02.03968; SC02.03933; SC02.03872; SC02.03869

Uma das maiores diferenças que encontramos nas amostras corresponde à presença de marcas de fabricante em algumas peças. Encontramos uma significativa presença de bases com presença dos carimbos de fábricas, algumas não conseguimos identificar. Contudo, outras foram possíveis de ser mapeadas como mostram as figuras 67, 68 e 69.

Figura 67: Prancha com amostra de fragmentos que contém marcas de fabricantes.



Peças: SC02.01653; SC02.01951; SC02.01958; SC02.01959; SC02.02059; SC02.00559.

Conseguimos identificar algumas marcas, duas delas nos aparentam ter figuras desenhadas de um unicórnio e um leão, identificamos como possíveis peças das marcas Albert Meakin ou Charles Meakin (ver Figura 68), para identificar fizemos uma investigação na tentativa de aproximar os registros contidos na bibliografia (Pereira, 2008; Gibson, 2016) e as marcas que dispomos. Devido ao pouco tamanho dos fragmentos, conseguimos apenas ter uma leitura aproximada.

Figura 68: Fragmentos comparados à carimbo das marcas Albert Meakin e Charles Meakin.



Peças de tombo SC02.01999 e SC020.00688, fotos retiradas do google imagens.

Outra marca que identificamos diz respeito a uma marca brasileira do estado de São Paulo, identificamos como F.S.C São Paulo (ver Figura 69 e Figura 70). A Fábrica de Louças de Santa Catarina foi fundada no ano de 1913. Além dessa, outra marca nacional que identificamos diz respeito à marca Ceramus que também vem do estado de São Paulo. A extinta fábrica de louças de mesa foi fundada em 1919 e estava localizada na cidade de São Paulo (ver Figura 71 e Figura 72). Esses fragmentos parecem nos indicar que os habitantes do Santa Clara 02 tinham uma variedade de louças que vinham tanto do exterior como de outras regiões do Brasil, demonstrando a diversidade da coleção.

Figura 69: Fragmento com carimbo da marca F.S.C São Paulo.



Peça de tombo SC02.00748

Figura 70: Carimbo da marca F.S.C São Paulo.



Pereira, 2008

Figura 71: Fragmento com carimbo.



Peça de tombo SC02.00275

Figura 72: Carimbo da marca Ceramus/S. Paulo.



Pereira, 2008

De maneira geral, a análise qualitativa da coleta de superfície apresentou divergências significativas. A amostra apresentou técnicas e motivos decorativos que não foram encontrados

na escavação, também identificamos várias formas que aparecem muito pouco na escavação, além das pastas como a porcelana que tem uma presença maior na coleta de superfície. Como foi mencionado anteriormente, a estratigrafia não se encontra totalmente íntegra, o que nos impede de dizer que a amostra analisada é mais recente. Contudo, ao lançar um olhar mais geral para o acervo analisado, podemos identificar ainda a ausência de conjuntos. Embora não haja como ter uma certeza sobre essa afirmação, estamos levando em consideração a grande quantidade de variações decorativas e de formas nas nossas amostras, corroborando a ideia de que as peças eram vendidas e adquiridas de forma avulsa. As formas e motivos decorativos nos parecem fazer parte de uma lógica de consumo própria da região da qual falaremos posteriormente.

3.2 O sertão e a louça

Levando em consideração as louças analisadas do material de escavação, achamos importante cruzar os dados com os valores indexados por G. Miller (2009 [1991]) para as louças CC. Para isso, primeiro precisamos reconhecer nossas limitações, a primeira delas se expressa no alto índice de fragmentação da nossa coleção, onde não conseguimos definir número mínimo de peças. Além disso, enfatizamos a ausência de formas por nós identificadas, onde conseguimos apenas definir de alguns fragmentos. Contudo, acreditamos que ao realizar os cálculos poderemos chegar a um valor aproximado que nos dê uma mínima dimensão sobre os preços das louças encontradas no Santa Clara 02.

Para realizar os cálculos, de acordo com G. Miller (2009 [1991]) o valor indexado para cada tipo de peça deve ser multiplicado pelo número de peças daquele tipo. Em seguida, os resultados devem ser somados e divididos pelo número total de peças. O resultado nos fornecerá uma média de valores para aquele acervo. O autor ainda propõe, para sítios de longa ocupação, que as louças sejam separadas por ocupações diferentes. Como também não temos essa informação, optamos por fazer uma média de produção. Primeiro separamos as louças que conseguimos identificar a forma, fizemos a média de produção de cada tipo e cruzamos com os valores fornecidos por G. Miller (2009 [1991]). Fizemos uma média baseada nas categorias separadas entre pratos, travessas e tigelas cuja designação cruzamos com as de tipo *Twifflers* presentes no artigo.

Para os pratos, identificamos apenas 4 peças com a decoração tipo *Shell Edged*. Ao fazer uma média de ocupação cujo resultado deu 1793, cruzamos a informação com os valores

indexados e, de acordo com G. Miller (2009 [1991]), os valores de pratos com esse tipo decorativo estavam em 1,35 libras. Para as travessas, identificamos apenas 2 peças também tipo *Shell Edged*. Calculando a média de produção dos dois tipos e aplicando o cálculo proposto pelo autor, obtivemos um resultado de 1,53 libras. No que se refere às tigelas, identificamos apenas uma cuja decoração é o tipo *Sponge*. Para a média de produção, não identificamos valor indexado, contudo, fazendo uma aproximação, obtivemos o valor de 1,5 libras. No caso das xícaras e pires, não obtivemos dados suficientes na análise para cruzar os dados com valores indexados.

Para uma média geral, também direcionamos nosso olhar para o contexto mais amplo do acervo. percebemos que as louças pertencentes aos habitantes do sítio estão entre os valores de 1,3 e 2,8 libras a unidade a depender do tipo de peça, variando entre pratos, tigelas e travessas. E, considerando que as louças foram adquiridas de maneira avulsa, estimamos que não era destinada uma grande porcentagem de dinheiro para a compra desses artefatos, considerando também o uso das cerâmicas na mesa cotidiana, visto que são maioria no sítio. A média geral se encontra em concordância com os cálculos feitos e apontados anteriormente, as louças não aparentam estar entre os maiores valores indexados, demonstrando que não eram as mais caras do mercado. Apesar de a coleta de superfície nos ter fornecido algumas diferenças decorativas, observamos que a maioria das louças parece estar designada como de baixo custo. Isso pode denunciar duas possibilidades.

A primeira indica que os habitantes do Santa Clara 02 não empregavam grandes valores para as louças, indicando uma maior atenção às necessidades básicas do dia a dia. A nossa segunda interpretação diz respeito ao mercado. É possível que, por comercializar peças avulsas, o mercado local não oferecesse uma grande variedade de louças e preços para a população, também pensando nas necessidades do público consumidor que poderia não exigir grande refinamento para esses artefatos. Essas duas possibilidades estão alinhadas com nossa reflexão sobre as formas da qual falaremos a seguir.

De acordo com Cascudo (1967), os elementos que compunham a alimentação sertaneja como o preá, o mocó e o tiju-açu eram “insuportáveis para qualquer homem de cidades litorâneas”, demonstrando que o sertão funciona com diferenças, sobretudo na alimentação. Isso se deve principalmente a questões ambientais. Levando isso em consideração, julgamos pertinente investigar as formas de alimentação sertaneja para entender os usos empregados às louças.

Uma importante menção se faz ao leite de cabra no sertão nordestino, ele servia para acompanhar alguma coisa sólida como farinha, batatas, jerimum e milho, mas também era a matéria prima de produtos como queijo e coalhada. Uma importante menção a se fazer é a ausência de verduras e a presença dos peixes de água doce. Para as carnes, temos o exemplo da carne-de-sol que, segundo Cascudo (1967), deriva da tradição portuguesa de secar frutas e peixes ao sol. A farinha é outro alimento muito presente na mesa do sertanejo.

Comer farinha de mandioca, pura, seca, desacompanhada de carne ou fruta, era natural e continuou pelo povo do interior do Brasil nortista, como Wied-Ncuwied (56, 239) viu praticarem os botocudos de Ilhéus e cu tantas vêzes no sertão do Rio Grande do Norte, talqualmente o jesuíta Alonso de Ovale, na primeira metade do século XVII, registou entre os aborígenes do Chile, quando comen la harina a secas. Era farinha de milho, mas a da mandioca também merece a consumação. Incompleto ou alimento normal para quem não possui outro (Cascudo, 1967, p. 152).

Dando a devida atenção à textura da farofa, também apontamos para a paçoca. Esse alimento é preparado com carne geralmente assada e desfiada, essa carne é “pilada conjuntamente” com a farinha de mandioca, produzindo um alimento que pode ser conservado por algum tempo, era importante para as viagens do sertão por exemplo (Cascudo, 1967). Para o preparo da comida frita, eram utilizados óleos de gordura animal, principalmente banhas e manteiga. Esses alimentos com grande teor de gordura animal são comumente consumidos, um bom exemplo é o queijo de manteiga. Além disso, o tutano, pirão e feijão são conhecidos como pratos que dão força, esses alimentos na dieta dos mais pobres era acrescido de caldos e poderiam não ter proteínas de acompanhamento; a cresça comum no sertão nordestino é que a comida que vai ao fogão é a que fornece resistência. Para as bebidas, Cascudo (1967) ainda menciona a cachaça com mel de abelha.

Dado sua persistência no tempo, o modelo de sociabilidade construído a partir da convivência nas “casas de morada” rurais imprimiu marcas profundas na emergência de um “estilo seridoense”, formulado em termos de um exercício identitário que agencia a religiosidade, as festividades, a cultura material e as representações míticas e artísticas. Entre essas manifestações, a alimentação aparece como bem cultural que tem significativa centralidade na reivindicação de uma identidade regional revigorada durante as celebrações de padroeiros, as festas de São João ou em julho, no período das colheitas, momentos em que

as famílias se reúnem para degustar as “comidas de raiz”; ocasiões em que é experimentada uma volta às origens, momentos privilegiados para reencontrar sons, cheiros, gostos, emoções e sabores esquecidos (Cavignac *et al.*, 2016, p. 92).

Os alimentos no sertão seridoense eram em maioria produzidos por habitantes locais e o consumo estava intimamente ligado a uma noção de pertencimento. Essa questão pode estar relacionada à marca deixada pelo período colonial. Essa marca está relacionada aos produtos cuja origem vem principalmente das fazendas de gado: os queijos de coalho e manteiga, as carnes de sol e de criação (ovinos). Esses alimentos geralmente são acompanhados do cuscuz, pirão, arroz de leite, feijão-macaçar. A alimentação cotidiana privilegia produtos locais, podendo ter frutas consumidas na diária ou em forma de sucos durante as refeições. Além disso, também estão presentes raízes como a mandioca e a batata-doce, além do milho, feijão e arroz. Outros alimentos como filhoses, chouriço, doces feitos de frutas e biscoitos são reservados à eventos especiais (Cavignac *et al.*, 2016).

Como pode ser observado, a região possui uma agricultura de autossustento que atende às demandas alimentícias e da indústria têxtil, com o algodão. As atividades das grandes fazendas eram destinadas a fornecer gêneros alimentícios para o consumo local, esses mesmos alimentos eram vendidos e contribuía para a economia local. As pessoas mais abastadas possuíam uma maior riqueza em proteína na mesa, já uma família mais pobre, os alimentos precisavam ter as calorias otimizadas e os ingredientes eram improvisados, recolhidos do ambiente como é exemplo da carne do xique-xique.

A alimentação era literalmente “pesada”, como diz o sertanejo quando quer se referir a uma refeição substanciosa como suporte ao trabalho duro dos trabalhadores do campo. Era “pesada” desde sua produção: criar, cortar, temperar, mexer e levar ao fogo quentíssimo e onipresente das cozinhas apertadas (Cavignac *et al.*, 2016, p. 129).

Os autores destacam quatro refeições quando os indivíduos tinham abundância alimentar, às 5 da manhã, depois às 7, em seguida às 13 horas e, por fim, às 19 horas. O cardápio era adaptado de acordo com o poder aquisitivo. No que se refere à proteína, ela se encaixa como o elemento mais caro da dieta, geralmente é com base nela que os outros pratos são escolhidos.

A carne de gado servia para as famílias com mais dinheiro, enquanto a carne de ovinos e caça era para as famílias mais pobres. As carnes secas e salgadas são mais comuns no dia a dia, enquanto as carnes sem sal são reservadas a períodos festivos.

Ao mostrar uma “mesa farta” e ofertar aos amigos e parentes uma variedade de pratos e bebidas em quantidade, o anfitrião mostra seu poder econômico, suscitando respeito e admiração dos convidados. O contrário é motivo de desonra e de comentários sobre a avareza do dono da festa, “ninguém pode sair falando”! As carnes e os pratos ricos em proteína e gordura ganham caráter ostentatório diante dos convidados porque, na condição de melhores alimentos da casa, serão oferecidos aos presentes (Cavignac *et al.*, 2016, p. 134).

Ainda sobre a sociabilidade em torno da mesa, Cavignac *et al.* (2016) ainda nos fornecem a perspectiva das sobremesas e dos “cafés” oferecidos aos visitantes em ocasiões especiais incluem os queijos e doces. A produção e consumo de biscoitos como a raiva e o polvilho são mais intensos durante os períodos festivos onde os indivíduos costumam receber visitas em suas residências.

Dado esse apanhado de informações, conseguimos ter uma ideia do funcionamento da cozinha sertaneja. Primeiro, gostaríamos de evidenciar que a bibliografia apresentada não faz menção ao ritual do chá, evidenciando que os espaços de sociabilidade relacionados à mesa estavam presentes durante as principais refeições e/ou momentos em que eram oferecidos cafés e biscoitos. Isso nos faz ter um vislumbre das razões pelas quais não identificamos uma grande presença de pires e xícaras, eles poderiam não ser tão utilizados quanto os outros elementos. Em relação às texturas presentes na alimentação sertaneja, fazemos menção às texturas pastosa, líquida e sólida que compõem a maior parte da dieta do sertão seridoense, como apontam Cavignac *et al.* (2016).

Encontramos diferentes técnicas de cozinha que correspondem a uma terminologia específica: o termo “torrado” é utilizado para designar uma porção de carne que, quando frita, representa uma quantidade suficiente para uma pequena refeição. Também serve para se referir a um tipo de cozimento cujo caldo é reduzido (“apertado”) e feito com a carne verde; neste caso, diz-se carne torrada. Também a forma mais comum de cozinhar a galinha (torrada) se opõe ao ensopado, a galinha à “cabidela” inclui o sangue do

animal no molho. O consumo das vísceras e das partes menos nobres dos animais deu origem a pratos que compõem hoje o cardápio festivo e são considerados “típicos”. Os ossos, o tutano, a cabeça de bode (fuçura), a moela guizada, o fígado, a língua, o rabo, as tripas fritas – que podem ser servidas misturadas com feijão e farinha – são consumidos como tira-gosto. A buchada, muito apreciada pelos gourmets, pode ser preparada com carne e/ou vísceras de caprinos ou ovinos e servida como petisco. Seu modo de preparo, em especial seu recheio, apresenta variações regionais. É uma comida preparada com “buchada” ou “buchadinha” (estômago) costurada e cozida com especiarias e temperos. Em alguns municípios, o recheio é composto por carne de criação picadinha (ou moída) temperada, podendo conter alguns pedaços de vísceras; em outros, é preparada com fígado, coração, pulmão (bofe) e sangue (estes dois últimos, opcionais) (Cavignac *et al.*, 2016, p. 149).

Ao voltar nosso olhar para o acervo analisado, nos parece plausível que a maior parte da amostra esteja relacionada à pratos e tigelas dada a variedade de caldos e pirões que compõem a alimentação sertaneja. As travessas nos parecem estar mais relacionadas ao que foi apontado anteriormente como uma fartura, uma tentativa de imposição de um status que se consiste em apresentar os alimentos em abundância para os visitantes. Durante a análise, nos foi perceptível que a grande maioria das louças estava relacionado ao ato de consumo de alimentos e bebidas. Como dito anteriormente, é possível que as louças disponíveis no mercado de forma avulsa tenham contribuído para uma possível ausência de aparelhos de chá e jantar, contudo, apontamos também para a própria escolha dos indivíduos ao adequar a escolha da materialidade ao seu cotidiano e suas demandas.

Além disso, também encontramos formas que não estão relacionadas ao serviço ou consumo de alimentos (Figura 46). As formas são feitas a partir de fragmentos de peças que são arredondados, como já foi indicado anteriormente. Acreditamos que essas peças estejam envolvidas em uma espécie de reciclagem de material.

O termo reciclagem aqui é interpretado não como a reutilização de um objeto inteiro para funções diferentes das originais, mas como o uso de partes fragmentadas ou de elementos residuais de uma peça de faiança. Ou seja, com este termo se definem as formas de aproveitamento de alguma parte de um elemento que não pode mais ser re-incorporado à sua totalidade (Etchevarne, 2003, p. 105).

Em uma pesquisa realizada em Salvador pelo professor Carlos Etchevarne (2003), notamos que são citadas algumas peças de reciclagem. Ao averiguar, identificamos que uma das categorias se assemelha ao nosso acervo devido à forma arredondada e a ausência de mais modificações. De acordo com o autor, essas peças são moldadas para servirem como fichas de jogos. Na pesquisa, foram identificadas peças em faiança portuguesa, mas como pode ser observado na figura tal, nossa coleção apresenta peças também em faiança fina. Acreditamos que essas peças faziam parte de práticas exercidas por indivíduos com baixo poder aquisitivo (Etchevarne, 2003). Não identificamos nenhum artefato que indique a presença de jogos, contudo, estipulamos que a substituição de fichas de jogos seja seu real uso, dada ausência de furos que indiquem um fuso ou botão.

A análise das louças que fizemos nos parece evidenciar a dinâmica em torno da emulação agenciada, conceito já abordado anteriormente. Ao adquirir e utilizar as louças, essa população não estava simplesmente reproduzindo práticas europeias. O que pode ser feito é uma adaptação criativa, onde se transforma as louças importadas em artefatos que carregam características da cultura e do cotidiano local e que se moldam ao gosto de necessidade presente nesse setor social. Um bom exemplo disso é a reutilização dessas peças para jogos ou para polimento de joias. Embora não consigamos afirmar com certeza para o que eram utilizadas no Santa Clara 02, essas peças sofriam uma segunda transformação, onde eram modificadas para atender demandas internas.

Um outro aspecto a ser mencionado é que a escolha de louças com aspectos decorativos específicos (*Shell Edged* e o banhado) pode refletir não só uma preferência voltada para as necessidades diárias de consumo, mas também uma preferência estética. A escolha pela decoração banhada, como as *Annularware* que possuem muitas cores em um só desenho, pode revelar uma preferência por peças coloridas. As *Shell Edged* podem denunciar a necessidade de adquirir louças mais baratas ou a grande disponibilidade desse tipo no mercado, mas também pode denunciar uma preferência pelas bordas de concha visto que encontramos uma grande quantidade desses artefatos na coleção.

O uso desses itens nos parece ser um evidente exemplo de agentes ativos. Os habitantes do Santa Clara 02, ao adquirirem as louças de acordo com seu gosto de necessidade, traziam-nas para o seu cotidiano e as moldavam diante dele, utilizando-as para servir seus caldos e pirões. O processo de emulação agenciada denuncia uma escolha e apropriação desses objetos para o contexto cultural sertanejo seridoense, onde não nos parece haver uma maior

preocupação com as regras de serviço e estética como no caso das grandes metrópoles (Lima, 1997).

O conceito por nós proposto está intimamente ligado aos processos de gosto, alimentação e espaços de sociabilidade sertanejos. A escolha estética pode denunciar uma despreocupação em relação ao que é tendência no mercado, estando mais intimamente ligado ao gosto de necessidade discutido anteriormente. O uso das travessas, pratos e tigelas carregam um simbolismo notável, estando ligados à sociabilidade e status dentro da cultura seridoense. O uso das travessas, por exemplo, se aproxima dos momentos de fartura, onde a fartura da mesa é exibida para os hóspedes em uma evidente demonstração de status, nesse caso, a louça se torna um acessório diante do protagonista: o alimento. Outro exemplo está na possibilidade de transformação do chá no café, onde as visitas são recepcionadas aos modos do sertão, com café e biscoitos de produção local. As formas que essas louças podem ter sido consumidas nos apresentam uma nova ordem simbólica autônoma e criativa. Dessa forma, a emulação agenciada se dá através das escolhas das louças e sua incorporação ao cotidiano sertanejo nos âmbitos material e imaterial, reafirmando os costumes e valores locais. Portanto, consideramos que as louças não se configuram como sertanejas pela sua origem, mas sim pela sua ressignificação e adaptação ao sertão.

Considerações finais

A presente dissertação buscou analisar as louças do Santa Clara 02 de forma sistemática, em junção com uma abordagem sociocultural que tinha como objetivo entender as práticas dos usos dessas louças no cotidiano dos moradores do sítio em questão. Para compreender os usos desses artefatos por uma população sertaneja empreendemos uma discussão em torno do conceito de emulação agenciada e gosto de necessidade como parte de uma dinâmica de adaptação presente no contexto arqueológico por nos estudado. Ao longo dessa pesquisa, estabelecemos importantes discussões sobre como as escolhas das louças poderiam servir de reflexos de uma sociedade inserida no sertão.

As louças analisadas possuem, como apontado anteriormente, uma grande variedade de formas e decorações. Isso demonstra uma clara relação entre o interior brasileiro e as influências externas vindas do grande mercado mundial. Através da nossa análise conseguimos perceber como as escolhas por parte dos moradores estão diretamente relacionadas as práticas e valores culturais partilhados por essa população. Também conseguimos entender a carga simbólica carregada por esses artefatos. As escolhas feitas pelos moradores apontam para um sistema

adaptativo e transformador diante das regras de consumo gerais. Essa perspectiva foi analisada a partir do conceito de emulação agenciada.

A escolha por esse conceito se encaixa dentro do que acreditamos serem práticas que revelam agentes ativos ao invés de uma imitação passiva ou de unicamente uma seleção. Observamos que os moradores do Santa Clara 02 não se limitavam a simples imitação de uma cultura externa, mas praticavam o ato de apropriação e ressignificação, trazendo influências externas para dentro de casa e a transformando em algo próprio, inserido no cotidiano sertanejo. Além disso, ao combinar esse conceito com o *gosto de necessidade* conseguimos estabelecer como a agência atua para além de uma seleção, de modo que as pessoas não apenas selecionam, mas aplicam seus gostos na escolha, gosto esse que é baseado na classe social em que essa sociedade se encontra.

A emulação agenciada pode ser compreendida como uma reafirmação cultural, funcionando como uma forma de resistência diante de contextos de influência externa. Dentro da perspectiva do gosto de necessidade, a ressignificação não atua somente no uso dessas louças, mas também no próprio valor que elas têm. O resultado que nos embasa está no quantitativo referente às *Shell Edged* que se expressa como a maioria decorativa na coleção mesmo que haja outros tipos com quantidade relevante. Também observamos a pouca quantidade de louças do tipo *Transfer-printing*. Mesmo analisando que a coleção total apresenta tipos mais caros, a predominância está voltada para as louças de baixo custo. Nos parece que mesmo que exista a possibilidade de aquisição de outros modelos, o gosto de necessidade age fazendo com que a preferência estética seja por louças mais acessíveis.

No que se refere ao ritual do chá, como foi abordado anteriormente, não acreditamos que tenha feito parte do cotidiano dessas pessoas. Essa especulação está voltada principalmente pela presença de pratos, tigelas e travessas aparecendo mais frequentemente do que as xícaras e pires, podendo indicar que as louças eram adquiridas com maior interesse nas três principais refeições cotidianas e adaptadas para as comidas sertanejas, o uso delas pode ser atestado pelos frequentes desgastes principalmente nas bases que analisamos. Nesse sentido, também aplicamos a emulação agenciada nesse contexto, que se expressa através da aquisição de peças e uso adaptado por parte dessa população.

Outra possibilidade volta-se para o caráter dos moradores do sítio, onde podemos perceber que havia uma diferença nítida quando documentamos anteriormente. A análise dos moradores que fizemos esta atida ao apanhado de informações que foram fornecidas por Helder Macedo através dos dados paroquiais reunidos por ele. No entanto, conseguimos identificar que é possível que houvesse indivíduos de diferentes setores da sociedade ali inseridos, tais como

o tenente coronel Francisco de Miranda que possuía escravizados, além dos próprios referidos e outras pessoas relacionadas. Consideramos que o conceito de emulação agenciada nos parece evidenciar essas diferenças na população, principalmente porque conseguimos identificar diferentes valores e necessidades que podem ter sido expressos através da materialidade. Essa ideia de diferentes pessoas habitando um mesmo espaço pode ser corroborada quando consideramos a existência de duas outras estruturas habitacionais menores documentadas na ficha de cadastro de sítio. Apesar de, como mencionado, não adicionarmos essas estruturas em nossa análise, entendemos a importância de cruzar os dados obtidos com essa informação.

No que concerne ao resultado temporal, a aplicação de três diferentes métodos de datação nos permitiu chegar ao ano de 1765 como média de ocupação. Sabemos também, através da pesquisa de Helder Macedo, que os moradores seguiram na possível comunidade ao longo do século XIX. Sabemos, entretanto, que a datação apresenta suas limitações e reconhecemos que para uma certeza em relação a ocupação total daquele território seria necessário o auxílio de mais fontes históricas sobre aquele local. Consideramos que a datação por nos trazidas atua de maneira complementar para um maior entendimento da sociedade inserida no Santa Clara 02.

A nossa pesquisa oferece uma interessante perspectiva nova para o contexto arqueológico de casas de fazenda no interior. Ao escolher as louças como objeto de análise, conseguimos evidenciar a quantidade de informações que esses materiais conseguem nos fornecer. Quando os inserimos dentro do contexto de uma emulação agenciada e gosto de necessidade, conseguimos vislumbrar novas perspectivas que trabalham com a resistência cultural dentro de contextos de adaptação a influências externas, além de como as diferenças de gostos e necessidades podem ser expressas no material. Ainda, o uso de elementos datativos nos permitiu inserir o grupo do Santa Clara 02 dentro de um contexto histórico do ponto de vista cronológicos.

Entretanto, de maneira geral, achamos importante considerar as limitações da presente pesquisa. Em primeiro lugar, temos a fragmentação do material e a quantidade da amostra de escavação que podem ser poucas peças para que sejam tiradas conclusões definitivas. Além disso, também não encontramos dados históricos que descrevam com certeza os usos e o cotidiano dos moradores do Santa Clara 02, fazendo com que possamos apenas especular dados e acontecimentos. No entanto, acreditamos que esse texto é um pontapé inicial para novas investigações. Para compreender significativamente o sítio Santa Clara 02, é necessário que sejam empregadas novas abordagens que englobem todos os artefatos, a fim de identificar um panorama geral acerca das práticas cotidianas dos grupos que ali habitavam. Ademais, também

consideramos que para entender melhor a relação do sertanejo com as louças seriam necessárias novas análises realizadas em outros sítios arqueológicos de forma a complementar uma visão mais ampla sobre as práticas de consumo sertanejas. As descobertas feitas durante essa pesquisa, embora dentro de um micro contexto, nos fizeram vislumbrar novas ideias acerca das práticas de consumo de louças no sertão, contribuindo para o campo da arqueologia histórica e abrindo caminhos para novas abordagens socioeconômicas dentro de diferentes contextos arqueológicos.

Referências bibliográficas

ALARCÃO, Jorge. A arqueologia contextualista. **Mathésis**, n. 6, p. 11-32, 1997.

ALLISON, Penelope M.. The Household in Historical Archaeology. **Australasian Historical Archaeology**. n. 16, 1998.

ALBUQUERQUE, Paulo Tadeu de Souza. **A faiança portuguesa—demarcador cronológico na arqueologia brasileira**. Recife, 2001.

AMADO, Janaína. Região, Sertão e Nação. **Revista Estudos Históricos**, v. 8, n. 15, p. 145-152, 1995.

ARAÚJO, Astolfo G.; CARVALHO, Marcos Rogério Ribeiro de. A louça inglesa no século XIX: considerações sobre a terminologia e metodologia utilizadas no sítio Florêncio de Abreu, São Paulo. **Revista do MAE**, v. 3, p. 81-95, 1993.

ARQUEOROCHA. **Reprospecção Arqueológica na Área da Bacia Hidráulica Barragem Oiticica**: Relatório Final. Mossoró: 2019.

BEZERRA, Ana Paula Gomes. Entre Pratos, Tigelas e Travessas: Um Breve Estudo Sobre o Consumo de Louças Europeias pela Elite Aracatiense (1850–1890). **Embornal**, v. 6, n. 12, p. 93-111, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

BRANCANTE, Eldino da Fonseca. **O Brasil e a cerâmica antiga**. 1981.

BEAUDRY, MARY C.; MROZOWSKI, STEPHEN A.; COOK, L. J. Artifacts and active voices. **Images of the Recent Past: Readings in Historical Archaeology**, p. 272, 1996.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da alimentação no Brasil**. Cardápio indígena, dieta africana, ementa portuguesa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967. Vol. 1.

CASIMIRO, Tânia Manuel. **Faiança Portuguesa nas Ilhas Britânicas (dos finais do século XVI aos inícios do século XVIII)**. 2010. Tese de Doutorado. Universidade NOVA de Lisboa (Portugal).

CAVIGNAC, Julie et al. O Seridó nas panelas: história, organização social e sistema alimentar. **Ensaio sobre a antropologia da alimentação: saberes, dinâmicas e patrimônios**. Natal: EDUFRRN, p. 91-182, 2016.

COMERCIO - transporte - finanças. **Diário de Natal**, Natal, n. 1409, p. 1-6, 10 jan. 1948. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028711_01&pasta=ano%20194&pesq=Lou%C3%A7as&pagfis=27026. Acesso em: 15 maio 2024.

COPÉ, Silvia M.; ROSA, Carolina Aveline Deitos. A Arqueologia como uma prática interpretativa sobre o passado no presente: perspectivas teórico-metodológicas. **Projeto Arqueologia e Pré-história do Planalto Sul Brasileiro**. UFRS, 2008.

COSTA, Carlos Alberto Santos; FERNANDES, Henry Luydy Abraham. “Joga fora no lixo”?: reflexões sobre o descarte de espólio de pesquisas arqueológicas no Brasil. **Revista de Arqueologia**, v. 33, n. 3, p. 189-205, 2020.

CURADO, Maria Eleonôra da Gama Guerra. **A Faiança do Forte Orange, Itamaracá-PE**. 2010. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

CRIADO BOADO, F. Construcción social Del espacio y reconstrucción arqueológica del paisagen. **Boletín de Antropología Americana**, n. 24, p. 5-29, 1991.

CRISTOVÃO, Fernando. A transfiguração da realidade sertaneja e a sua passagem a mito (A Divina Comédia do Sertão). **Revista USP**, n. 20, p. 42-53, 1994.

DE CARVALHO, Marcos Rogério Ribeiro. Plates, cups and bowls; a study of historical archaeology in São Paulo at the 18th and 19th centuries; the sites Solar da Marquesa, Beco do Pinto and Casa N° 1. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, n. 13, p. 75-99, 2003.

DE ABREU, João Capistrano. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Edição da Sociedade Capistrano de Abreu, Livraria Briguier, 1930.

DE MEDEIROS NETA, Olívia Moraes. **História, escrita e espaço**: configurações do Seridó Potiguar. 2017.

DOMINGO, Inés; BURKE, Heather; SMITH, Clair. **Manual de campo del arqueólogo**: Ariel, 2015.

ETCHEVARNE, Carlos. A reciclagem da faianca em Salvador: contextos arqueológicos e tipos de utilização. **Clio**, v. 16, 2003.

GAMBLE, Clive. Conceptos básicos. In: GAMBLE, Clive. **Arqueología básica**. Barcelona: Ariel Prehistoria, 2002. cap. 3, p. 57-83.

GIBSON, Erica. **Ceramic makers' marks**. Routledge, 2016.

GOMES, Danilo Cortez. “Tirando Leite de Pedra”: A Dinâmica Econômica do Seridó Potiguar. **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 3, n. 38, 2018.

GOMES, João Pedro. Aspectos tecnológicos da faiança portuguesa seiscentista: conjuntos arqueológicos de Salvador da Bahia, Brasil. **Actas das IV Jornadas de Jovens em Investigação Arqueológica-JIA 2011**, v. 2, p. 261-267, 2012.

HCOUTINHO pesquisa e desenvolvimento: licenciamento ambiental. Relatório parcial 1. **Resgate arqueológico e educação patrimonial na área da bacia hidráulica da barragem de Oiticica, municípios de Jardim de Piranhas, São Fernando e Jucurutu, no Rio Grande do Norte.** Teresina/PI, fev. 2022.

HCOUTINHO pesquisa e desenvolvimento: licenciamento ambiental. Relatório Final – Volume I. **Resgate arqueológico e educação patrimonial na área da Bacia Hidráulica da barragem de Oiticica, municípios de Jardim de Piranhas, São Fernando e Jucurutu, no Rio Grande do Norte.** Teresina/PI, jun. 2022.

HISSA, Sarah. **A louça importada e a renovação do espírito do ouro: consumo e status em Mariana, MG.** Em elaboração.

HODDER, Ian. Agency and individuals in long-term processes. In: **Agency in archaeology.** Routledge, 2000.

HUME, Ivor Noel. **A guide to the artifacts of colonial America.** University of Pennsylvania Press, 2001.

INTRODUCTION to Ceramic Identification. **Florida Museum**, 25 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://www.floridamuseum.ufl.edu/histarch/ceramic-types/introduction/>. Acesso em: 10 de maio de 2024.

LEFEBVRE, Henri. **The urban revolution.** U of Minnesota Press, 2003.

LIMA, Tania Andrade et al. Aplicação da fórmula South a sítios históricos do século XIX. **Dédalo, São Paulo**, v. 27, p. 83-97, 1989.

LIMA, Tania Andrade *et al.* A tralha doméstica em meados do século XIX: reflexos da emergência da pequena burguesia do Rio de Janeiro. **Dédalo, Publicações Avulsas**, v. 1, p. 205-230, 1989.

LIMA, Tania Andrade. Chá e simpatia: uma estratégia de gênero no Rio de Janeiro oitocentista. **Anais do Museu Paulista: história e cultura material**, v. 5, p. 93-129, 1997.

LIMA, Tânia Andrade. Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX. **Anais do Museu Paulista: história e cultura material**, v. 3, p. 129-191, 1995.

LOPES, Fátima Martins. **Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte**. Fundação Guimarães Duque, 2003.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. Colonos portugueses e luso-brasílicos na formação de agrupamentos familiares na Freguesia do Seridó (1788-1811). **Clio-Revista de Pesquisa Histórica (ISSN 0102-9487)**, n. 29.2, 2012.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó: historicidade e produção do território. **Revista Espacialidades**, v. 1, n. 00, p. 01-28, 2008.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Outras famílias do Seridó: genealogias mestiças no sertão do Rio Grande do Norte (séculos XVIII-XIX)**. 2013.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. Percepções dos colonos a respeito da natureza no sertão da Capitania do Rio Grande. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 8, p. 37-76, 2007.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. José de Azevêdo Dantas: lembrando os 70 anos do início das pesquisas do primeiro arqueólogo do Seridó Potiguar em Carnaúba dos Dantas. **Mneme-Revista de Humanidades**, v. 6, n. 13, 2005.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. Relações entre índios e colonos nos sertões do Seridó, Capitania do Rio Grande, no século XVIII. **Clio. Série Arqueológica**, v. 28, p. 1-17, 2013.

MACEDO, Muirakytan K. **A penúltima versão do Seridó: uma história do regionalismo seridoense**. Sebo Vermelho, 2005.

MACEDO, Muirakytan K. de. Rústicos cabedais: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões do Seridó (séc. XVIII). **Natal, RN**, 2007.

MAJEWSKI, Teresita; O'BRIEN, MICHAEL J. The use and misuse of nineteenth-century English and American ceramics in archaeological analysis. In: **Advances in archaeological method and theory**. Academic Press, 1987. p. 97-209.

MARANDOLA JR, Eduardo. Arqueologia fenomenológica: em busca da experiência. **Terra Livre**, v. 2, n. 25, p. 67-79, 2005.

MARX, Karl. **O Capital-Livro 1: Crítica da economia política**. Livro 1: O processo de produção do capital. Boitempo Editorial, 2015.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. Velhos inventários do Seridó. **Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal**, 1983.

MEDEIROS FILHO, Olavo. **Os Tarairiús, extintos tapuias do nordeste**. 1988.

MEDEIROS, Isac Alisson Viana de. **Matriz, capelas e desobrigas: um olhar sobre a cristianização do espaço da Freguesia do Seridó (1788-1838)**. 2020. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

MILLER, Daniel. Consumo como cultura material. **Horizontes antropológicos**, v. 13, p. 33-63, 2007.

MILLER, Daniel. **Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2013.

MILLER, George L. et al. Telling time for archaeologists. **Northeast Historical Archaeology**, v. 29, n. 1, p. 2, 2000.

MILLER, George L. Valores indexados revisados para louças CC, visando classificação e seriação econômica de cerâmicas inglesas de 1787 a 1880. **Vestígios-Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, v. 3, n. 1, p. 102-140, 2009.

MIRANDA R. Desvendando o segredo do fetichismo da mercadoria na perspectiva de Marx. In. SERRANO ALM, TAKAO AS, BARBOSA DCS, SOARES LE. **Literatura, biopolítica e indústria cultural do imperialismo norte americano.** Vitória: UFES, Programa de Pós-Graduação em Letras; 2019 p. 120-26.

MOSSORÓ: traços de sua geographia humana e economica. A Ordem, Natal, n. 224, p. 1-4, 26 abr. 1936. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=764051&pasta=ano%20194&pesq=Lou%C3%A7a&pagfis=905>. Acesso em: 16 maio 2024.

MUNIZ, Tiago Silva Alves; GOMES, Denise Maria Cavalcante. Identidades materializadas na Amazônia Colonial: a cerâmica dos séculos XVIII e XIX do sítio Aldeia, Santarém, PA. **Vestígios-Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, v. 11, n. 2, p. 52-76, 2017.

OLIVEIRA, Francisco de Assis Rocha de. **A conquista do Sertão: a ação do Terço dos Paulistas no Rio Grande do Norte (1688 a 1724).** 2001.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. **História, ciências, saúde-Manguinhos**, v. 5, p. 195-215, 1998.

PEIXOTO, Luciana da Silva. Catálogo de faiança fina da Residência Conselheiro Maciel. **Pelotas: Universidade Federal de Pelotas. (Monografia)**, 2004.

PEREIRA, José Hermes Martins. **Louça paulista: as primeiras fábricas de faiança e porcelana de São Paulo.** EDUSP, 2008.

PES, Jaqueline Ferreira; MILDNER, Saul Eduardo Seiguer. Ruínas da Estância Santa Clara–Quaraí/RS: as primeiras intervenções arqueológicas e a análise da cerâmica histórica. **Estudios Historicos**, Uruguay, n. 7, 2011.

PILEGGI, Aristides. **Cerâmica no Brasil e no mundo.** Martins, 1958.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo.** Editora Companhia das Letras, 2011.

RENFREW, Colin; BAHN, Paul. **Arqueología: teorías, métodos y práctica**. Barcelona: Ediciones Akal, S.A., 1993.

RICE, Prudence M. **Pottery analysis: a sourcebook**. 1987.

SANTOS, Gracineide Pereira dos. **Afinal, quantos éramos? Um estudo da mortalidade pretérita na freguesia da gloriosa Sant Anna**. 2013. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

SCHIFFER, Michael B. Contexto arqueológico y contexto sistémico. **Boletín de Antropología Americana**, n. 22, p. 81-93, 1990.

SEBASTIAN, Luís. A produção oleira de faiança em Portugal (séculos XVI-XVIII). **Unpublished Ph. D dissertation, Lisbon, Universidade Nova de Lisboa**, 2010.

SENA, Custódia Selma. Uma narrativa mítica do sertão. **Avá**, n. 17, p. 0-0, 2010.

SHEPARD, Anna Osler. **Ceramics for the Archaeologist**. Washington, DC: Carnegie Institution of Washington, 1956.

SILVA, Abrahão Sanderson Nunes Fernandes da; SOUZA, Hozana Danize Lopes de; BASTISTA, Kayann Gomes. Arqueologia histórica e sertaneja no Seridó Potiguar – O sítio Culumins, Caicó, Rio Grande do Norte, Brasil. **Clio Arqueológica**, Recife, v. 35, n. 3, p. 234-285, 2020.

SILVA, Roberto Airon. Balanço e perspectivas da pesquisa em Arqueologia histórica no Rio Grande do Norte. In: VASQUES, Márcia Severina; MILLER, Francisca. **Arqueologia do Rio Grande do Norte: balanços e perspectivas**, 2021.

SILVA, Roberto Airon. **Uma arqueologia das Casas Fortes: organização militar, território e guerra na Capitania do Rio Grande-Século XVII**. 2010.

SOUTH, Stanley. Reconhecimento de padrões na Arqueologia Histórica. **Vestígios-Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, v. 1, n. 1, p. 133-148, 2007.

SOUZA, Hozana Danize Lopes de. **Sítio Culumins: um olhar sobre o sertão do Seridó, séculos XVIII e XIX**. 2021. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

SOUZA, Hozana Danize Lopes de. **Arqueologia histórica no sertão do Seridó: uma abordagem a partir do sítio arqueológico Oiticica 17**. 2024. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

SOUZA, Rafael de Abreu e. Globalização, consumo e diacronia: populações sertanejas sob a ótica arqueológica. **Vestígios-Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, v. 9, n. 2, p. 36-62, 2015.

SOUZA, Rafael de Abreu e. Grés, vinho e imigração: arqueologia de uma produção vitivinícola, São Paulo, 1920-1950. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 8, p. 39-58, 2013.

SOUZA, Rafael de Abreu e. **Um lugar na caatinga: consumo, mobilidade e paisagem no semiárido do Nordeste brasileiro**. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2017.

STRAUSS, André. Um ensaio sobre a Arqueologia da Paisagem. **Hawò**, v. 2, 2021.

SYMANSKI, Luís Cláudio P. A louça na pesquisa arqueológica: análises e interpretações processuais e pós-processuais. **Revista do CEPA, Santa Cruz do Sul**, v. 20, n. 23, p. 59-76, 1996.

SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. Grupos domésticos, comportamento de consumo e louças: o caso do Solar Lopo Gonçalves. **Revista de História Regional**, 1997.

SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. Louças e auto-expressão em regiões centrais, adjacentes e periféricas do Brasil. **Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul: Cultura Material, Discursos e Práticas**. Buenos Aires, Ediciones del Tridene, p. 31-62, 2002.

SYMANSKI, Luís Cláudio P. Práticas econômicas e sociais no sertão cearense no século XIX: um olhar sobre a cultura material de grupos domésticos sertanejos. **Revista de arqueologia**, v. 21, n. 2, p. 73-96, 2008.

TILLEY, Chris. Do corpo ao lugar à paisagem: uma perspectiva fenomenológica. **Vestígios-Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, v. 8, n. 1, p. 24-62, 2014.

TOCCHETTO, Fernanda Bordin; SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira; OZÓRIO, Sérgio Rovani; OLIVEIRA, Alberto Tavares Duarte; CAPPELLETTI, Angela Maria. **A faiança fina em Porto Alegre**: vestígios arqueológicos de uma cidade. Porto Alegre: Secretaria municipal de cultura, 2001.

TOLEDO, Grasiela Tebaldi. Construindo um trabalho sobre musealização da arqueologia: fronteira, estâncias e museus. **Revista de Arqueologia**, v. 26, n. 2, p. 179-200, 2013.

VAINFAS, Ronaldo (org.) **Dicionário Do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Ed. objetiva. 2000.

YENTSCH, Anne. The symbolic divisions of pottery: Sex-related attributes of English and Anglo-American household pots. **The archaeology of inequality**, v. 205, p. 131-152, 1991.

ZANETTINI, Paulo Eduardo. Pequeno roteiro para classificação de louças obtidas em pesquisas arqueológicas de sítios históricos. **Arqueologia**, v. 5, n. 1, p. 117, 1986.

ZAPATERO, Gonzalo Ruiz. La excavación arqueológica. *In*: GARCÍA-DIEZ, Marcos; ZAPATA, Lydia. **Métodos y Técnicas de análisis y estudio en arqueología prehistórica**: De lo técnico a la reconstrucción de los grupos humanos. Universidad del País Vasco: [s. n.], 2013. p. 39-40.